

REVISTA

espirito livre

LIBERDADE E
INFORMAÇÃO

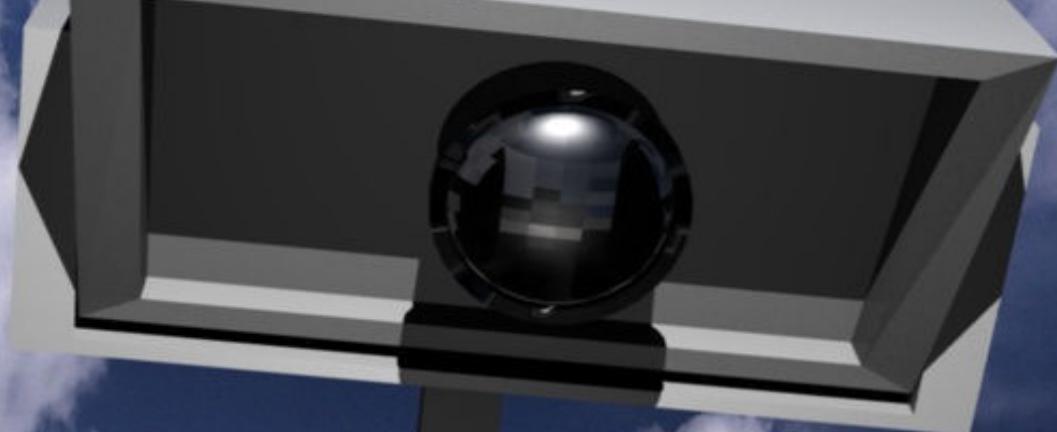
ENTREVISTAS

João Carlos Caribé,
Mega Não

Ana Amelia Menna Barreto,
Especialista em direito e TI

Sabrina Felizzola Souza,
Especialista em Direito Público

<http://revista.espiritolivre.org> | #016 | Julho 2010



VIGILANTISMO NA REDE

Impacto Econômico do Open Source - Pág 25

Projeto Sahana - Pág 99

Rlogin - Pág 79

Animação Digital - Pág 102

Abandonware - Pág 85

Sorteios e Promoções - Pág 12



Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0 Unported

Você pode:



copiar, distribuir, exibir e executar a obra

Sob as seguintes condições:



Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



Uso Não-Comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



Vedada a Criação de Obras Derivadas. Você não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que Você obtenha permissão do autor.
- Nothing in this license impairs or restricts the author's moral rights.

Termo de exoneração de responsabilidade

Qualquer direito de uso legítimo (ou "fair use") concedido por lei, ou qualquer outro direito protegido pela legislação local, não são em hipótese alguma afetados pelo disposto acima.

Este é um sumário para leigos da Licença Jurídica (na íntegra).

Sorria...

"Sorria, você está sendo filmado..." Esta frase é sempre lida em diversos locais que visitamos, como bancos, supermercados, shopping center, etc. E na internet? Como é atualmente ou como deveria ser? É uma polêmica que gira em torno de diversos aspectos jurídicos, constitucionais, passando pela opinião pública, pedofilia e tantos outros assuntos que se envolvem nos noticiários. Fica aí a pergunta: Ao navegar pela Internet, estou realmente seguro? Estou seguro de quem? Dos bandidos ou dos órgãos reguladores? Questionamentos como estes são por diversas vezes citados nas matérias desta edição, que foi concebida em tempo recorde, afinal, se passaram pouco mais de 15 dias do lançamento da edição de número 15.

Tivemos a oportunidade de trazer 3 convidados do assunto principal abordado nesta edição. João Caribé é conhecido por ter dado o pontapé inicial no Mega Não, e como os leitores perceberão, Caribé é bastante enfático no assunto. Trouxemos ainda duas professoras da área jurídica para debaterem assuntos que também nos dizem respeito: Ana Amelia Menna Barreto fala dos novos paradigmas da propaganda eleitoral na Internet, enquanto Sabrina Felizzola Souza aborda os dilemas jurídicos da privacidade na Internet. Além dos entrevistados, vários outros colaboradores da comunidade em geral foram convidados a participar, cada um com sua experiência e especialidade, o que resultou em uma edição única. Thalles Waichert, que é jornalista da editoria de Mídias Sociais do Terra Networks Brasil fala do controle, vigilantismo e resistências nas redes sociais. Alexandre Borba, que já é "da casa", também trilha por esse caminho. O Deputado Paulo Teixeira, que também é ativista da liberdade na rede e defensor do software livre, defende uma rede sem vigilância. Aracele Torres fala da construção do cidadão normatizado, a partir da vigilância na rede, enquanto Paulo Rená fala de ofensas pela Internet: quatro aspectos jurídicos importantes. Percebe-se que a edição está com um alto teor de debate e discussão, algo natural quando é tratado um assunto de interesse público e bastante comentado atualmente.

Vários outros colaboradores já conhecidos dos leitores por estarem conosco a muitas edições também deram suas opiniões e apontaram na direção do tema em questão, o leitor poderá perceber. Mas nem só do tema principal a edição foi feita. Benjamin Goes, responsável pelo Ubuntu Control Center, nos apresenta a ferramenta, enquanto Otávio Gonçalves fala sobre Java. O artista Ricardo Graça começa uma série de artigos sobre produção visual utilizando puro software livre e Cleiton Ferreira aborda redes, mais especificamente o rlogin. E muito mais...

Os leitores que gostam de promoções, fiquem atentos: Novas promoções foram incluídas e outras estão a caminho. Aliás, gostaria de compartilhar com vocês o meu desejo de fazer, na Latinoware 2010, o nosso primeiro encontro de leitores e colaboradores da Revista Espírito Livre, o que seria mais uma ótima oportunidade do leitor estar ali, cara a cara com quem escreve e produz a publicação. Vamos conversando sobre o assunto... Quem sabe vira realidade, que tal?! Mandem suas sugestões!

Agradeço a todos pelo empenho em tentar fazer uma edição de qualidade e que fosse referência no assunto. Nos vemos na edição 17, e cuidado, você pode estar sendo filmado... 

João Fernando Costa Júnior
Editor



EXPEDIENTE

Diretor Geral

João Fernando Costa Júnior

Editor

João Fernando Costa Júnior

Revisão

Aécio Pires
Alexandre A. Borba
Felipe Buarque de Queiroz
Francisco Adriagner Dantas

Tradução

Paulo de Souza Lima

Arte e Diagramação

João Fernando Costa Júnior
Igor Morgado

Jornalista Responsável

Larissa Ventorim Costa
ES00867-JP

Capa

Carlos Eduardo Mattos da Cruz

Contribuiram nesta edição

Alexandre A. Borba
Alexandre Oliva
Ana Amelia Menna Barreto
André Noel
Aracele Torres
Benjamin Goes
Cárlisson Galdino
Carlos Eduardo Mattos da Cruz
Cezar Taurion
Cleiton Ferreira
Daigo Asuka
Filipe Saraiva
Haitton David Lemos
Igor Morgado
João Carlos Caribé
João Fernando Costa Júnior
Jomar Silva
José James Figueira Teixeira
Kellyane Pinheiro
Krix Apolinário
Milton Simonetti
Otávio Gonçalves
Paulo de Souza Lima
Paulo Rená
Paulo Teixeira
Ricardo Graça
Roberto Salomon
Sabrina Felizzola Souza
Thalles Waichert
Walter Capanema
Yuri Almeida

Contato

revista@espiritolivre.org



O conteúdo assinado e as imagens que o integram, são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, não representando necessariamente a opinião da Revista Espírito Livre e de seus responsáveis. Todos os direitos sobre as imagens são reservados a seus respectivos proprietários.

SUMÁRIO

CAPA

- 48** **Redes Sociais:**
Controle, vigilantismo e resistência

53 **A sala de controle**
Onde tudo acontece!

58 **Por uma rede**
sem vigilância...

61 **Vigilância na rede:**
Contribuindo um ser normatizado

65 **Monitoramento das atividades**
do usuário pelo provedor

69 **A lan e a lei**
Conheça a disputa...

73 **Nossa privacidade**
Será que vamos perdê-la?

75 **Vigilantismo**
nas redes sociais

77 **Ofensas pela Internet**
Aspectos legais

Entrevista com João Carlos Caribé



PÁG. 33

- 58** Por uma rede
sem vigilância...

61 Vigilância na rede:
Contribuindo um ser normatizado

65 Monitoramento das atividades
do usuário pelo provedor

69 A Ian e a lei
Conheça a disputa...

73 Nossa privacidade
Será que vamos perdê-la?

75 Vigilantismo
nas redes sociais

77 Ofensas pela Internet
Aspectos legais

Entrevista com Ana Amelia Menna Barreto



PÁG. 40

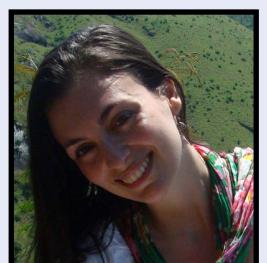
- 69** A Ian e a lei
Conheça a disputa...

73 Nossa privacidade
Será que vamos perdê-la?

75 Vigilantismo
nas redes sociais

77 Ofensas pela Internet
Aspectos legais

Entrevista com Sabrina Felizzola Souza



PÁG. 43



COLUNAS

- 14** **Mitologia grega 4**
Um toque de Midas
- 22** **Warning Zone**
Episódio 10
- 25** **Impacto econômico**
do Open Source
- 29** **De meia-noite às seis**
O que você faz nesse horário?!
- 31** **Blog técnico**
Quais suas vantagens

REDES

- 79** **Rlogin**
Conhecendo o serviço de login remoto

FORUM

- 82** **Cadê o meu botão Iniciar?**
Onde é que ele está?!
- 85** **Abandonware**
Onde você estiver, não se esqueça de mim
- 88** **Liberdade**
Onde ela está?
- 90** **Software Livre**
Como alternativa de sucesso



09 LEITOR



12 PROMOÇÕES

PROGRAMAÇÃO

- 96** **Java**
Para leigos
- 99** **Projeto Sahana**
Conheça este interessante projeto

PROJETO

- 102** **Ubuntu Control Center**
Configurando seu Ubuntu

GRÁFICOS

- 104** **Animação Digital**
Processo de produção

EVENTOS

- 106** **SECOP 2010**
Fortaleza/CE

QUADRINHOS

- 107** **Atribuição de Valor**
Departamento Técnico

ENTRE ASPAS

- 108** Citação de Kátia Pujals Chamma

NOTÍCIAS

Por João Fernando Costa Júnior

Mozilla Firefox 4 beta disponível



A Mozilla anunciou na última terça-feira a liberação da primeira versão beta do Firefox 4. O Firefox 4 Beta 1 tem um novo gerenciador de add-ons, suporta o formato WebM do Google e corrige falhas em alguns padrões web que poderiam expor o histórico de sites acessados pelos usuários. Baixe já: <http://www.mozilla.com/en-US/firefox/beta/>.

Lançado Apache Tomcat 7.0



A fundação Apache acaba de liberar a versão 7.0.0 do servidor de aplicações Tomcat. Entre as novidades estão o suporte para as especificações Servlet 3.0, JSP 2.2 e EL 2.2, numerosas melhorias para detectar e prevenir "vazamento de memória" nas aplicações web, entre outros. Saiba mais em: <http://tomcat.apache.org>.

AppInventor - Crie as suas Apps Android



Você tem uma ideia legal para uma App Android, mas não sabe como torná-la realidade? Conheça o AppInventor! Direcionado ao público mais jovem ou para quem não tem qualquer conhecimento de programação, o AppInventor permite a criação de Apps Android de forma fácil, ligando "blocos" ao estilo de legos. Mas não se engane pela sua simplicidade. Com este AppInventor é possível fazer praticamente tudo! Saiba mais: <http://appinventor.google-labs.com/about/>.

Spotify chega oficialmente ao Linux



Boa notícia para quem aguardava pelo serviço Spotify para o sistema do pinguim. Spotify agora tem versão oficial para GNU/Linux. O cliente nativo pode ser descarregado aqui: <http://www.spotify.com/fr/download/previews>.

Por enquanto, existe apenas pacotes pra Debian Squeeze/Ubuntu 10.04. Já é um começo!

5º Encontro Nacional do Ubuntu Brasil

André Noel, colaborador da Revista Espírito Livre, faz um convite aos leitores: "Ubunteros do mundo, uni-vos! Vai acontecer, durante o FISL 11, em Porto Alegre/RS, o 5º Encontro Nacional do Ubuntu Brasil. O horário ainda não está confirmado, mas se você vai ao FISL não perca esse encontro! Vamos unir o FISL e marcar nossa presença na maior festa de software livre nacional."

Lançado Mandriva Linux 2010 Spring



Depois de um certo atraso, a Mandriva lançou a mais recente versão da sua distribuição Linux, o Mandriva Linux 2010 Spring. Baseada no kernel Linux 2.6.33.4, o Mandriva Linux 2010 Spring inclui como interface gráfica o KDE SC 4.4.3 (ou o GNOME, conforme desejar), assim como a suite de produtividade OpenOffice.org 3.2, o Firefox 3.6.6 e muito mais. Saiba mais em: <http://www2.mandriva.com/br/downloads/>.

OpenSolaris lança ultimato à Oracle



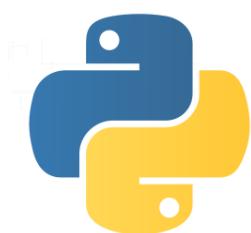
Como pode ser lido no blog de Ben Rockwood, o Open-

Solaris Governing Board (OGB), ou seja, a máxima entidade administrativa da comunidade OpenSolaris, lançou um ultimato à Oracle: ou enviam um representante da companhia para tratar do futuro da comunidade e do desenvolvimento do OpenSolaris antes do 16 de agosto ou a OGB se autodissolverá e devolverá a gestão da comunidade à Oracle, algo que seria o equivalente a decretar sua morte. Mais informações: <http://www.cuddletech.com/blog/pivot/entry.php?id=1134>.

Linuxfx lança LinuxfxOS4 em três edições

A Linuxfx acaba de lançar a versão estável do seu sistema de produção, o LinuxfxOS 4. São três edições disponíveis: Minimal, Full e Games. A versão minimal tem 699 MB e cabe em um CD, desenvolvida inicialmente para quem tem dificuldades em fazer o download ou para quem quer um sistema simples e de boot mais rápido, para navegar ou utilizar no escritório. Saiba mais em: <http://www.linuxfx.org>.

Curso de Python Gratuito no Under-Linux



Se você tem interesse em aprender Python, não perca tempo! O portal Under-Linux anuncia que terá um curso gratuito de Python, ministrado pelo usuário Magnun. O curso inteiro está sendo construído e expandindo diretamente em seu Blog, dentro do Under-Linux.org. Nele, o aluno pode acompanhar os posts, efetuar os exercícios e, sempre que precisar, tirar dúvidas com o Autor através dos comentários de cada post/aula. O curso de Python ainda está em criação mas já conta com mais de 30 aulas. Saiba mais: <http://under-linux.org/blogs/magnun/>.

Concurso TUX LIBRAS no FISL11: Sou Livre com Libras!



Você conhece Libras? Já ouviu falar? A primeira língua (língua natural) dos surdos no Brasil é a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua portuguesa é sua 2ª língua. A proposta deste concurso é premiar o melhor Tux Libras! A licença pode ser GPL ou Creative Commons. Os três primeiros lugares serão escolhidos pelos visitantes do Stand do Texto Livre durante o FISL11, em Porto Alegre, e também podem ser votados online, em site a ser divulgado em breve. Para se inscrever, envie seu Tux (em svg e png) e seus dados (nome completo, endereço para envio dos prêmios, e-mail e telefone para contato) para textolivre@lettras.ufmg.br e não esqueça de informar qual a palavra que o Tux está dizendo.

Ubuntu 10.10 terá um novo instalador



O Ubuntu 10.10 codinome Maverick Meerkat, próximo lançamento desta popular distribuição linux, contará com um novo instalador. Em uma entrevista, Evan Dandrea, Engenheiro de Software da Canonical e criador da ferramenta Migration Assistant no instalador do Ubuntu (Ubiquity), diz que o instalador melhorado tornará ainda mais fácil para os usuários, mesmo os novatos do Linux, instalar a distribuição popular em seus sistemas. Embora não seja uma reescrita completa, o próximo instalador do Ubuntu 10.10 irá apresentar um grande número de alterações visíveis. A versão final do Ubuntu Maverick Meerkat está programada para ser lançado em 10 de outubro de 2010 (10/10/10).

Vulnerabilidade no Gerenciamento de Memória do FreeBSD



Uma vulnerabilidade detectada no gerenciamento de memória do subsistema de rede do FreeBSD, permite que usuários autenticados possam editar arquivos para os quais eles só teriam privilégios de leitura. O problema em questão afeta o FreeBSD na versão 7.x ou versão posterior. Os desenvolvedores recomendam que os usuários atualizem para a versão de produção 7-STABLE ou 8-STABLE. As versões RELENG_8_1, RELENG_8_0, RELENG_7_3 e RELENG_7_1 já foram atualizadas pelos desenvolvedores.

Detalhes em: <http://miud.in/89X>.

Lançado ZenCafe 2.2

No último dia 12 foi lançada a versão 2.2 do ZenCafe. Zencafe é uma distribuição Linux originária da Ásia, construída com bases no tradicional e potente Slackware e no Zenwalk. Ele é projetado para ser utilizado em Cyber Cafés, e pode ser facilmente operado até mesmo por usuários que tenham pouco conhecimento em Linux. Esta versão lançada traz o kernel 2.6.33.4, a suíte OpenOffice.org na versão 3.2.1, o navegador Mozilla Firefox, e os mensageiros instantâneos Pidgin e Gyachi. Além dos recursos que o compõem, ele apresenta um processo de instalação simples e prático, uma interface amigável, atalhos para o teclado e outras aplicações adicionais.

Saiba mais em: <http://www.zencafe.web.id/release-zencafe-22/>.

Fornecedores de software de código aberto perdem processo



Os fornecedores de software de código aberto na Suíça acabam de perder um caso contra a Microsoft no Tribunal Federal Administrativo daquele país. O motivo? Um contrato de TI que a Mi-

crosoft estava fechando com o Escritório Federal Suíço para Construções e Logística, que ofereceria licenciamento estendido dos produtos da empresa de Redmond, além de manutenção e suporte. O contrato incluiria ainda a aquisição de 10.500 computadores desktops e 17.500 laptops. A corte simplesmente negou ouvir a reclamação, mas a sentença ainda pode ser contestada na Corte Federal da Suíça. Quer saber mais? Visite: <http://miud.in/89W>.

The Pirate Bay é alvo de invasão



The Pirate Bay

Um cracker argentino de 23 anos de idade, conhecido como "Ch Russo", contando com a ajuda de mais dois comparsas, conseguiu invadir o banco de dados pertencente ao popular site de compartilhamento de arquivos The Pirate Bay. A ação foi concretizada utilizando uma injeção de SQL, que, aproveitando-se de uma vulnerabilidade, fez com que os invasores tivessem acesso às informações de mais de quatro milhões de usuários. Conforme algumas declarações prestadas pela empresa de segurança Krebs On Security, os crackers não fizeram nenhuma alteração no banco de dados, e todas as informações às quais eles tiveram acesso não foram repassadas à terceiros. Detalhes no site: <http://krebsongsecurity.com/>.

4Linux "caça" boas ideias no FISL11

Você tem alguma ideia já começada para ser colocada em produção baseada em softwares livres? Já tem algum software em produção mas que precisa evoluir para ser um verdadeiro sucesso? Algum software disponível em algum repositório como, por exemplo, SourceForge? A 4Linux quer ser sócia dessa ideia/produto e investir R\$ 200.000,00 mais recursos humanos técnicos da própria 4Linux. Saiba mais: http://www.4linux.com.br/Regras_Ideia.

EMAILS, SUGESTÕES E COMENTÁRIOS



Ayhan YILDIZ - sxc.hu

Esta seção é sua leitor! Coloque a boca no trombone! Não fique com vergonha: diga-nos o que achou da última edição ou das últimas matérias! Algo não ficou legal? Alguma matéria lhe ajudou muito? Ficou satisfeito por ter encontrado o que procurava? Então manifeste-se e mostre a nós e aos demais leitores o quanto importante é ter o "espírito livre". Abaixo listamos alguns comentários que recebemos nos últimos dias:

Editorial formador de opinião que motiva os desenvolvedores a criar e compartilhar... Inclusive nos motivou na Prefeitura a desenvolver em parceria fazendo uso da cooperação técnica.

Ariovaldo Serafim Júnior - Mongaguá/SP

Uma ótima iniciativa de deve ser sempre apoiada por todos os amantes de software livre e conhecimento livre!

Rodrigo Carvalho Silva - Rio de Janeiro/RJ

Uma ótima revista, com conteúdos que abrangem diversos assuntos de interesse da comunidade do software livre. Sempre acompanho e repasso ela para meus amigos.

Gerson Damke - Santa Maria/RS

Mais um ótima pulicação que esta ligada com o mundo do software livre. Parabéns a toda equipe editorial, continuem fazendo esse ótimo trabalho.

Wellington Alves Cabral - Rio de Janeiro/RJ

Quero escrever também!!! Gosto muito. Acredito que podemos multiplicar o acesso compartilhan-

do em redes sociais virtuais ou não.

Marcelo de Oliveira - São Paulo/SP

Ótima revista de conteúdo super importante para a comunidade do software livre. Traz assuntos atuais nos levando sempre a estar atualizados e participantes do que há de mais novo. Ótimos colunistas e os assuntos abordados são sempre os melhores.

Thiago Franco Silva - Mineiros/GO

Já li diversas edições da revista, o que mais me atrai na Revista é o seu conteúdo pedagógico, acho a revista fantástica.

Rafael Antônio Mendes da Silva - Curitiba/PR

Essa revista favorece o fortalecimento da comunidade de software livre o que faz aumentar ainda mais nos seus leitores o sentimento de espírito livre mantendo e construindo e promovendo, a todo momento, a verdadeira liberdade.

Daniel C.do Nascimento - Salvador/BA

A Revista Espírito Livre reflete o que a maior parte dos bons profissionais buscam, que são o conhecimento e a troca de experiências de uma forma fácil e ao alcance de todos.

Aline Maira Witt Mosen - Porto Alegre/RS

Espírito Livre es una referencia imprescindible para conocer cada mes las tendencias, novedades y discusiones actuales sobre el desarrollo y el uso del software libre.

Rodolfo Lourtet - Montevideo/Uruguay

COLUNA DO LEITOR

Esta revista é ótima. Sempre nos atualizando sobre o que é inovador e novidade na tecnologia no software livre, completando um ano de existência e concerteza vai completar muitos e muitos anos no mercado.

Neraldo R. dos Santos Neto - Porto alegre/RS

A revista é tão bacana que pretendo parar de enrolar o João Fernando e escrever um artigo para contribuir, rs! :D Gosto dos textos e, principalmente, da postura editorial da revista e de sua equipe, que tentam abordar temas controversos e interessantes sob óticas diversas, respeitando opiniões e possibilitando a troca de informações, bem como difundindo o software livre e o conhecimento. Não fui muito original, mas fui sincera... Obrigada por se esforçarem para produzir um bom material de forma acessível a todos! :) Abração da japa!

Cecilia Tanaka - São Paulo/SP

Estou começando a conhecer a revista e o mundo do software livre com maior assiduidade e através dela tenho vários mitos desmistificados e a cada dia me torno mais interessado pelo mundo livre e seus afins. Sei que esta discussão será uma discussão eterna onde cada lado tem seus prós e contras mas acredito na liberdade de escolha e todos devemos ter a noção do que existe para podermos optar pelo o que é melhor para cada situação/pessoa.

Carlos Henrique Correa - Resende/RJ

É uma excelente revista, sempre atualizada, passando informações importantes para todo leitor que vive no mundo da informática.

Rodrigo Lombardi Moraes - Porto Alegre/RS

Muito interessante e que vem contribuindo cada vez mais com o crescimento e divulgação do Software Livre.

José Aristides M. Filho - Barra Mansa/RJ

A revista Espírito Livre, trata de assuntos relacionados na área de TI a qual atualmente veem ten-

do um crescimento enorme, abordando assuntos bem interessantes, utilizando de uma forma profunda e de fácil entendimento para abordar os assuntos, fazendo assim qualquer pessoa (tendo ou não algum conhecimento na área) compreender os temas. Tem foco a tecnologia e cultura, mas visa sempre o software livre tornando assim acessível a todos. Sendo gratuita e em PDF facilitando a sua propagação pelo maior meio de comunicação atualmente existente. Leo e recomendo, cada vez melhor.

Felipe Atamanczuk - Canoinhas/SC

Uma grande revista repassando informações da forma simples e eficiente e como o nome mesmo diz: LIVRE!!!

Douglas Rodrigues - Gravataí/RS

Uma ótima Revista, tive acesso por meio do Grupo de Software Livre do Estado de Goiás. Parabéns a toda equipe da Revista Espírito Livre!

Paulo L. Seixas - Aparecida de Goiania/Goiás

Ótima, por sempre manter o foco em tecnologias, não esquecendo de tratar com a devida importância os Softwares Livres!

Wellington F. Gonçalves - Brejo Santo/CE

Eu adoro o formato da revista. Por ser eletrônica pode ser lida em qualquer lugar. As informações que carrega são das mais variadas e sempre interessantes. Parabéns!

Sue Ruggeri Cons - Caxias do Sul/RS

Uma das melhores publicações sobre software livre do Brasil. A muito tempo não tínhamos uma revista tão completa e com temas atuais.

Pascoal Alexandre - Recanto das Emas/DF

É uma revista muito boa para a grande parte de pessoas que se interessam pelo software livre, abordando assuntos muito interessantes.

Brendon Prado de Andrade - Alvorada/RS

COLUNA DO LEITOR

É incrivelmente um espirito livre. Podemos ver o que há de melhor mais atual na rede em relação ao software livre alem de debates e entrevisitas com os mais renomados ativistas do software livre do brasil e do mundo.

Diego Weymar dos Santos - Pelotas/RS

A Revista Espírito Livre é a maior fonte de informação em forma de revista sobre software livre em geral. Excelente material. Não deixo de ler nenhuma.

Hercules Lemke Merscher - Cariacica/ES

A Revista Espírito Livre para mim traz a melhor informação dos Softwares Livres, pois tem concordância até nos nomes.

Rodrigo de Alvarenga G. Perez - Brasília/DF

A revista já começa com nota máxima pela criatividade do nome, e não há como retirar pontos pelo conteúdo.

Rômulo Reis de Oliveira - Passo Fundo/RS

É um bom meio de informação para os leitores e usuários linux, pois aqui nós encontramos todas as informações necessárias para sabermos sobre as novidades no mundo tão expansivo que é a informática.

Cláudio Arikipá - São Luis/MA

Acho que é a maneira perfeita de divulgar o software livre a todas pessoas, que está mais presente em nossas vidas mais do que imaginamos.

Jean Douglas Conte - Porto Alegre/RS

Me encantaria recibir a mi direcccion.

Miguel Baum - Asuncion/Paraguay

É maravilhoso saber que pode-se ler um conteúdo de qualidade, imparcial e com assuntos que podem ser escolhidos pelos próprios leitores.

Eduardo Lopes de Sousa - São Paulo/SP

Até então não conhecia a revista, mas baixei a

edição 14 e gostei muito! Adorei a coluna "Um dia calmo na vida de uma SysAdmin".

Carlos Augusto S. da Silva - Cachoeirinha/RS

É uma revista ótima. É uma fonte confiável de informação, fonte de pesquisa de novas tecnologias, foi uma ótima iniciativa para disseminação de conhecimento!!! Parabéns a todos.

Ivana S. do Nascimento - Salvador/BA

A revista é completa, e fornece a nós leitores, uma grande oportunidade de conhecimento, atribuídos aos artigos.

Fernando K. Aoki Rizzato - Votuporanga/SP

Um belo veículo de compartilhamento de conhecimento que reúne em cada publicação as contribuições de quem já contribui bastante com a informação e o Software Livre. Sem dúvida a melhor revista de Software Livre do Brasil.

Rafael Monteiro Raposo - Rio de Janeiro/RJ

A revista Espírito Santo é muito boa, pois, nós dá uma visão do Universo do Software Livre que nenhuma outra mostra.

Parabéns!

Adriano Henrique Rezende - Maringá/PR

Espírito Livre é pra mim a única que nos traz os pensamentos e novidades do Software Livre do mundo.

Eliseu Lazzarin - Marcelino Ramos/RS

Comentários, sugestões e contribuições:

revista@espiritolivre.org

PROMOÇÕES



Fortaleza - CE
18 a 20 de agosto



A Clavis Segurança da Informação

sorteará em parceria com a Revista Espírito Livre,

2 kits completos!

Contendo cada um:
1 Pendrive de 4GB da Kingston
1 Caneta, 1 adesivo
1 Chaveiro da Academia Clavis
1 LivroPerícia Forense Computacional – Teoria e Prática

Clavis – Consultoria, Soluções e Treinamento – <http://www.clavis.com.br>



Rafael Hernandez

Web Development

Rafael Hernandez em parceria com a Revista Espírito Livre estará sorteando brindes entre os leitores. Basta se inscrever neste [link](#) e começar a torcer!



www.treinalinux.com.br

A TreinaLinux em parceria com a Revista Espírito Livre estará sorteando kits de DVDs entre os leitores. Basta se inscrever neste [link](#) e começar a torcer!



Soluções e Treinamentos em Linux

www.virtuallink.com.br

A promoção continua! A VirtualLink em parceria com a Revista Espírito Livre estará sorteando kits de Cd e Dvd entre os leitores. Basta se inscrever neste [link](#) e começar a torcer!



Não ganhou? Você ainda tem chance! O Clube do Hacker em parceria com a Revista Espírito Livre sorteará associações para o clube. Inscreva-se no [link](#) e cruze os dedos!

Relação de ganhadores de sorteios anteriores:



Ganhadores da promoção TreinaLinux:

1. Everaldo Santos de Oliveira - Salvador/BA
2. Luciana Melo de Lacerda - Natal/RN



Ganhadores da promoção Clube do Hacker:

1. Fábio Herold - Canela/RS
2. Jost Dayan de Souza Melo - Atibaia/SP
3. Danilo Valdir Rodrigues - Araucaria/PR



Ganhadores da promoção Virtuallink:

1. Jeverson de Sousa Barbosa Lima - Palmas/TO
2. Eduardo Dorneles de Amador - Porto Alegre/RS
3. Bernardo Sepulve de Castro - Rio de Janeiro/RJ
4. Alessandro Tubiana - Capanema/PR
5. Luciano Soares - Manaus/AM



Ganhadores da Promoção PHPhederal:

1. Carlos Renato Cantarinho - Taguatinga/DF
2. Bruno Barbosa Bernardo da Silva - Brasília/DF
3. Phillip Smith Carvalho da Silva - Novo Gama/GO
4. Adriano Carvalho Batista - Santa Maria Sul/DF
5. Sérgio Marcony Paulo e Silva - Ceilândia/DF



Ganhadores da Promoção fisl11:

1. Pascoal Alexandre - Recanto das Emas/DF
2. Felipe Atamanczuk - Canoinhas/SC
3. Rodolfo Lourtet - Montevideo/Urugua
4. Thiago Franco Silva - Mineiros/GO
5. Ariovaldo Serafim de Almeida Júnior - Mongaguá/SP
6. Wellington Alves Cabral - Rio de Janeiro/RJ



Mitologia Grega 4: Um Toque de Midas

Por Alexandre Oliva

A encarnação mais conhecida do espírito livre que recebemos nesta edição foi a de um rei de Pessinus que viveu há 28 séculos. Midas tinha grande apreço pela ciência, pela economia, pelo ouro, pela arte e pela justiça. Mesmo depois de desencarnar, continuou acompanhando a evolução da cultura e das ciências econômicas e jurídicas dos meros mortais. Compartilhando seus pontos de vista privilegiados, que assombram promotores de direito autoral e de patentes, concedeu esta entrevista, aos vivos, à Central Ghost de Parajornalismo, psicodatilografada pela médium Oda Mae Brown, encarnação premiada de Whoopi Goldberg.

* Valeu aí, Majestoso, por levar esse papo comigo. Tô mó emocionada! Boto fé que a galera tá por dentro daquele papo de tudo virar ouro na sua mão, mas dá pra explicar que que tem isso a ver com arte?

Será um prazer, Srita Brown. Sempre tive grande fascínio pelas artes, especialmente pela música. Mesmo preso a um corpo, eu me regozizo

java e sentia o espírito elevado ao ouvir as belíssimas melodias que emanavam da flauta de Pã e, vá lá, também da lira de Apolo. A expressão artística almeja o prazer estético, mas nos últimos tempos muitos músicos têm se deixado levar pela mentalidade mesquinha de que tudo que eles tocam vire ouro. E não são só músicos: muitos artistas e inventores têm sido enganados por esse mito.

* Peraí, Majestoso, eles não merecem ser pagos pelo seu trabalho?

Essa é uma pergunta bem complexa. Vamos por partes.

Primeiro, se alguém decide que vai trabalhar tocando música numa estação de metrô ou proferindo discursos em praça pública, passa a ser obrigação de alguém remunerar esse serviço? Uma transação comercial ocorre quando duas ou mais partes que têm algo a oferecer aceitam o que as demais oferecem em troca, por exemplo, uma oferece um bem ou serviço e a outra oferece o pagamento que a primeira pediu.

Veja o exemplo da sua amiga Molly, aquela ceramista cujo namorado Sam foi assassinado e pediu sua ajuda para avisá-la de que ela também corria perigo. Como muitos artistas, ela faz obras de arte e as põe à venda. Pode pedir por elas o preço que bem entender. Se não aparecer alguém disposto a pagar esse preço, vai ter de reduzi-lo até encontrar comprador, ou arcar com o prejuízo; se isso se mostrar economicamente inviável, provavelmente vai ter de procurar outra forma de sustento.

Com isso fica claro que não é o fato de alguém fazer um esforço de trabalho que lhe confere direito a remuneração: é preciso que haja outros para quem o resultado desse esforço seja suficientemente valioso para que se disponham a remunerá-lo.

A ideia de que o trabalho do autor e do inventor lhes confere direito a remuneração é uma falácia muito bem sucedida. Pelo mesmo argumento, quem vende cópias de obras, "originais" ou não, faria jus a remuneração por seu trabalho, e quem vende no desconforto e perigo da rua mereceria mais que quem vende na loja climatizada e segura do centro comercial. Dois inventores independentes de uma técnica industrial mereceriam remuneração proporcional ao trabalho que tiveram, sem importar qual chegou mais cedo ao escritório de patentes ou ao mercado, sem divisão. Não é assim que funciona.

De fato, nem autor precisa de direito autoral nem inventor precisa de patente para tentar obter remuneração por seu trabalho intelectual. Eles já detêm monopólios naturais sobre o que produzem, não precisam de monopólios artificiais. Ambos podem dispor como bem entenderem do fruto de seu trabalho. Assim como Molly, podem pedir o preço que quiserem em troca do produto artesanal ou da técnica industrial.

* Ué, então pra que servem direito autoral e patentes?

Patentes surgiram como forma de acelerar o progresso da ciência e da tecnologia, incentivando a publicação de técnicas industriais: um monopólio artificial temporário e limitado concedido pela sociedade democrática, oferecido como alternativa ao monopólio natural em que a invenção é mantida indefinidamente secreta.

Direito autoral nasceu como mecanismo de promover a educação, a ciência e a cultura, incentivando a publicação de obras literárias através de monopólios artificiais concedidos pela sociedade aos autores, para que conseguissem ofertas menos desfavoráveis junto ao oligopólio editorial que na época controlava todas as caríssimas prensas tipográficas, e assim menos obras permanecessem inacessíveis ao público.

Patentes surgiram como forma de acelerar o progresso da ciência e da tecnologia, incentivando a publicação de técnicas industriais: um monopólio artificial temporário e limitado concedido pela sociedade democrática, oferecido como alternativa ao monopólio natural em que a invenção é mantida indefinidamente secreta.

Alexandre Oliva

Embora esses privilégios tenham sido introduzidos há pouco tempo, com objetivos favoráveis às sociedades democráticas que os instituíram, de um par de séculos depois até hoje em dia têm sido distorcidas a ponto de servirem basicamente para enfraquecer, dividir e conquistar essas mesmas sociedades.

*** Como assim? Autores e inventores não foram sempre donos...**

Não, claro que não! No meu tempo de vida, e nos quase 27 séculos que se seguiram, nem se cogitava chamar esses privilégios de propriedade. De fato, em 25 desses séculos nem sequer existiam direito autoral, e patentes sobre técnicas industriais são ainda mais recentes.

Vale lembrar a frase famosa daquele senhor, Antoine Laurant Lavoisier, "nada se cria, tudo se transforma" se copia. Todas as obras autorais e todas as invenções são frutos do trabalho criativo de alguém, mas também fruto, em proporção muito maior, da sociedade que lhes deu educação, contexto e motivação para aquele trabalho. Como dizia aquele outro senhor, Isaac Newton, "consigo ver mais longe porque estou sobre os ombros de gigantes". Por isso, apesar do monopólio natural, direito autoral e patentes são concessões da sociedade.

A tendência de chamá-los de propriedade é recente. Nada mais é que uma tentativa de confundir privilégios artificiais e direitos naturais, para induzir a generalizações e analogias inadequadas. Propriedade não tem prazo para cair em domínio público. Propriedade não se limita à exclusividade no que diz respeito a apenas alguns usos do bem. Direito autoral e patentes são privilégios, não propriedade.

*** Tá, mas não é mais fácil se referir aos dois com um só termo, já que são quase a mesma coisa?**

Não são! Não são nem parecidos. A confusão que existe hoje é fruto justamente dessas generalizações inadequadas.

Direito autoral é o poder de se opor, durante as muitas décadas de vigência desse poder de exclusão, a grande parte das possibilidades de cópia, modificação, distribuição, publicação, transmissão e execução pública de uma expressão específica de uma ideia, pública ou não, registrada ou não. Exibir e apreciar privadamente,

inclusive em bibliotecas; copiar e citar pequenos trechos; presentear e revender são atividades permitidas; fazer paródias e diversos outros usos, dependendo da jurisdição, exigem ou não permissão do titular do direito autoral.

Uma patente é algo completamente diferente: é o poder de se opor, durante as duas décadas de vigência desse poder de exclusão, à prática de uma técnica industrial registrada e publicada; à manufatura, ao comércio e à utilização de bens que a pratiquem. Usos em pesquisa, ensino e outros usos não industriais são permitidos, assim como o patenteamento de variações e extensões.

A existência ou não de direito autoral e patentes, assim como seus limites, não querem dizer que autores e inventores não possam dispor de suas obras e invenções como bem entenderem. Podem, pois possuem o monopólio natural advindo de terem acesso à obra ou invenção enquanto ninguém mais tem. A questão importante é se fazem jus ao poder de limitar ou excluir usos que outros possam fazer delas, uma vez publicadas ou vendidas.

*** Mas, sem esse poder, quem ia querer trabalhar nisso?**

No meu tempo, autores, artesãos e inventores adaptavam livremente as obras e técnicas de produção uns dos outros, como se faz até hoje em mercados de faturamento muito maior que os de cinema e música, seja de bens essenciais como alimentos, seja de bens mais supérfluos como moda, seja de serviços como os jurídicos.

Se você compra um sanduíche, quem o preparou não pode impedi-lo de adicionar os temperos que bem entender, compartilhá-lo com quem quiser, beber o que quiser enquanto o come, ou mesmo de fazer outro sanduíche com os mesmos ingredientes em casa ou para vender noutro local. Mesmo assim, não faltam botecos, lanchonetes, restaurantes e carrinhos de cachorro quente.



Direito autoral

é o poder de se opor, durante as muitas décadas de vigência desse poder de exclusão, a grande parte das possibilidades de cópia, modificação, distribuição, publicação, transmissão e execução pública de uma expressão específica de uma ideia.

Alexandre Oliva



Uma vez que se compre um terreno, uma casa, um automóvel, um computador, não faz sentido o antigo dono se opor à construção de um imóvel, à pintura das paredes, à substituição dos pneus ou à instalação de um programa alternativo. Também não faz sentido o antigo dono exigir, após a venda, uma fração do preço de venda dos apartamentos construídos sobre o terreno, do valor do aluguel da casa, da renda dos serviços prestados com o automóvel e o computador, ou dizer que não atender essas exigências absurdas seria roubo. Ora, nem o provedor de serviço de Internet nem o banco que oferece empréstimo exige, além do preço estabelecido pelos serviços, uma fração da renda alcançada através de seu uso.

Mas direito autoral e patentes criam monopólios que não apenas limitam os usos que os compradores podem fazer do que compram, como ainda permitem a venda, com exclusividade, do mesmo serviço autoral ou inventivo inúmeras vezes, sem qualquer trabalho produtivo adicional que pudesse ser meritório de nova remuneração. Esses monopólios são com frequência também utilizados para criar ou manter outros monopólios, trazendo graves consequências econômicas e sociais.

* Por exemplo?

Primeiramente, motivadores extrínsecos, como a expectativa de remuneração financeira, são prejudiciais à criatividade. Ao invés de motivar, desmotivam. A suposição de que fossem um bom mecanismo de incentivo, quando de sua introdução, é negada por diversos estudos recentes, como sumariza esse garoto Daniel Pink.

Segundo, até mesmo no que diz respeito a obras autorais, a produção econômica proveniente de usos que independem de autorização é muito maior que a produção econômica sujeita às restrições dos direitos autorais. E isso sem contar a enorme quantidade de obras que jamais são criadas, gravadas ou publicadas, justamente por causa de restrições reais ou aparentes. É um imenso custo de oportunidade para a sociedade como um todo.

Patentes representam um freio semelhante no que diz respeito às técnicas industriais, desacelerando o avanço científico e tecnológico na medida em que inviabilizam os aperfeiçoamentos incrementais de técnicas monopolizadas por concorrentes. Contar patentes para medir a velocidade do progresso científico e tecnológico é tão ilógico quanto medir a velocidade de um carro através da quantidade de freios nele instalados.

Somem-se a isso os custos de perda de privacidade e os custos tecnológicos da constante

monitorização e imposição de restrições buscadas pela facção mais obsoleta mas mais poderosa da indústria editorial, das indústria de medicamentos e de sementes, externalizados à população em geral, e os custos de lobbying, para aprovar tais restrições, e jurídicos, para aplicá-las. Esses custos são seguramente repassados aos cidadãos e subtraídos dos autores e inventores.

A sociedade perde ainda mais porque patentes e direitos autorais induzem a práticas contrárias às mais benéficas, usadas desde tempos imemoriais. Embora tenham andado esquecidos por um ou dois séculos, vêm sendo retomados com muita força o compartilhamento e a construção colaborativa de conhecimento em comunidades com interesses comuns.

* Ih, já vi tudo! O Majestoso é mais um comunista!

Muito pelo contrário! Acredito no livre mercado, inclusive nos mecanismos que as sociedades capitalistas democráticas que o valorizam estabelecem para controlar o abuso e até a formação de monopólios, justamente porque são antagônicos ao livre mercado e prejudiciais à economia e à sociedade.

Monopólios quebram as engrenagens do livre mercado, levando à ineficiência. Um monopolista pode se acomodar em seu mercado e evitar o surgimento de concorrência. Pode usar seu poder de mercado para monopolizar outros mercados. Com isso, consegue vender produtos a um preço arbitrário, ao invés de seguir o princípio econômico do livre mercado, em que o preço tende ao custo marginal de produção.

Curioso é ver empresas que se auto-proclamam capitalistas exigindo mais e mais intervenção estatal na economia para preservar seus modelos de negócio antiquados e falidos, a fim de socializar os custos de imposição das restrições cada vez mais absurdas que tentam impor através de acordos anti-democráticos. E assim

No final das contas, a sociedade se divide frente a monopólios, ao invés de conseguir preço e produto melhor usando, unida, seu poder de barganha de monopsônio.

Alexandre Oliva

buscam cada vez mais controle e restrições, apesar dos grandes aumentos de faturamento que resultam da maior exposição alcançada através da livre distribuição das obras, conforme comprovado por pequenos e grandes editores, e tanto maior quanto mais os modelos de negócio se alinharam aos interesses da sociedade, ao invés de futilmente combatê-los.

No fim das contas, a sociedade se divide frente a monopólios, ao invés de conseguir preço e produto melhor usando, unida, seu poder de barganha de monopsônio.

*** Xii! Não entendi, dá pra explicar sem falar grego?**

Imagine que não exista direito autoral. Um autor detém o monopólio natural da obra, pois só ele a possui. A sociedade pode contrabalançar esse monopólio elegendo um representante exclusivo para negociar a compra da obra junto ao autor, para publicação sem qualquer restri-

ção. Nesse cenário, o autor não tem a quem mais vender: a sociedade é um monopsônio. Havendo apenas um vendedor e um comprador, a negociação atingirá (ou não) um ponto de equilíbrio que atenda da melhor maneira aos interesses de ambos.

Noutro cenário, existe direito autoral, e o autor detém não só o monopólio natural, mas o artificial, que lhe confere poder para restringir o que compradores podem fazer com a obra. Ao contrário de incentivar a sociedade a unir forças, induz cada um agir de maneira independente, fazendo com que cada negociação tenda a favorecer o monopólio. Graças às restrições, mesmo depois de alcançar o preço que pediria ao monopsônio, poderá continuar vendendo a obra sujeita a restrições.

Ou seja, em regime de direito autoral ou de patentes, a soma do que a sociedade paga é maior, e o que ela recebe é menor, por ser mais restrito. É uma péssima barganha.

Pior: conforme a teoria dos jogos, o vendedor usará o poder que lhe foi conferido para maximizar seu resultado. Temerá que concorrentes usem seus poderes de exclusão contra si mesmo, e por isso usará seu poder contra eles, num cenário de traição por falta de cooperação que lembra o dilema dos prisioneiros. Os compradores, por sua vez, induzidos a operar de forma descoordenada, também atingirão o pior resultado.

*** Como é que não viram isso antes?**

Até viram, mas há resistência e influência muito fortes daqueles que se beneficiam desses privilégios. Também não faz tanto tempo que esses privilégios existem, muito menos da forma como existem hoje: vários fatores mudaram, ao longo do último século, deixando-os ainda piores.

Direito autoral tem se expandido no tempo e no poder de restrição, através de mudanças legislativas. Patentes têm se expandido a áreas

em que não se aplicavam, não por mudanças em leis, mas por redefinição de termos e criatividade em interpretação jurídica.

Adicionalmente, sendo o progresso científico e tecnológico exponencial, o prejuízo generalizado decorrente de uma patente hoje é muito maior que no passado.

Some-se a isso que um dos avanços mais importantes é a possibilidade de comunicação, colaboração e cooperação instantânea a nível global, possibilitando não só a publicação imediata, praticamente sem custos, como também a negociação, de forma coordenada, da compra de bens para a sociedade.

A transição de várias formas de expressão cultural e artística a meios digitais hoje trivialmente duplicáveis potencializa as perdas da sociedade decorrentes desses privilégios tidos como mecanismos de incentivo que, além de prejudicarem a criatividade, sequer remuneram razavelmente autores e inventores, deixando a maior parte do faturamento nas mãos da paleolítica indústria editorial (filmes, música, livros digitais) e de trolls de patentes.

* Qual a solução?

As possibilidades de comunicação hoje dão espaço a inúmeras formas de financiar e monetizar serviços criativos.

Um exemplo simples é a venda direta de obras à sociedade. Imagine um sítio na Internet, ao qual autor ou inventor sobe uma obra ou uma invenção e estabelece seu preço de venda. Visitantes do sítio, possivelmente direcionados por anúncios do autor, inventor ou de seus representantes, podem ali registrar seu compromisso de pagar um certo valor para sua liberação. Uma vez que a soma dos compromissos atinja o valor estipulado, o material é publicado, sem qualquer restrição.

Detalhes podem ser experimentados, como a possibilidade de alterar o preço e o compro-

Como temos visto em leis de defesa de consumidores e nas várias regulamentações de portabilidade entre prestadores de serviços, é possível!

Alexandre Oliva

misso; de priorizar, ao longo de um período de distribuição gradual, quem pagou mais; de fixar um prazo máximo para concretização da venda; de estabelecer mecanismos de pré-avaliação do material e de reputação de autores e inventores, evitando ainda a falsidade ideológica na atribuição.

Mesmo assim, fica claro que não há necessidade de direito autoral nem patente para remunerar o autor ou o inventor por seu serviço criativo. Inúmeros outros modelos podem ser experimentados, sem depender de mecanismos jurídicos de benefício no mínimo discutível: a criatividade é o limite, e estamos falando justamente de serviços criativos.

* Então, a sugestão é abolir direitos autorais e patentes?

Sim, mas não basta. Direitos autorais e patentes não são as únicas maneiras disponíveis hoje para formar monopólios prejudiciais à sociedade relacionados a obras culturais e invenções. O Movimento Software Livre, iniciado por esse rapazinho, Richard Stallman, tem chamado

atenção a várias outras formas de controle, tais como contratos (NDAs, EULAs) ainda mais restritivos que as leis, medidas técnicas como a Gerência Digital de Restrições (DRM) e a publicação de obras somente em formas opacas, que dificultam ou inviabilizam cópia (formatos "protegidos") ou modificação (sem "código fonte").

Dentro do regime de direito autoral, a solução proposta pelo Movimento Software Livre, adotada também por movimentos de cultura livre, é o copyleft, uma técnica de licenciamento que consiste em oferecer permissões suficientes para respeitar os direitos humanos de copiar, adaptar, melhorar e distribuir uma obra de maneiras que preservem essas permissões, sem porém anular as restrições impostas pelo direito autoral que impedem a distribuição de formas que negassem esses direitos.

O copyleft inviabiliza a formação de monopólios sobre as obras, porém funciona somente sob regime de direito autoral. Abolidos os poderes monopolísticos do direito autoral e das patentes, eliminar-se-iam as defesas do copyleft contra monopólios formados por contratos restritivos e medidas técnicas.

Por isso, a sugestão não é simplesmente abolir o direito autoral e as patentes, mas substituí-los por leis que controlem monopólios intelectuais, como em qualquer capitalismo democrático que se preze, evitando sua formação.

A ideia é que toda a sociedade possa se beneficiar de obras e invenções, uma vez que seus autores e inventores tenham recebido a remuneração que solicitaram para publicá-las, com mecanismos que impeçam que elas sejam monopolizadas: proibindo restrições jurídicas e técnicas e exigindo a oferta de "código fonte".

Noutras palavras, garantir o livre mercado, sem monopólios, para que a economia funcione da melhor forma possível, conforme propôs o economista Adam Smith, complementado pelo jovem John Nash; defender, através de leis como as de portabilidade, as liberdades defendidas através de direito autoral pelo copyleft, proposto pelo mesmo Stallman do Software Livre. Aliás, faço minhas as palavras do renomado cientista da computação Donald Knuth: "Stallman é um de meus heróis".

Quanto aos intermediários, autores e inventores que hoje clamam por poderes cada vez maiores... Já está mais que na hora de aprendrem, como eu aprendi em vida, que transformar tudo que tocam em ouro é uma maldição. Pode parecer vantajoso e tentador, mas o que se perde por causa desses poderes é muitíssimo mais que o que se ganha.

Copyright 2010 Alexandre Oliva

Cópia literal, distribuição e publicação da íntegra deste artigo são permitidas em qualquer meio, em todo o mundo, desde que sejam preservadas a nota de copyright, a URL oficial do documento e esta nota de permissão.

<http://www.fsfla.org/svnwiki/blogs/lxo/pub/toque-de-midas> 



ALEXANDRE OLIVA é conselheiro da Fundação Software Livre América Latina, mantenedor do Linux-libre, evangelizador do Movimento Software Livre e engenheiro de compiladores na Red Hat Brasil. Graduado na Unicamp em Engenharia de Computação e Mestrado em Ciências da Computação.



Por Carlisson Galdino

Episódio 10

Corrida às Armas

Cidade de Stringtown. Uma metrópole bahiana conhecida internacionalmente. Devido a um grave acidente com um vírus biológico, os funcionários da Sysatom terminam ganhando super-poderes. O grupo se divide. De um lado, o casal Darrel e Pandora. Do outro, os quatro funcionários restantes. Darrel e Pandora tentam resgatar Louise, mas ela não demonstra interesse em se juntar aos dois. Eles partem. O grupo de Oliver, agora que resolveu mudar seu nome para Tungstênio, destrói a base da fabricante de placas-mãe Milihash. Darrel acompanha reportagem pela televisão, enquanto Pandora dormia. Ao lhe contar os fatos no dia seguinte, Darrel quase é morto por Pandora, quando eles descobrem que ela tem algum tipo de poder elétrico.

Pandora: E o que é que a gente faz, Bem?

Darrel: Ainda não sei, mas a gente precisa se posicionar sobre isso tudo. Ninguém parece saber da Sysatom e Oliver está indo longe demais.

Pandora: Mas a gente não dá conta daqueles gigantes lá...

Darrel: Precisamos de proteção. Coletes, armas de fumaça, spray de pimenta...

Pandora: Você tá doido, Amor? Onde que a gente vai conseguir isso tudo?

Darrel: Temos que dar um jeito. Acho que vou providenciar uma venda involuntária.

Pandora: Como assim, Bem?

Darrel: Vou procurar algum canto que tenha armamento e trago, deixando dinheiro no lugar.

Pandora: Ué, e onde que vendem armamento? É só assim, é? Chegar e comprar?

Darrel: Eu dou um jeito. Está pronta?

Pandora: Estou, né? Pra quê?

De repente, Pandora vê que não está mais no hotel. Estão num terreno abandonado. ...ou

quase. Tem umas crianças jogando bola descalças ali ao longe, mas é uma área grande sem ninguém.

Pandora: Darrel! Você me mata! Como você faz isso?! E por que a gente tá nesse canto vazio?!

Darrel: Calma, Pandora. É que já assisti Death Note...

Pandora: Aquele desenho besta japonês? Que tem?

Darrel: Você tem um poder sobre o qual a gente não sabe nada. Vamos fazer como o Kira, quando encontrou o livro. Vamos testar seu poder, pra gente conhecer todos os limites e possibilidades.

Pandora: Vixe, que se vê isso em desenho? Mas e se eu te matar de novo?

Darrel: Eu não vou estar aqui.

Pandora: Quer dizer que vai me deixar sozinha e abandonada?

Darrel: Volto logo. Preciso procurar equipamento. Quero que você descubra algumas coisas. Primeiro. Tente soltar o raio de novo. Segundo. Veja se consegue controlar a direção do raio. Terceiro, veja se consegue controlar a quantidade de eletricidade que você solta. Quarto, vê se consegue preparar o raio e

VII Conferência
Latino-Americana
de Software Livre

LATINOWARE
2010



18 a 20 de novembro | 2010
Parque Tecnológico Itaipu
Foz do Iguaçu | PR | Brasil

Informações e inscrições:
www.latinoware.org

cancelar.

Pandora: Isso tudo, Bem? Tá...

Darrel: Volto já, minha linda. Se cuida. E boa sorte.

Darrel beija Pandora, que ainda está atordoada com isso tudo. Logo em seguida, Darrel não se encontra mais ali.

Pandora: Pra você também... Ai... Tá, se eu lembrar tudo isso...

Enquanto isso, na Sysatom Technology...

Tungstênio: Vamos todos.

Patinhas: Chefe? Ó... Era bom ficar alguém pro caso de invadirem a gente de novo, né?

Tungstênio: Verdade. Você fica, Patinhas.

Seamonkey: Não sei pra quê a gente precisa de armas.

Montanha: Se fosse só isso, estava bom. Você nunca sabe é de nada, mulher burra! Se vamos

dominar o mundo, temos que estar preparados, ora!

Seamonkey: Idiota...

Tungstênio: Vamos. Temos que correr. Hmm... É importante sempre ficar alguém aqui mesmo. Preciso de um dado pra sortear quem fica de outra vez.

Patinhas: Ei, chefe! Eu jogava RPG! Tinha uns dados massa lá! Um de quatro lados dava certinho pra gente!

Tungstênio: Um de seis lados serve. Eu é que decidirei se eu mesmo vou ou não. O dado serviria só pra vocês três.

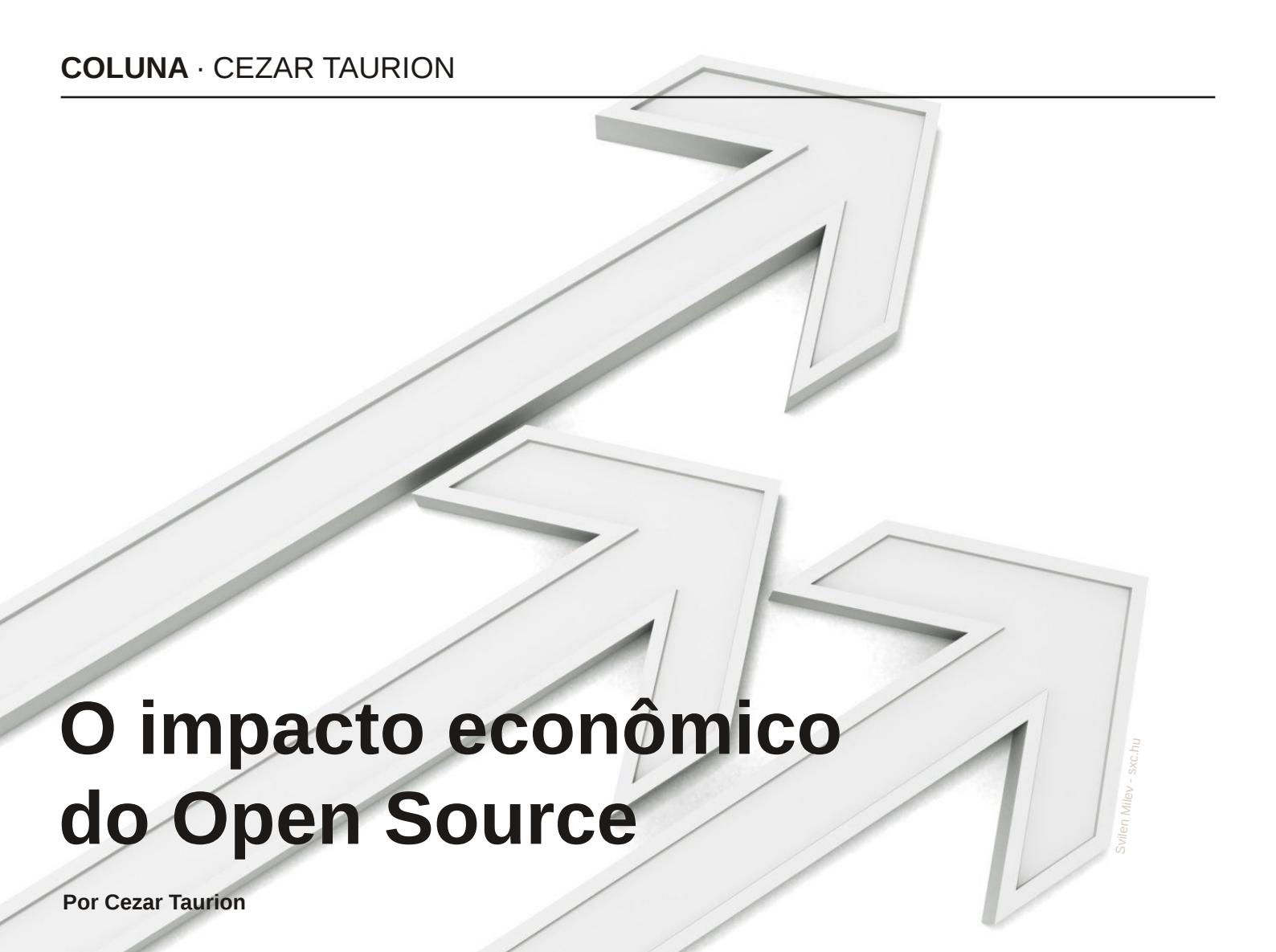
Patinhas: Ah, tou ligado...

Tungstênio: Depois a gente vê se arruma um... Vamos nessa! 



CARLISSON GALDINO é Bacharel em Ciência da Computação e pós-graduado em Produção de Software com Enfase em Software Livre. Já manteve projetos como IaraJS, Enciclopédia Omega e Losango. Hoje mantém pequenos projetos em seu blog Cyaneus. Membro da Academia Arapiraquense de Letras e Artes, é autor do Cordel do Software Livre e do Cordel do BrOffice.





O impacto econômico do Open Source

Por Cezar Taurion

Svilen Miliev - sxc.hu

Um assunto que merece nossa atenção e que nem sempre é debatido com profundidade nos eventos e artigos específicos sobre Open Source é o seu impacto econômico. Entretanto, existe um estudo muito interessante e bem detalhado, escrito em 2006, mas ainda bem atual, que é o relatório "Economic Impact of FLOSS on innovation and competitiveness of the EU ICT sector", que pode ser acessado em http://ec.europa.eu/enterprise/ict/policy/doc/2006-11-20-floss_impact.pdf. É um calhamaço de mais de 280 páginas, mas

que todo interessado em analisar Open Source sob o ponto de vista de seu impacto na economia e na indústria de software deve ler.

Open Source é um movimento que deve ser estudado profundamente. Não pode ser considerado apenas de forma simplista, como um movimento ideológico de hackers. Tem profundos impactos na indústria de software. Aliás, pode e já está transformando toda a indústria de software.

Alguns dados extraídos deste relatório, que mostra de

Open Source é um movimento que deve ser estudado profundamente. Não pode ser considerado apenas de forma simplista, como um movimento ideológico de hackers.

Cezar Taurion

forma clara o impacto do Open Source na economia e indústria de software na Europa e no mundo:

a) Em market share está claro que Open Source está se disseminando muito rapidamente pelo mundo todo. Em alguns setores é líder ou está entre os três ou quatro primeiros softwares em termos de utilização, como sistemas operacionais (Linux), web servers (Apache), browsers (Firefox), databases (MySQL e PostgreSQL), suites de escritório (OpenOffice.org), linguagens de programação (Perl, PHP...).

b) Europa e EUA são as regiões que concentram a maior parte dos desenvolvedores. Provavelmente Ásia e América Latina enfrentam o problema da língua, pois a maioria das comunidades dos softwares mais im-

portantes dialoga em inglês. Na Ásia, Índia e China se destacam. O Brasil aparece com destaque no uso do Open Source em órgãos governamentais.

c) Falando em impactos econômicos, o estudo da base instalada de Open Source teria custado às empresas europeias, se fosse desenvolvido nos moldes tradicionais, cerca de 12 bilhões de euros. Esse valor foi calculado à época e devemos lembrar que o volume de código aberto está dobrando a cada 18/24 meses.

d) Estima-se que o esforço de desenvolvimento e manutenção do Open Source (os grandes projetos de software tem cerca de 50% de seu código base substituído a cada cinco anos) equivale a uma força tarefa de 131.000 profissionais/ano. O estudo avalia esta contribuição da comunidade

em 800 milhões de euros por ano.

e) O estudo também estima que em fins deste ano de 2010, o ecossistema Open Source vai alcançar cerca de 4% do PIB europeu!

f) O estudo também mostrou o potencial da informatização por empresas e administrações governamentais de pequeno porte (como prefeituras), que não têm capital para maiores investimentos em aquisições de software. Com Open Source as barreiras de entrada caem significativamente, abrindo maiores oportunidades para estas empresas se informatizarem.

g) O relatório aponta como um efeito positivo do Open Source na Europa, o potencial de geração de empregos e criação de pequenas empresas de software e serviços, principalmente porque na UE não existe tanto VC (venture capital) disponível, nem uma cultura de risco como existe nos EUA.

h) Um aspecto destacado pelo estudo é a oportunidade de desenvolvimento de habilidades, que incluem além da óbvia habilidade de programação, conhecimentos dificilmente aprendidos nos cursos formais de ciência da computação como aspectos jurídicos (licenças e patentes/copyrights de software), trabalho colaborativo em equipes e coordenação de comunidades. Uma das pesquisas do estudo mostrou

que 78% dos desenvolvedores se juntavam à comunidades Open Source para aprender e desenvolver novas habilidades.

i) O estudo também mostra o potencial do Open Source em incentivar inovação (destruição criativa), apontando o fato que a indústria de software tradicional tende muitas vezes a inovar de forma incremental, não disruptiva. Estima que pelo menos 36% de investimentos em P&D de software poderiam ser economizados com uma maior sinergia entre a indústria e as comunidades Open Source.

j) Um importante aspecto destacado pelo relatório foi crescente uso do Open Source na criação de produtos e serviços onde software é embarcado, como equipamentos médicos, eletroeletrônicos, celulares, automotivos e outros. Nesses produtos o software é meio, e não fim, e o uso de Open Source como o sistema operacional Linux reduz o seu custo de desenvolvimento e acelera a sua entrada no mercado. O estudo mostrou como a Nokia ganhou tempo com sua plataforma Maemo, baseada na distribuição Debian. Analisando um relesase específico, denominado Mistral, liberado em agosto de 2006 para o projeto experimental Tablet 770, eles viram que a Nokia precisou desenvolver apenas 200.000 linhas de código (1,5% das mais de 15 milhões de linhas da plataforma Mae-

 Somente no ano passado foram criados mais de 19.000 projetos Open Source. Se somarmos o valor de todas as centenas de milhares de projetos Open Source que existem hoje em dia com seus bilhões de linhas de código, chegaríamos ao estonteante valor de 400 bilhões de dólares.

Cezar Taurion



mo), ganhando com isso tempo e poupando investimentos que puderam ser aplicados em novos desenvolvimentos. Caso tivesse que desenvolver tudo do zero a Nokia precisaria alojar 12.000 desenvolvedores/ano e mais de 870 milhões de euros.

Além dos dados deste estudo outros números nos chamam a atenção. Somente no ano passado foram criados mais de 19.000 projetos Open Source. Se somarmos o valor de todas as centenas de milhares de projetos Open Source que existem hoje em dia, com seus bilhões de linhas de código, chegaríamos ao estonteante

valor de 400 bilhões de dólares.

O que estes numeros demonstram claramente é que Open Source não deve ser encarado de forma simplista como um movimento restrito a discussões ideológicas, onde a decisão de ir para Open Source é apenas porque é Open Source, mas como um meio eficaz de proporcionar desenvolvimento econômico.

Aliás, o modelo Open Source começa a se espalhar por outros setores econômicos. Recentemente a GlaxoSmithKline PLC abriu à comunidade pesquisadora os



A expectativa da Glaxo é que o compartilhamento de informações (conceito Open Source), que deram certo no setor de software levem os cientistas a descobrir uma droga mais rapidamente que se trabalhassem isoladamente.

Cezar Taurion



modelos de 13.500 componentes químicos, que segundo ela, seriam capazes de inibir o parásita que causa a malária. A expectativa da Glaxo é que o compartilhamento de informações e a pesquisa conjunta (conceito Open Source), que deram certo no setor de software levem os cientistas a descobrir uma droga mais rapidamente que se trabalhassem isoladamente. É uma quebra de paradigmas, pois a indústria farmacêutica guarda como segredo de estado as fórmulas de seus remédios, assim como a indústria de software sempre manteve a sete chaves o código fonte de seus produtos.

A iniciativa é pragmática, pois abre as fórmulas para do-

enças, como a malária, que afigem populações pobres e que os remédios "proprietários" desenvolvidos para tratá-las não prometem retornos muito altos. O desenvolvimento de um remédio é um processo caro, de erro e acerto, que envolve identificar quais componentes químicos produzem certos efeitos num determinado alvo biológico. No ano passado a Glaxo testou dois milhões de compostos, selecionando as 13.500 moléculas, que segundo ela, potencialmente apresentam algum efeito. Mas, reduzir a lista de compostos a um número bem mais limitado de itens que possam levar ao desenvolvimento de um remédio é um processo caro e complexo. Qualquer componente que se prove promissor levará anos

de pesquisa e investimentos para se transformar em um remédio contra a malária.

A proposta Open Source da Glaxo sinaliza que a empresa não patenteará qualquer remédio contra a malária que possa a ser descoberto a partir destes componentes e espera que outros pesquisadores doem sua propriedade intelectual para um pool de patentes voltado a doenças negligenciadas, como a malária. 

Para mais informações:

Site Open Source Initiative
<http://www.opensource.org>

Artigo sobre Open Source na Wikipédia
http://pt.wikipedia.org/wiki/Open_source

Artigo Economic Impact of FLOSS on innovation and competitiveness of the EU ICT sector (em inglês)
<http://ec.europa.eu/enterprise/ict/policy/doc/2006-11-20-flossimpact.pdf>

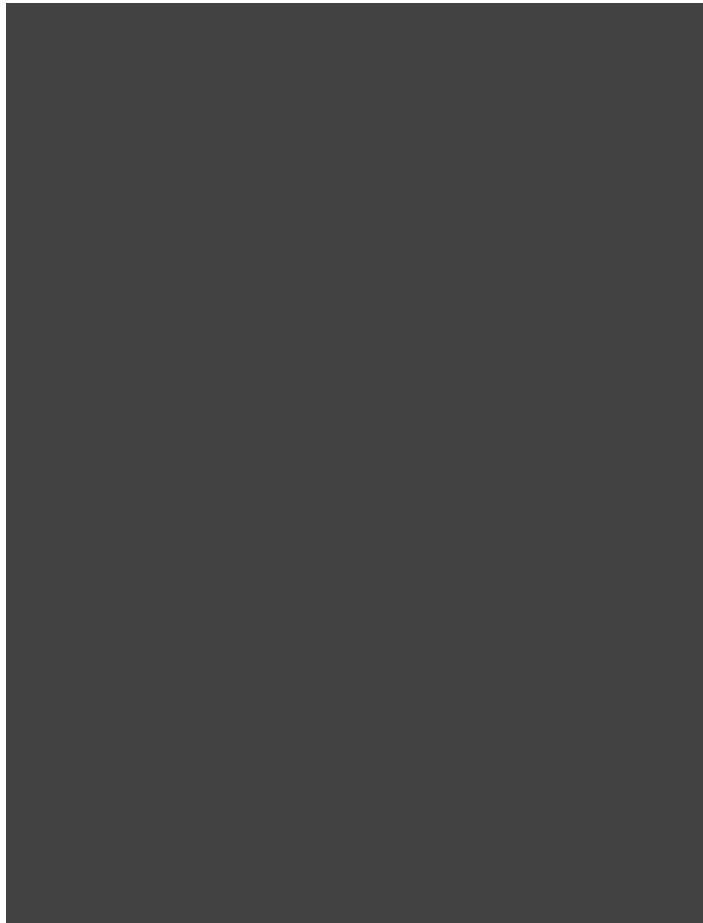
Site GlaxoSmithKline
<http://www.gsk.com>



CEZAR TAURION é Gerente de Novas Tecnologias da IBM Brasil. Seu blog está disponível em www.ibm.com/developerworks/blogs/page/ctaurion



Ivan Prole - sxc.hu



De meia-noite às seis

Por Roberto Salomon

Fico sempre impressionado com a facilidade com que algumas pessoas conseguem gerenciar o tempo. Equilibram sem maiores preocupações ou esforços aparentes suas vidas profissionais e pessoais além de ainda sobrar tempo para algum hobby que, via de regra, consome um tempo enorme. Eu faço parte da turma que se esforça, mas que acaba deixando a vida e os projetos pessoais para aquela hora mágica entre meia-noite e seis da manhã.

O mais impressionante é que são essas pessoas que, além das suas atribuições diárias, conseguem gerir projetos de Software Livre importantes.

Quem ainda não teve a experiência de participar da coordenação de algum projeto não faz ideia do volume de mensagens que circulam nas listas de administração. São discussões e decisões das mais variadas que vão desde decisões técnicas até o dia a dia da organização do projeto. A grande maioria destas decisões, apesar de colegiadas, exigem a participação do coordenador.

“ Muito do sucesso dos principais projetos se deve à dedicação dos coordenadores. São eles os últimos responsáveis pela manutenção do interesse da comunidade pelo produto e pelo próprio projeto.”

Roberto Salomon

E chega a época do FISL. Além de tudo o que acontece normalmente o pobre coordenador ainda tem que preparar palestras, entrevistas, apresentações, marcar passagem, reservar hotel. E ainda tem que sobrar tempo para o social.

Muito do sucesso dos principais projetos se deve à dedicação dos coordenadores. São eles os últimos responsáveis pela manutenção do interesse da comunidade pelo produto e pelo próprio projeto. E isso, por conta própria, é uma tarefa muitas vezes inglória.

Quando ajudei mais ativamente no BrOffice.org, costumava dizer que um projeto de suite

de escritório é pouco sexy. Todo desenvolvedor quer participar de coisas mais suculentas como o kernel do Linux ou engenho do PostgreSQL. Mesmo assim, o projeto BrOffice.org conseguiu manter uma comunidade engajada e ativa que adotou causas como o ODF além da promoção e utilização do produto.

Seria leviano tentar citar todos os nomes que mantém essa vibrante comunidade ativa e engajada. Considerem-se todos devidamente cumprimentados e lembrados nas figuras do Claudio e do Furusho.

Uma grande vantagem das comunidades de Software Livre é o fato que as lideranças se revezam. Novos nomes surgem a cada dia e trazem sua contribuição inestimável para os projetos nos quais participam.

No final das contas, o dia é o mesmo para todos, mas alguns conseguem fazer um pouco mais, distribuindo o tempo entre os projetos dos quais participam e ainda por cima encontram tempo para dormir um pouco. Nem que seja de meia-noite às seis. 

Para mais informações:

Blog do Roberto Salomon:

<http://rfsalomon.blogspot.com>



ROBERTO SALOMON é arquiteto de software na IBM e voluntário do projeto BrOffice.org.

Venha para o maior evento de software livre do Brasil

**21 a 24
DE JULHO DE 2010**

CENTRO DE EVENTOS DA PUCRS
PORTO ALEGRE-RS - BRASIL



fisl11

11º Fórum Internacional
Software Livre
A tecnologia que libera

Faça sua inscrição pelo site
www.fisl.org.br





Sylven Milev - sxc.hu

Quais as vantagens de se ter um blog técnico?

Por Krix Apolinário

Ao contrário do que muitas pessoas pensam manter um blog não é tarefa nada simples, isso claro, se você quer ter algum tipo de reconhecimento e não somente levar na 'brincadeira'.

Normalmente, blogs mais técnicos nascem por um motivo: Querer compartilhar conhecimentos, descobertas, problemas e/ou dúvidas das quais conseguiu resolver com outras pessoas, enfim, pessoas que querem repassar informações com outras e essa divulgação sobre um

determinado assunto muito que está em busca de mais conhecimento e também a quem escreve que algumas vezes o o conteúdo do próprio blog chega a servir como um bloco de anotações, o qual se recorre para ajudar a relembrar sobre um assunto que simplesmente 'deu branco'.

Contudo esses blogs não servem somente para deixar conteúdo e ponto final, não é como um livro que pegamos na biblioteca e vamos em busca do capítulo o qual nos interessa, lemos e

devolvemos, não é assim, em blogs podemos trocar informações com o autor de forma rápida, algumas vezes complementando, outras retificando, elogiando, criticando e desse modo com o passar das publicações, e claro, dependendo da qualidade das postagens, vai havendo uma divulgação, um crescente número de acessos, e assim mais pessoas passam a ler e comentar o conteúdo das postagens e assim passasse a conhecer pessoas, pessoas às quais podem ser tornar amigas, havendo além da troca de informações técnicas, troca de experiências de vida e outras vezes o conteúdo chama a atenção de uma empresa, onde pode haver uma parceria ou até mesmo uma proposta de emprego.

Existe também o retorno

financeiro através de propagandas, que não é sempre que ocorre e muitas vezes os valores são pequenos, mas que ajudam, inclusive a manter o blog e alguns outros casos esse retorno torna-se uma renda extra, e é justo quando o conteúdo é bom e existe uma responsabilidade do autor para com o blog.

Vale lembrar também que para o autor escrever posts com assuntos interessantes ele tem que ler muito, estudar e buscar conhecimento para repassar e isso é definitivamente muito importante para o crescimento do blog e principalmente de quem escreve, afinal ele acaba tendo a necessidade, e a vontade, de conhecer mais coisas, se aprofundar em alguns temas e passa a ler com muito mais frequência.

Ter um blog técnico vale muito a pena, as vantagens são muitas e ótimas, mas para que elas existam é necessário que haja dedicação, responsabilidade com ele, se não ele se tornará apenas mais um blog entre tantos outros que nascem na blogosfera. 



KRIX APOLINÁRIO
é graduada em Internet e Redes de Computadores e atua como Administradora de Sistemas Unix/Linux do C.E.S.A.R.



The cover of the magazine features a dramatic, dark sky filled with billowing white clouds. The title "REVISTA espírito livre" is prominently displayed in large, white, serif capital letters. Below the main title, the words "LIBERDADE E INFORMAÇÃO" are written in a smaller, white, sans-serif font. At the bottom of the cover, the website address "http://revista.espiritolivre.org" is printed in a white, sans-serif font.



Entrevista com João Carlos Caribé

Por João Fernando Costa Júnior

Revista Espírito Livre: Olá João Caribé. Se apresente aos leitores da revista. Quem é João Caribé e o que faz no seu dia a dia? Trabalha com o que e onde mora?

João Carlos Caribé: Meu nome é João Carlos Rebello Caribé, carioca, nascido no ano do golpe militar, no então estado da Guanabara, onde resido até hoje. Filho do bahiano Carlos Carlos e da maranhense Maria Izabel. Sou publicitário, ciberativista e um idealista incurável pela liberdade na rede. Atualmente sou coordenador de mídias sociais do Alessandro Molon do PT, que é candidato a Deputado Federal pelo Rio de Janeiro (<http://molon1313.com.br>).

REL: O que é o Mega Não e porque criá-lo? Porque esse nome: Mega Não? Em que situação surgiu a criação do movimento?

JCC: Na verdade o movimento existia muito antes do nome. O movimento pela liberdade na rede e contra o AI5 digital existe há muito

tempo. Eu me engajei nele em 2006, mas muita gente boa já estava engajada. O texto tramitava no Senado e precisávamos fazer algo realmente relevante. Foi quando me indicaram o texto do Sérgio Amadeu e do André Lemos, que hoje ainda é o texto da petição online contra o PL de Cibercrimes que eu publiquei (<http://www.petitiononline.com/veto2008/petition.html>). Omar Kaminski, Gilberto Pavoni, Herinque Antoun, Raquel Recuero e centenas de outros formadores de opinião também estavam engajados na causa. A petição recebeu 3000 assinaturas na primeira semana, e era ante-véspera de recesso parlamentar e não havia nenhuma indicação de o AI5 digital seria votado. Mesmo assim decidimos mandar para alguns senadores as 3000 assinaturas e o texto da petição. Enviamos inicialmente ao Mercandante e depois para todos os outros senadores. No dia seguinte às 23:30h, estava conversando com o Omar pelo gtalk quando começou a surgir rumores de que o AI5 digital estava sendo votado, e o pior é que era verdade! O Azeredo "enfiou" o AI5 digital para votação extra-pauta, às 23h junto com o projeto da CPI da pedofilia, e o fez ser votado sob este argumento, e ele passou no Senado para nosso desespero. A sorte é que o projeto ainda teria de ser votado na Câmara novamente porque surgiu lá e fora modificado no Senado. Logo depois do recesso, o Deputado Júlio Semeghini pediu que ao PL84/99 (O AI5 digital) tivesse tramitação de urgência, mas neste momento a petição já tinha mais de 90 mil assinaturas. Foram 90 mil só no primeiro mês! O crescimento rápido da petição chamou a atenção dos deputados, de que havia um movimento da sociedade civil contra o PL84/99 e que este movimento apresentava argumentos consistentes. Frente a isto, o Deputado Paulo Teixeira entrou com um pedido na Câmara para o PL84/99 ser apreciado nas comissões da casa.

Havíamos conseguido o que muitos pensavam ser impossível: a sociedade organizada conseguiu pacificamente paralisar um projeto de lei ruim para a Internet. O caso foi noticiado no Bra-

sil e no exterior pela mídia alternativa, já que a mídia tradicional sempre foi veladamente a favor do AI5 digital, pois a Internet livre para eles parece ser uma grande ameaça. Com isto, precisávamos fazer um movimento Mega, algo que chamasse a atenção de verdade e aí tive a ideia do nome Mega Não, mas não tinha uma estratégia de ação definida ainda. Queríamos atingir uma massa grande. Conversando com o Daniel Pádua, ele falou que estavam organizando um ato público em São Paulo contra o AI5 digital, e aí surgiu a ideia inicial deste ato público ser o tal Mega Não. Eu e o Daniel costuramos uma série de eventos que poderiam ser feitos para que o Mega Não fosse realmente mega. O plano tinha blogagens coletivas (que aconteceu), flashmobs pelas capitais e ações diversas on e offline. Neste meio tempo, queria levar o Mega Não para as classes C e D, e procurei Mário Brandão, presidente da ABCID. O mais curioso foi que depois da reunião que tivemos com ele, que foi positiva para o Mega Não, acabamos abraçando a causa das Lan Houses e da Inclusão digital, mas isto é outro papo. O Mega Não seria uma rede social, mas na necessidade de lançar logo o movimento decidi lançar o blog atual, com a ideia de que ele seria um Meta manifesto, já que novos atos públicos foram anunciados, o que mudou nossa ideia inicial. Desta forma, estruturamos o blog (<http://meganao.wordpress.com>) com anúncios de eventos ligados ao movimento, com apoios, e principalmente com uma enorme bibliografia com motivos para repudiarmos o AI5 digital. O nome Mega Não ficou tão forte que acabou sendo o nome do movimento que começara anos antes dele.

REL: Qual o principal ponto a ser atingido com as campanhas do Mega Não? Qual a expectativa real a respeito? Ações nascidas na Internet têm força suficiente para alterar leis e direcionar políticas?

JCC: O Mega Não é um mega não ao vigilantismo e ao controle. Este é o posicionamento do movimento, o que alias é interessante por-

que é um movimento sem lideranças e totalmente horizontal, qualquer um pode se apropriar dele, dentro do foco do posicionamento, e usá-lo. Tem sido assim, e temos abraçado as causas que surgem desta forma. A expectativa é que ele ganhe corpo e passe a ser uma organização representativa no Brasil pela liberdade e privacidade na rede como é a EFF nos Estados Unidos, uma vez que não temos nada especificamente assim ainda por aqui. Uma organização sempre tem o poder da institucionalidade e pode ir além de uma sociedade civil organizada. Tenho absoluta certeza que o ativismo na internet, o ciberativismo, é muito mais eficiente que o ativismo tradicional, apesar dos conservadores usarem o termo pejorativo de ativismo de sofá, como forma de desmerecer o movimento. Não preciso dizer muita coisa pois com o ciberativismo conseguimos arregimentar parlamentares que organizaram atos públicos como o Paulo Teixeira em São Paulo, o Alessandro Molon no Rio, a Manoela D'Avila no Rio Grande do

Sul, além de atos públicos em Vitória e Minas Gerais. O ciberativismo, com sua comunicação em rede, permite pavimentar sólida e rapidamente uma plataforma que favorece estes atos. Veja que a coisa não parou por aí: o Marco Civil, a Reforma da Lei de Direitos Autorais, o Plano Nacional de Banda Larga e o eDemocracia são exemplos claros de que as ações nascidas na Internet têm força, muita força, pois são milhões de "Davids" juntos enfrentando os "Golias". Esta eleição, por exemplo, tem tudo para ser diferente, mas a sociedade e até mesmo os ciberativistas ainda não se tocaram de que é uma grande oportunidade para mudarmos o cenário parlamentar. Temos a força da comunicação em rede, podemos colocar e tirar quem desejarmos nestas eleições, só que parece que ainda não nos tocamos disto, senão estaríamos agitando a Internet no lugar dos candidatos e seus marketeiro, estaríamos nos doando a favor de quem desejamos e contra aqueles que são pessoas não grata. Veja ai por exemplo o Eleitor 2010 (<http://www.eleitor2010.com.br>) que deveria estar "bombando" e não está.

O Mega Não é um mega não ao vigilantismo e ao controle, este é o posicionamento do movimento, o que é aliás é interessante porque é um movimento sem lideranças e totalmente horizontal...

João Carlos Caribé

REL: Quem já aderiu ao Mega Não? Qual a motivação deles?

JCC: Muita gente, muitas organizações e parlamentares já citados aderiram ao Mega Não. Tem uma lista aqui <http://meganao.wordpress.com/o-mega-nao/quem-esta-participando/>, mas é incompleta. Na verdade a motivação deles é a mesma do movimento: a liberdade e privacidade na rede. Sabe porque defendemos a liberdade e privacidade na rede? Então deixa eu contar uma história que o Sérgio Amadeu contou: O Bill Gates é hoje o "trilhardário" que é porque simplesmente usou uma plataforma de hardware livre, o IBM PC para agregar, e o sistema operacional dele. A Internet livre e neutra é esta plataforma, precisamos dela assim para criarmos a compartilhamos. Temos um dos povos mais criativos do mundo, percebemos que a cada dia que se passa este movimento da socieda-

de conectada e do compartilhamento nos vai levando para um novo modelo sócio, econômico e cultural, e porque não pode partir de Brasileiros esta inovação?

REL: E o ACTA, porque ele é tão polêmico e é um afronta às liberdades?

JCC: O ACTA é o pior de nossos pesadelos, pois ele é um acordo do G8 que veio sendo conduzido em segredo por anos. Ele começou pela questão da proteção das patentes, mas hoje é o maior pesadelo, pois o provedor xerife, o 3 strikes (hadopi) e outras aberrações do gênero constam nele. O pior é que o ACTA tem grande chance de adesão ao TRIPS e pode nos ser enfiado goela abaixo via OMC, ignorando inclusive o próprio Parlamento Brasileiro. Um grupo de estudiosos e pesquisadores do mundo inteiro fizeram um manifesto contra o ACTA (<http://direito-rio.fgv.br/node/1018>) do qual sou signatário, e dele destacamos os problema que o ACTA irá causar:

- Internet

* Incentivar os provedores de Internet a policiarem as atividades dos usuários de Internet, incluindo a desconexão de usuários da Internet, ao considerar os provedores responsáveis pelas ações de seus assinantes, condicionando isenção de responsabilidade aos provedores à adoção de políticas de monitoramento, e exigindo que as partes incentivem cooperação entre provedores e detentores de direitos;

* Incentivar tal monitoramento sem a adequada supervisão judicial ou devido processo legal;

* Globalizar dispositivos contra a violação de medidas técnicas de proteção ("anti-circumvention provisions") que ameaçam a inovação, competição, software livre, modelos de negócio baseados em software livre, interoperabilidade, o gozo de direitos dos usuários, e as escolhas dos usuários.

- Saúde: O ACTA irá ameaçar o acesso global a medicamentos mais baratos, onerando ainda mais o custo da saúde.

- Direito autoral: O ACTA irá distorcer o equilíbrio entre os interesses de titulares de direitos e interesses de usuário.

- Comércio Internacional: O ACTA erigirá barreiras, desproporcionalmente prejudicando países em desenvolvimento dependentes de importações e exportações de bens essenciais.

- Direitos e instituições internacionais - O ACTA está, direta ou indiretamente, em conflito com um grande número de leis e processos internacionais.

- Processo Democrático: O ACTA altera o tradicional e constitucionalmente determinado processo de produção das normas de propriedade intelectual.

Recomendo veemente a leitura do texto completo, pois ele já é um resumo: <http://direito-rio.fgv.br/node/1018>.

REL: O que dizer sobre a liberdade eleitoral na rede? O que liberar e o que proibir?

JCC: Inicialmente até fizemos um movimento contra a lei eleitoral, propondo abertamente uma grande desobediência civil, é o que iria acontecer de fato. Mas houve uma grande flexibilização na proposição da lei eleitoral na Internet, já prevendo que o eleitor tem o direito à se manifestar livremente e inclusive declarar abertamente seu apoio da forma que lhe for conveniente. Mesmo assim, ainda vemos perseguições infundadas como as contra os blogs "Os amigos do Presidente Lula" e o "Blog da Dilma" (o não oficial), que possuem representações no MPF e no TSE completamente infundadas propostas pela oposição. Acho que ainda falta muito para termos um processo realmente democrático. Tem muita coisa que precisa ser liberada. Temos de levar em conta que o eleitor está cada vez mais ativista e ele precisa de es-

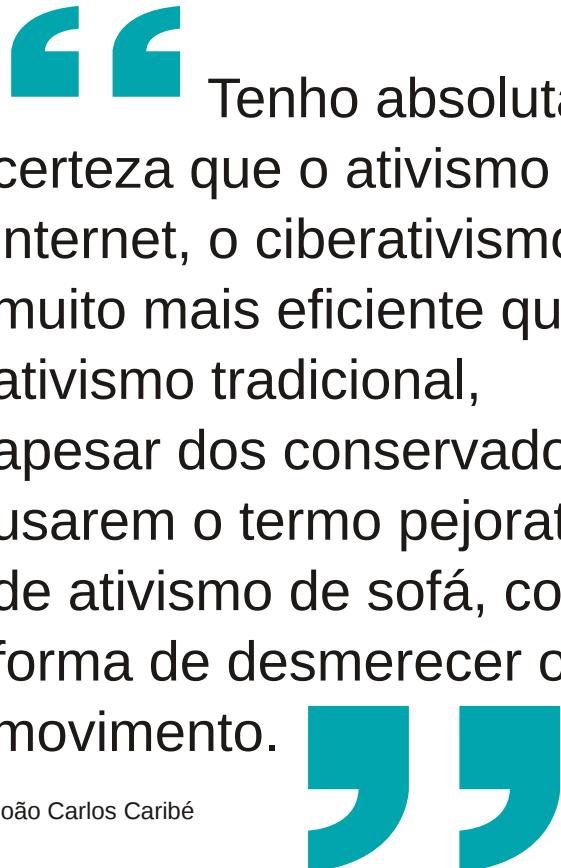
paço para exercer o seu direito constitucional de livre expressão.

REL: A transparência na rede é um ato contrário ao vigilantismo?

JCC: Existe um livro do Túlio Vianna, cujo título representa bem o que é o ideal: "Transparência pública e opacidade privada". Quanto mais transparente for a prestação de contas da gestão pública, maior a democracia e menor a corrupção. Veja por exemplo que no site da Fazenda do Rio de Janeiro, consta que o Estado arrecadou R\$ 1,5 bilhões ano passado de IPVA, mas é impossível saber onde e de que forma este dinheiro foi aplicado, isto sem falar nas multas que são aplicadas que não existe nenhuma prestação de contas formal deste dinheiro. Não vejo muita relação da transparência na rede ser contrária ao vigilantismo, a não ser pelo aspecto de que a vigilância aí muda de mão.

REL: Você acredita que o vigilantismo é um aliado no combate aos crimes virtuais? Existe alguma forma de coibir tais crimes sem a polêmica vigilância?

JCC: Fala-se e entende-se a vigilância na rede como se fosse a coisa mais natural do mundo, afinal a mídia constrói um mito que é um mantra repetido pela sociedade, o que chamo de mantras da irracionalidade (<http://entropia.blog.br/2009/01/10/mantras-da-irracionalidade/>). Imagine a seguinte situação: para combater os crimes urbanos obriga-se que você digite seu CPF ao sair de casa, ao usar o orelhão, ao entrar e sair de transporte coletivo, ao entrar e sair de um estabelecimento comercial. Absurdo não é? Mas é o que o vigilantismo propõe para o combate aos cibercrimes e já se sabe que não funciona. Lembra do caso da obrigatoriedade de registro de um CPF para cada celular pré-pago para combater o uso de celulares nos presídios? O que não funcionou, pois recentemente o vice presidente da República foi vítima do golpe

Tenho absoluta certeza que o ativismo na internet, o ciberativismo é muito mais eficiente que o ativismo tradicional, apesar dos conservadores usarem o termo pejorativo de ativismo de sofá, como forma de desmerecer o movimento.

João Carlos Caribé



do sequestro por telefone. Mas infelizmente muitos ainda citam os mantras. Recentemente a cantora Cláudia Leite foi vítima de uso indevido de suas fotos em um site de prostituição e falou: A Internet é uma terra sem lei, um dos mantras mais idiotas repetidos. Ela tomou conhecimento do fato porque as fotos estavam na internet, e quanto ao uso de fotos em catálogos impressos, deve existir e ela nunca irá saber. A internet facilita a disseminação, mas facilita a investigação. Alexander Galloway, um pesquisador de Harvard, chegou a conclusão de que a Internet é na verdade uma rede de controle, tese esta que gerou o livro Protocol. Especialistas em direito digital como Omar Kaminski e Amaro Moraes e Silva afirmam inclusive que a Internet não precisa de leis, apenas de boa vontade jurídica.

Uma simples atitude como uma "alfabetização digital" pode reduzir drasticamente os cibercrimes. Eu costumo chamar os neófitos de

ciber-matutos em alusão aquele matuto que chega em uma rodoviaria de uma metrópole e cai em todos os golpes possíveis e imaginários. Golpes bobos, inclusive. Esta capacitação simples, pode ser feita de forma efetiva, com práticas coletivas como propos Jomar SIlva, o movimento "Não seja mané na rede", que tem uma pegada e uma ideia boa, fácil de aderir, de criar estereótipos. Mas não podemos ir por caminhos "estrambólicos" do deputado que estava propondo uma habilitação para usar a Internet.

O objetivo do vigilantismo não é combater os cibercrimes e sim controlar as pessoas, pense nisso. Meu filho de 15 anos fez uma redação sobre o tema câmeras de vigilância e fechou com a frase: "Se você não tem nada contra as câmeras de vigilância é porque você nunca parou para pensar sobre quem possa estar atrás delas."

REL: Na sua opinião, o brasileiro em especial, culturalmente falando, está preparado para navegar sem nenhum tipo de vigilância?

JCC: Achar que o brasileiro não sabe lidar com a liberdade é mais um mantra irracional propagado pela sociedade. A verdade é outra. Estamos vivendo em uma sociedade cada vez mais consumista, trabalhamos para consumir, consumimos para trabalhar, estamos num ciclo paranóico que nos faz subverter a razão pela qual trabalhamos, e nos vemos vivendo para trabalhar e não trabalhar para viver. Com isto deixamos nossos filhos para serem "educados" pela TV, e com uma janela do mundo aberta no quarto deles. É óbvio que eles podem ser vítimas de golpes e crimes eletrônicos, mas a culpa não é da Internet. É dos pais!

Daí, cretinamente, estes mesmos pais cobram do governo alguma providência para coibir isto e encobrir uma falha deles mesmos. É uma consequência da cultura paternalista do latino-americano.

REL: A política e a sociedade brasileira favorece o vigilantismo?

JCC: Nossa sociedade é hipócrita, principalmente as gerações pré-internet, que construiram suas opiniões sobre uma fonte de informação que hoje se descobriu tendenciosa e manipuladora, tanto que usa-se o termo PIG (Partido da Imprensa Golpista) para denominá-la. Esta geração, onde situam-se uma parcela significativa do judiciário e do empresariado, é extremamente preconceituosa com a Internet. Eles não entendem a Internet, não entendem a comunicação em rede e nem uma estrutura operacional sem hierarquia, e nunca entenderão. Esta parcela da sociedade favorece o vigilantismo não pelo vigilantismo mas para "por ordem" nesta tal de Internet que eles consideram uma "terra sem lei". Ainda bem que tem outra parcela da sociedade que é majoritária e que está mudando este cenário.

REL: Você acha que as recentes denúncias sobre pedofilia facilitam o caminho rumo a um estado de vigilância absoluta e permanente?

JCC: Uma das estratégias para deixar a sociedade mais permissiva é construir um maniqueísmo sobre as coisas que ela mais teme. No hemisfério norte é o terrorismo, no Brasil, a pedofilia. São na verdade temas usados para argumentar as tentativas de aumentar o vigilantismo em uma "boa causa". A questão do maniqueísmo é justamente criar o preconceito: ou você é contra o combate à pedofilia ou então é pedófilo. A coisa fica tão irracional que torna-se inadmissível à sociedade que alguém que se coloque contra a forma de combate à pedofilia não seja rotulado de pedófilo. Quanto mais incontestável for o argumento mais fácil a implantação de um estado vigilantista.

Como se não bastasse tudo isto, existe uma cretina discrepância entre os números divulgados pela mídia e os números reais. Veja que

na mídia se falam em denúncias, em um artigo do Rodrigo Veleda, no Xô Censura, ela mostra (<http://xocensura.wordpress.com/2009/01/15/agora-e-comprovado-pedofilia-nao-passa-de-uma-cortina-de-fumaca/>) que apenas 0,64% das denúncias são de fatos casos. A coisa não pára ai. Eu também fiz um artigo (<http://xocensura.wordpress.com/2008/09/19/cade-os-numeros-relativos-dos-cibercrimes/>) desmontando o argumento da mídia, pois ela em geral anuncia números absolutos, e fora de contexto podem até parecer grandes, mas quando se coloca no contexto eles ficam insignificantes. Por fim, um estudo de Harvard, feito à pedido de um grupo de desembargadores americanos, mostra que a pedofilia na Internet é insignificante (<http://xocensura.wordpress.com/2009/02/14/mantras-da-irrationalidade-pedofilia-na-internet/>), e que as poucas vítimas já eram propensas a serem vítimas ou já o foram no mundo real. Ainda, segundo o estudo, o maior problema real é o cyberbullying, que agora estamos vendo a construção do mito no Brasil, como sendo mais um problema envolvendo a infância e a juventude conectada, e não maior problema como ele de fato é. Por isto que, quando me perguntam, eu digo: Pedofilia na Internet não existe!

REL: Como os internautas e outras entidades podem participar como aliados na campanha do Mega Não?

JCC: A nossa maior arma é a informação, e um bom começo é conhecer o Mega Não ! (<http://meganao.wordpress.com/>). Lá tem o fundamento e os estudos que possuem uma boa base de informação para todos os níveis. Uma vez informado, é partir para informar as pessoas e fa-

zer este trabalho de elucidação de forma contínua.

REL: As medidas de vigilância na rede podem ultrapassar as fronteiras digitais, atingindo os cidadãos que não são usuários diretos da Internet?

JCC: Nunca havia parado para fazer esta análise, mas se levarmos em conta que a Internet vem ultrapassando as próprias fronteiras com o advento da ubiquidade dos dispositivos, hoje com as facilidades tecnológicas e com os gadgets cada vez mais conectados, praticamente não saímos dela. A convergência também nos leva a esta conclusão, afinal a vigilância dos meios digitais pode afetar a todos. Aliás já ameaçam afetar, veja o SINAV, que é a instalação de RFID nos carros. Este dispositivo é rastreável e se utilizado pode instalar um nível de vigilância nunca visto: imagine alguém saber o seu trajeto, a frequência dele, com precisão de dias e horas. Não podemos esquecer que o RFID é um dispositivo de rede.

REL: Deixe algumas palavras finais para os leitores da Revista Espírito Livre.

JCC: Temos de aprender a repensar o que já foi pensado, a quebrar velhos paradigmas e a aceitar o novo como uma evolução. É preciso estudar o que já existe de concreto, e em termos de cultura digital a cultura do software livre é o que temos de mais concreto para aprendermos. Não podemos deixar de acreditar nos nossos ideais, e nunca, mas nunca mesmo, desistir de lutar por eles. 



REVISTA
espírito
livre

LIBERDADE E INFORMAÇÃO

<http://www.revista.espiritolivre.org/>



Entrevista com a Profª Ana Amélia Menna Barreto

Por Walter Capanema

A Propaganda Eleitoral na Internet: novos paradigmas

O ano de 2010 nos reserva uma importante eleição, conferindo a Internet um importante papel para a divulgação de idéias e realização de debates.

Nesse panorama de novidades, é fundamental atentar-se para a visão de uma especialista em direito eleitoral, como a Profa. Ana Amélia Menna Barreto, para mostrar como a legislação e a jurisprudência estão se posicionando sobre a propaganda na internet.

Ana é advogada especialista em Direito e Tecnologia da Informação, do escritório Barros Ribeiro Advogados Associados. É presidente da Comissão de Direito e Tecnologia da Informação da OAB/RJ. Possui o blog "Propaganda Eleitoral na Internet" (<http://propagandaeleitoral.blog.terra.com.br/>),

onde monitora e comenta as novidades do Direito Eleitoral na Internet.

Revista Espírito Livre: Quais as principais novidades que teremos com a nova legislação eleitoral? O que mudou em relação à propaganda eleitoral na Internet?

Ana Amelia: Até as eleições passadas a ausência de norma legal quanto às práticas permitidas e vedadas colocava a classe política em grave situação de insegurança jurídica. A Lei 12.034/2009 liberou o uso das mídias digitais aplicadas a propaganda eleitoral na internet. Trata-se de uma regulamentação mínima, que passou a prever mecanismos legais para evitar abuso.

REL: Quais são as formas autorizadas de propaganda eleitoral na internet?

AA: Os candidatos e partidos políticos podem fazer uso de site, blog, todas as redes sociais, postar vídeos e fotos e enviar e-mail para seus eleitores. É necessário comunicar a Justiça Eleitoral o endereço web da página oficial de campanha, que obrigatoriamente deve ser registrada no Brasil, ou seja, sob o ponto br.

REL: Quais as espécies de propaganda irregular na Internet? O que pode ser feito para retirá-la da rede?

AA: Considera-se propaganda irregular o envio de mensagem eletrônica a usuários não cadastrados, a atribuição indevida de autoria, a divulgação de fatos inverídicos, assim como caluniar, difamar e injuriar alguém na propaganda eleitoral.

Cabe à Justiça Eleitoral determinar a retirada do conteúdo e a suspensão do site que deixar de cumprir as determinações legais. Está assegurado o direito de resposta ao ofendido, devendo a mensagem ser publicada no mesmo site e pelo dobro do tempo em que ficou disponível o texto considerado ofensivo.

REL: Foi proibida a propaganda paga na internet? Porque essa discriminação em relação à propaganda na Internet?

AA: Foi proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda paga na internet em sites de pessoas jurídicas - com ou sem fins lucrativos -, sites oficiais ou hospedados por órgãos da Administração Pública. Considero inaceitável essa discriminação em relação à internet, pois inexiste gratuidade no chamado horário eleitoral gratuito.

Como as emissoras têm direito à compensação fiscal pela cessão do horários, ocorre uma remuneração indireta. Inevitavelmente esse tema necessita ser reappreciado pelo Congresso Nacional.

REL: Existe alguma legislação que impeça o envio de spam eleitoral?

AA: Sim. A legislação eleitoral autoriza a prática do e-mail marketing de permissão, no qual o candidato somente pode fazer uso de endereços fornecidos espontaneamente pelos usuários/eleitores. Foi vedada a venda, doação ou cessão de cadastro de endereços eletrônicos, atividade que se sujeita à aplicação de multa.

REL: A lei prevê a responsabilização pela criação de perfis fakes em redes sociais, com o intuito de atacar adversários políticos ou veicular notícias falsas?

AA: É proibido o anonimato na campanha na rede, assim como a atribuição indevida de autoria a terceiro. A conduta se sujeita a aplicação de multa de R\$ 5 mil, independentemente de outras sanções legais, inclusive criminais.

REL: Será possível a realização de debates eleitorais pela Internet? Qual o procedimento?

Blog da Propaganda Eleitoral na Internet
por Ana Amélia Menina Barreto

10 de julho
Ministro da Cultura multado por reprodução de entrevista no site oficial do Ministério

O TSE aplicou multa de R\$ 5 mil ao ministro da Cultura, Juca Ferreira, pela publicação no portal do Ministério da Cultura de uma entrevista do então secretário da Cidadania Cultural, Celso Turino, concedida ao "Blog da Dilma". No post [Ministro da Cultura pode ser multado por entrevista publicada no site oficial do órgão](#) informava que o Ministério Público Eleitoral requereu a aplicação de multa individual de R\$ 30 mil ao ministro da Cultura, Juca Ferreira, e ao secretário da Cidadania Cultural do ministério, Celso Turino, pelo uso do sítio do Ministério da Cultura na internet para fazer propaganda eleitoral antecipada da pré-candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República. O ministro decidiu aplicar a multa de R\$ 5 mil porque, no período de permanência da entrevista no ar do Ministério da Cultura foram tomadas providências para retirar a entrevista do ar.

[Crie seu blog grátis](#)
Acesse o site Núcleo de Direito Pontocom em www.nucleoddireito.com
SOBRE
propaganda eleitoral na internet
aqui não tem obstruir a arrecadação online para
que não existam multas
da propaganda eleitoral na
internet bloqueio condonado
por propaganda antecipada
Censura a comentários em
sites de mídia social
Injuriar em blog debate
eleitoral na internet desrespeito
que faz campanha sob escolta

Figura 1 - Página inicial do Blog da Propaganda Eleitoral na Internet

AA: Está autorizada a realização de debates online, que não se sujeitam às restrições legais impostas as emissoras de TV, rádio e as empresas de comunicação social que mantêm sites na internet, quanto à necessidade de se convidar concomitantemente todos os candidatos que disputam um mesmo cargo eletivo. De qualquer forma deve-se atentar ao tratamento isonômico que deve ser dispensado a todos os candidatos.

REL: Diversos blogueiros brasileiros foram censurados pela Justiça. Essa censura tem amparo legal?

AA: No período pré-eleitoral é preciso não confundir censura com violação à legislação eleitoral. Sendo proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral antes do dia 6 de julho, caso o blogueiro divulgue opinião ressaltando as qualidades ou promovendo o candidato, assim como exalte aspectos considerados negativos, se configura a propaganda antecipada.

As garantias constitucionais da liberdade de expressão, do pensamento e da comunicação atingem sua plenitude após iniciado o período eleitoral e devem ser intransigentemente protegidas. 

Para mais informações:

Blog da Propaganda Eleitoral na Internet

<http://propagandaeleitoral.blog.terra.com.br>

Artigo Propaganda na internet tem regras próprias

<http://miud.in/800>





Entrevista com a Profª Sabrina Felizzola Souza

Por Walter Capanema

Os dilemas jurídicos da privacidade na Internet

A Internet relativizou a ideia de privacidade: cada vez mais as pessoas expõem, conscientemente, a sua intimidade ou a de terceiros, muitas vezes sem imaginar o tamanho da repercussão que poderá surgir.

Mas o que é intimidade? Qual o seu limite? Quais as medidas jurídicas que podem ser tomadas pela vítima, que teve suas informações pessoais indevidamente divulgadas?

Para responder essas e outras perguntas, envolvendo os aspectos jurídicos da privacidade na Internet, entrevistamos a Profa. Sabrina Felizzola Souza, especialista em Direito Público e integrante da Divisão Acadêmica da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ.

Revista Espírito Livre: Existe proteção para a intimidade na legislação brasileira?

Sabrina Felizzola Souza: A Constituição da República tutela expressamente em seu art. 5º, X, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Tais direitos, elevados à categoria de direitos fundamentais e considerados emanações da própria dignidade da pessoa humana, protegem a individualidade e o direito de estar só.

Vale mencionar, ainda, outros dispositivos constitucionais que conferem proteção à intimidade: art. 5º, XI, sobre inviolabilidade do domicílio; XII, sobre a inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas; LVI, sobre a inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos, a exemplo de gravações clandestinas de conversas privadas; LX, que impõe o segredo de justiça para as ações que visem preservar a intimidade e o interesse social.

Por sua vez, o Código Civil apresenta capítulo denominado "dos direitos da personalidade", que ampara em seus arts. 11 a 21, além dos direitos à integridade física, também os direitos à integridade moral, vale dizer, o direito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem, todos direitos personalíssimos, reconhecidos como direitos autônomos.

REL: Existe algum limite para o que pode ser divulgado e exposto na Internet?

SFS: A comunicação na Internet, singularizada pela descentralização de redes interconectadas, não se realiza apenas de um único emissor ou grupo limitado de emissores para o público geral, mas, sim, do público geral para o público geral, vale dizer, o conteúdo da rede é gerado, em grande parte, por seu próprio público.

A vulnerabilidade da privacidade atesta-se, segundo William Prosser, quando da intromissão na reclusão ou solidão do indivíduo; exposição pública de fatos privados; exposição do

indivíduo a uma falsa percepção do público (false light), e apropriação de seu nome e imagem, sobretudo para fins comerciais.

Daí a necessidade de limites para o que pode ser divulgado e exposto na Internet, sobretudo, em um planeta negativamente globalizado, em que, segundo Zygmunt Bauman, "cada indivíduo é abandonado à própria sorte, enquanto a maioria das pessoas funciona como ferramenta para a promoção de terceiros".

Diante do fato de não se reconhecer valor absoluto a qualquer direito ou liberdade, verificam-se restrições expressamente elencadas pela Constituição, restrições expressamente autorizadas pela Constituição e restrições implicitamente autorizadas pela Constituição.

Outrossim, deve-se atentar para o princípio da concordância prática ou harmonização, o respeito ao núcleo/conteúdo essencial e a regra da proporcionalidade, quando da colisão entre liberdade de expressão/comunicação e o direito à honra, à intimidade, à vida privada e à imagem.

Luís Roberto Barroso enumera alguns parâmetros constitucionais para a ponderação na hipótese de colisão: 1. Veracidade do fato (verdade subjetiva); 2. Licitude do meio empregado na obtenção da informação; 3. Personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia; 4. Local do fato (público ou privado); 5. Natureza do fato; 6. Existência de interesse público na divulgação em tese, o que não se confunde com interesse do público; 7. Existência de interesse público na divulgação de fatos relacionados com a atuação de órgãos públicos; 8. preferência por sanções a posteriori, que não envolvam a proibição prévia da divulgação.

REL: O tenista Roger Federer, logo após o nascimento dos seus filhos gêmeos, divulgou uma foto deles no Facebook. Pode-se abrir mão da intimidade? Seria um direito absoluto?

SFS: Como foi dito anteriormente, não se reconhece valor absoluto a qualquer direito ou liberdade, de modo que o conflito aparente entre direitos fundamentais, tais como: direito à intimidade versus direito à liberdade de informação, resolve-se por meio de uma ponderação de interesses.

Quando da análise das características dos direitos da personalidade, dentre eles o direito à intimidade, destaca-se o seu caráter absoluto, no sentido de sua oponibilidade erga omnes, ou seja, imposição a todos de um dever de abstenção, de respeito, o que não se confunde com a possibilidade de ser ponderado com outro direito fundamental, se necessário, no caso concreto.

Em razão do seu conteúdo de dignidade, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, o que acarreta a sua indisponibilidade. Contudo, alguns atributos da personalidade admitem a cessão de seu uso, como o direito à imagem.

“ A exposição

voluntária da intimidade ou de aspectos da vida privada, quando realizada pela própria celebridade, muitas vezes, é decorrente da necessidade de auto-exposição ou de promoção pessoal.”

Sabrina F. Souza

No caso do tenista famoso que divulga a foto dos próprios filhos no facebook, em celebração do nascimento deles, não verifico qualquer ofensa aos direitos da personalidade, sobretudo, por ser o emissor da informação o próprio interessado na preservação da intimidade de sua família e, ainda, pelas imagens não violarem, aparentemente, a integridade moral das crianças e pela circunstância de já ser público o fato divulgado.

Agora, se a reprodução dessa mesma foto tivesse ocorrido sem a autorização dos representantes legais dos menores ou, pior, fosse contrária a vontade deles, então, mesmo que se afastasse a alegação de ofensa à honra ou à intimidade, isso não interferiria no possível reconhecimento da violação ao direito à imagem, direito autônomo, agredido cada vez que ocorressem novas divulgações da mesma reprodução.

REL: O que você acha dessa exposição que as celebridades fazem pelo Twitter? A Preta Gil afirmou que os paparazzi acompanhavam o seu Twitter para saber onde ela iria.

SFS: A exposição voluntária da intimidade ou de aspectos da vida privada, quando realizada pela própria celebridade, muitas vezes, é decorrente da necessidade de auto-exposição ou de promoção pessoal. Isso porque, não raro, a longevidade de sua vida profissional ou do interesse do público no que se refere a sua pessoa são condicionados à repetição e ao impacto de suas aparições.

Por conta disso, o direito à privacidade em questão sujeita-se a parâmetros de aferição menos rígidos, corroborados pelo grau de exposição pública da pessoa.

Assim, se as informações emitidas pelos paparazzi atingirem, exclusivamente, o direito à privacidade da celebridade que se auto-expôs, sem qualquer menção a conteúdo de interesse

público, a verificação da ocorrência de alguma violação à sua integridade moral dar-se-á por controle menos rígido, o que não significa inexistência de controle.

REL: Uma determinada celebridade brasileira, foi filmada mantendo relações sexuais em uma praia na Europa. Esse vídeo foi amplamente divulgado na Internet. Você acredita que essa conduta foi legal?

SFS: A divulgação do mencionado vídeo na Internet, sem a autorização de seus protagonistas, apesar de encenado em local público e por pessoas públicas, agride a esfera da intimidade do casal por meio de imagem que provoca profundo desgaste emocional nos retratados, punidos pela libertinagem de seu comportamento, que, em verdade, encontra-se desrido de qualquer interesse público (distinção entre interesse público e interesse do público).

Mesmo que se indague sobre eventual consentimento tácito na divulgação da imagem, o fato é que a sua manutenção, de modo indefinido na Internet, encarna o sacrifício desproporcional da integridade moral do casal em relação à licenciosidade de sua conduta.

Ademais, a publicação de imagem ou retransmissão de vídeo, sem a autorização do retratado, não pode ser utilizada com fins comerciais, de acordo com o STJ, no Resp 1024276/RN, de 17/09/09, da Relatoria da Min. Nancy Andrighi.

REL: Essa mesma celebridade, ao ver que esses vídeos foram postados no YouTube, requereu judicialmente que a conexão desse site com o Brasil fosse cortada. Para você, a medida foi muito gravosa?

SFS: A medida requerida revela-se desproporcional, porque não só interditaria a divulgação do vídeo protagonizado pela celebridade, como também de quaisquer outros vídeos que

Vale notar que a tentativa de impedir a divulgação da imagem, por vezes, culmina em efeito contrário, qual seja, a grande repercussão da imagem. Tal efeito é conhecido como "streisand effect".

Sabrina F. Souza

nada digam respeito à ela, configurando-se indevida censura prévia ao conteúdo futuro do YouTube e ferindo de morte a liberdade de informação do site.

Mesmo que se postule um "direito ao esquecimento", vale dizer, faculdade da pessoa não ser molestada por passado desrido de interesse público, o eventual acolhimento do pedido de corte da conexão do site com o Brasil desbordaria do segundo prisma da proporcionalidade, qual seja, a necessidade, que traduz imperativo de escolha do meio eficaz que imponha menor restrição.

Vale notar que a tentativa de impedir a divulgação da imagem, por vezes, culmina em efeito contrário, qual seja, a grande repercussão da imagem. Tal efeito também é conhecido como "streisand effect".

REL: O que você acha da vedação constitucional ao anonimato? Poderia ser admitir alguma exceção?

SFS: O princípio da vedação ao anonimato, disposto no art. 5º, IV, da CR/88 não se confunde com o sigilo da fonte, assegurado no art. 5º, XIV, da CR/88, isso porque o sigilo é dirigido à fonte da notícia, vale dizer, quem presta a informação e não à identidade do comunicador, vale dizer, o autor ou responsável pela divulgação da informação.

Ao contrário do anonimato, que consiste na ocultação maliciosa do próprio nome para fugir à responsabilidade pela divulgação de matérias que podem causar prejuízos a terceiros, o sigilo da fonte caracteriza-se como mais um instrumento jurídico para reforçar a divulgação ampla de notícias, sob pena de vários fatos relevantes serem omitidos caso não se garanta tal sigilo. Ex. disque denúncia.

REL: Quando a privacidade de uma pessoa é violada, e são divulgadas informações sensíveis na Internet, é praticamente impossível retirar esses dados da rede. Você concordaria que a violação da privacidade na Internet é impossível de se controlar totalmente?

SFS: Na era da pós-modernidade, também chamada de modernidade líquida, a ideia de controle total não parece ser possível, ainda mais no âmbito da Internet, onde surgem sempre mecanismos novos para burlar a segurança conferida momentaneamente.

Além disso, num planeta negativamente globalizado, no qual se verifica, segundo Bauman, o enfraquecimento dos vínculos humanos e o de-

finhamento da solidariedade, todos os principais problemas, inclusive, a violação à privacidade, são problemas globais, que não admitem soluções locais.

Pelo fato da Internet possuir a característica de eternizar as suas informações, discute-se sobre um "direito ao esquecimento", a fim de que qualquer pessoa possa pedir a retirada de informações antigas a seu respeito, ainda presentes na Internet. Se errar é humano, esquecer assim também parece ser, o que retoma a constatação de Nietzsche, segundo a qual: "sem esquecimento não há felicidade".

Em regra, quando se trata de violação à honra e à imagem, pode-se alcançar uma reparação satisfatória. Contudo, quando se trata de violação à intimidade e à vida privada, a simples divulgação pode causar mal irreparável, recrudescido pelo alcance e efeito multiplicador gerado pela Internet.

REL: O que pode ser feito quando há a divulgação de dados pessoais na Internet? É possível alguma ação judicial?

SFS: A depender do caso concreto, é possível pedir, judicialmente, o seguinte: retificação, retratação, direito de resposta, responsabilização, civil e/ou penal, e a interdição da divulgação, mas esta última utilizada apenas em hipóteses extremas. 



The banner for the II COALTI Congress features a globe graphic on the left. The text "CONGRESSO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE ALAGOAS" is prominently displayed in the center in a large, bold, serif font. Below it, the website "WWW.COALTI.COM.BR" is shown. To the right, a white speech-bubble-like shape contains the text "15,16 E 17 DE OUTUBRO MACEIÓ MAR HOTEL". Further to the right, under the heading "TEMAS:", there is a list of topics: "DESENVOLVIMENTO", "SEGURANÇA", "CRIMES DIGITAIS", "CERTIFICAÇÃO", and "CRIPTOGRAFIA".



REDES SOCIAIS: CONTROLE, VIGILANTISMO E RESISTÊNCIA

Por Thalles Waichert

Armin Hanisch - sxc.hu

Há muito essas palavras vinham se acumulando em mim e o convite feito pela revista Espírito Livre surge como um brado de alívio. Dividirei nas próximas linhas um ponto de vista sobre as redes sociais e o profissional responsável por seu gerenciamento nas empresas, o analista de mídias sociais, a fim de levantar alguma discussão em torno tanto da atividade desse sujeito quanto das características inerentes ao meio.

Em primeiro lugar me direciono à questão primeira proposta pelo meu interlocutor:

qual a relação entre as redes sociais e o vigilantismo da sociedade de controle? Oras, aqui caberia uma rasteira revisão sobre o conceito de sociedade de controle, mas para não me prolongar além da medida, me apoiarei prioritariamente sobre nosso objeto a partir de um texto que eu mesmo havia publicado anteriormente em meu blog pessoal¹.

Redes sociais e vigilância

Levantava o regime de exposição suscitado pelo Facebo-

ok apoiado em uma entrevista do professor de Direito da Universidade de Columbia, Eben Moglen, na qual é defendido o ponto de vista das redes sociais como "polícia secreta do século 21". Pode parecer uma idéia absurda a princípio, mas tal afirmação se baseia em três argumentos: em primeiro lugar uma transformação do capitalismo do nosso século [a matéria-prima passa a ser a informação; em segundo lugar, a Internet é um meio que trabalha na lógica da exposição por excelência [ter presença online requer atuação (criação de perfis, publicação de artigos, fotos e etc); e finalmente o terceiro e mais importante ponto: as redes sociais constituíram um negócio no qual se ganha acesso a vida privada em troca de páginas e aplicativos gratuitos (fan page, profile, Farmville, botão "curtir" e assim por diante).

Esse escambo virtual, no qual não se troca espelhos por madeira, mas no qual oferecemos algo extremamente valioso sem ter a clara percepção disso, é encarado por Moglen como "uma péssima troca para o usuário" e completa: "degenera a integridade da pessoa humana. É como viver num regime totalitário". Por outro lado, o usuário considera uma vantajosa troca, pois segundo o próprio Facebook, as pessoas já querem compartilhar suas vidas e as redes sociais só facilitam isso. Em resposta a essa argumentação lugar-co-

“ Segundo Deleuze, a sociedade de controle opera por modulação: não se passa mais da família à escola para posteriormente ir à fábrica e ocasionalmente ao hospital ou prisão. Aqui há formação contínua. O profissional nunca está pronto e é preciso aperfeiçoar-se o tempo inteiro.

Thalles Waichert

mum, Moglen reage: "Sim, é um ótimo argumento. É por isso que a 'polícia secreta do século 21' não tortura nem executa, e sim oferece 'doces'. Nos ensinam a gostar disso".

Parece haver aqui um imbricamento com o famoso estudo de Michel Foucault sobre a transição das sociedades de soberania para as de disciplina e, posteriormente proposta por Gilles Deleuze, para as sociedades de controle. A máxima que se aplica às sociedades de soberania é "deixar viver, fazer morrer" - a morte exerce um papel de controle social. Ao contrário, nas sociedades disciplinares, há a preocupa-

ção de gerir a vida e, portanto, é preciso "fazer viver, deixar morrer" - uma época marcada por controles sociais de saúde pública, natalidade, sexualidade a fim de normalizar e docilizar o corpo social.

Segundo Deleuze, a sociedade de controle opera por modulação: não se passa mais da família à escola para posteriormente ir à fábrica e ocasionalmente ao hospital ou prisão. Aqui há formação contínua. O profissional nunca está pronto e é preciso aperfeiçoar-se o tempo inteiro. Ao passo que a disciplina possui o panóptico (torre central de vigília em uma prisão) para vigiar e punir, na sociedade de controle cada in-

“

O poder (numa definição foucaultiana) nos alcança através de nossos pares. Fazendo um paralelo com o filme Matrix, no qual Morpheus (aquele que desperta os adormecidos) alerta Neo (o escolhido para salvar a humanidade): todos são potencialmente agentes do poder por mais que não o saibam.

”

Thalles Waichert

divíduo é um panóptico em potencial. Daí a importância política da valiosa informação que damos às redes sociais em troca de páginas e aplicativos. O poder (uma definição foucaultiana) nos alcança através de nossos pares. Fazendo um paralelo com o filme Matrix, no qual Morpheus (aquele que desperta os adormecidos) alerta Neo (o escolhido para salvar a humanidade): todos são potenciais agentes do poder por mais que não o saibam.

O analista de mídias sociais

Diante desse cenário vi-

mos o desenvolvimento das redes sociais não só como uma esfera na qual as pessoas se relacionam em troca de informações da vida privada, mas também de um mercado que abarca cada vez mais profissionais e abre uma nova função nas empresas: o analista de mídias sociais. Quem é esse profissional e qual sua função? Para responder a essa indagação recorreremos a posts de profissionais atuantes na área.

Segundo Edney Souza, idealizador do portal Interney e sócio da Pólvora!, agência especializada em comunicação online, o analista de mídias so-

ciais "é a pessoa responsável por aproveitar ao máximo o potencial dessas redes, que são espaços nos quais as pessoas buscam se agrupar por interesse e segmentam cada vez mais suas escolhas [o que, para as empresas, os torna ideais para atingir consumidores"². Hélio Basso, diretor de atendimento da Ideia s/a Agência de Mídias Sociais, explica em outras palavras que "o papel como profissional de mídias sociais se dará na criação de soluções, independentemente do meio, que permitam que as marcas dominem seus segmentos de atuação, criando diferencial competitivo, atraindo micronichos para formar novas redes de interesse"³.

Vemos, portanto, que o profissional de mídias sociais surge no intuito de extrair outro valor das redes sociais: além da informação da vida privada, já amplamente explorada pelas empresas gestoras das redes, o analista de mídia social busca influenciar no fluxo de atenção desses espaços. Sua tentativa é convergir a atenção dispersa nesses meios para um ponto específico. Com a diferença da atuação em nichos segmentados, a marca se insere em um meio buscando causar uma impressão positiva massiva entre seus usuários.

Oras, essa história me lembra muito uma noção do sociólogo Pierre Bourdieu. Disserindo sobre a televisão, Bourdieu aponta: "quanto mais

um órgão de imprensa ou um meio de expressão qualquer pretende atingir um público extenso, mais ele deve perder suas asperezas, tudo o que pode dividir, excluir, mais ele deve aplicar-se em não 'chocar ninguém', como se diz, em jamais levantar problemas ou apenas problemas sem história". Não estaria, então, o profissional de mídias sociais fazendo com que a rede perca sua tão preciosa aspereza? Ou ainda: estaria o analista de mídias sociais esterilizando as redes sociais? São ainda perguntas sem respostas, mas a partir delas irei propor um ponto de vista ainda mais audacioso para levantar algum debate.

O "fake" e as redes sociais

Estamos, pois, diante de um novo cenário sócio-econômico no qual a informação é a matéria-prima do capitalismo e a atenção é o ouro que as empresas tanto buscam para se sobressaírem em seus mercados. Não poderíamos, então, juntar coro a voz de Danah Boyd e dizer que estamos vendo surgir uma nova geração de hackers? Hackers que não mais quebram códigos, mas burlam o regime da atenção e fazem surgir fluxos de informação inesperados⁴. Diferente de seus antecessores, mestres em programação, esses novos hackers são ainda garotos, mas que entendem muito melhor como espalhar um falso boato do que como in-

vadir um sistema. Na verdade, o sistema que eles invadem é simbólico e está no imaginário das pessoas. São hackers que trabalham com o que Richard Dawkins chama de meme: uma unidade mínima cultural. Uma campanha #fail estaria nesse hall. Uma falsa notícia plantada por pessoas anônimas também. Fakes do Twitter, idem.

A Revista Época publicou uma matéria⁵ entrevistando alguns dos mais badalados fakes do Brasil: @MussumAlive, @Cleycianne, @TioDino e @OCriador. São pessoas que resolveram usar o Twitter para tirar sarro de situações cotidianas banais, mas se escondem por trás de um pseudônimo. Vemos aqui mais uma semelhança com a antiga geração hacker: o anonimato. De alguma forma essas pessoas conseguem convergir para si um fluxo de atenção que a maioria das empresas não consegue. O último citado, @OCriador, chega a ter mais de 300 mil seguidores.

Contudo não é apenas de piada que vivem os novos hackers. Fakes como @mimimidiasocial, @Calaabocaramon e @OCleberMachado, muitas vezes acusados como trolls⁶, surgem para levantar algum tipo de crítica que seria mal recebida pela talvez já esterilizada mídia social.

“Não poderíamos, então, juntar coro a voz de Danah Boyd e dizer que estamos vendo surgir uma nova geração de hackers? Hackers que não mais quebram códigos, mas burlam o regime da atenção e fazem surgir fluxos de informação inesperados...”

Thalles Waichert

“ Não estaria, então, o profissional de mídias sociais fazendo com que a rede perca sua tão preciosa aspereza? Ou ainda: estaria o analista de mídias sociais esterilizando as redes sociais? São ainda perguntas sem respostas... ”

Thalles Waichert

4. "for the lolz": 4chan is hacking the attention economy. Disponível na Internet:
<http://www.zephoria.org/thoughts/archives/2010/06/12/for-the-lolz-4chan-is-hacking-the-attention-economy.html>. Acessado em 4 de Julho de 2010.

5. Quem são os piadistas do Twitter. Disponível na Internet:
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI145584-15220,00-QUEM+SAO+OS+PIADISTAS+DO+TWITTER.html>. Acessado em 4 de Julho de 2010.

6. Pessoas que buscam apenas agredir sem nenhuma razão aparente. 

Controle, poder e resistência

Gostaria de nesse desfecho retomar a palavra com Gilles Deleuze em seu alerta sobre a sociedade de controle: "Muitos jovens pedem estranhamente para serem 'motivados', e solicitam novos estágios e formação permanente; cabe a eles descobrir a que estão sendo levados a servir, assim como seus antecessores descobriram, não sem dor, a finalidade das disciplinas". Cabe-nos, portanto, exercitar um ponto de vista mais crítico diante do chamado do Marketing e da pressa por resultados. Ainda Deleuze: "não nos cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas".

Para mais informações:

1. Vigilância e controle na web 2.0.
Disponível na Internet:
<http://thalles.blog.br/2010/06/vigilancia-e-controle-na-web-2-0/>. Acessado em 4 de julho de 2010.

2. O detetive das mídias sociais.
Disponível na Internet:
<http://info.abril.com.br/noticias/carreira/o-detetive-das-midias-sociais-07082009-12.shtml>. Acessado em 4 de Julho de 2010.

3. O analista de mídias sociais que o mercado procura. Disponível na Internet:
<http://webinsider.uol.com.br/2010/05/02/o-analista-de-midias-sociais-que-o-mercado-procura/>. Acessado em 04 de julho de 2010.



THALLES WAICHERT
(@thallesw) é jornalista da editoria de Mídias Sociais do Terra Networks Brasil.



A SALA DE CONTROLE

Por Jomar Silva

Alaa Hamed - sxc.hu

Foi um sonho estranho, e até agora não sei bem o que fazer com o que vi nele.

Deveria ter sido só mais uma viagem, igual a tantas outras que eu já fiz para participar de eventos internacionais. A diferença nessa era um coquetel, que seria oferecido a alguns palestrantes do evento na sede daquela empresa famosa, que entre outras coisas possui um sistema operacional para smartphones.

Lembro-me que no sonho eu pensava: Por que fui convidado para esse coquetel? Exis-

tem mais brasileiros por aqui, mas por que fui o único convidado?

Tudo ia bem, até que no meio do coquetel, depois de um discurso inflamado de um dos executivos da empresa, ressolveram nos levar para conhecer as "inesquecíveis instalações" (quanta prepotência, pensei eu). Devíamos estar em um grupo reduzido, de dez ou quinze convidados e lá fomos nós, conhecer as "inesquecíveis instalações" da tal empresa. Tudo muito bonito, muito moderno e com um ar geek que daria inveja a qual-

quer nerd que conheço! Apesar de tanta beleza, era mais do mesmo: escritórios com computadores de dar inveja, mesas repletas de bonecos e gadgets geeks para todos os gostos e paredes recheadas de figuras divertidas. Tudo estava relativamente normal, até que chegamos no final de um corredor, e nos deparamos com duas pesadas portas de metal, que parecia um elevador, mas dada a largura das portas, eu duvidava que fosse isso mesmo.

Me lembro de ter comentado com um dos visitantes que estava ao meu lado, que ali devia ser a entrada do data center deles, e qual não foi nossa surpresa quando a pessoa que nos guiava anunciou: Vocês foram escolhidos a dedo, pois temos o prazer de mostrar a vocês algo que temos e que vocês nunca esquecerão! Juro que pensei que ia ver um super mega data center!

As portas se abriram e pude confirmar minha suspeita de que aquilo era mesmo um elevador, e era o maior que já vi na vida, pois todos nós embarcamos de uma só vez. Me surpreendi ao ver o mecanismo de segurança usado para abrir a porta do elevador: um scanner da palma da mão, um scanner de retina, reconhecimento de voz e digitação de uma senha em um teclado todo maluco! Alta segurança mesmo, pensei eu.

O elevador gigantesco

não possuía botão algum e tão logo entramos todos, a porta se fechou quase que num passe de mágica. Com a porta fechada, senti que estávamos descendo e foi aí que percebi uma discreta câmera panorâmica no teto do elevador deve ter alguém controlando isso de algum lugar.

Não sei se era pela ansiedade ou não, mas o elevador não chegava nunca. Não faço ideia da distância que desemos, mas sei que demorou bastante. Quando chegamos ao nosso destino, as portas se abriram e pudemos todos entrar em uma ante-sala, que possuía uma única (e gigante) porta, com o mesmo controle de acesso do elevador. Me lembro que pensei: "Será que é outro elevador?".

Nosso guia passou novamente por todo o seu ritual de

identificação até que finalmente ouvimos um profundo e grave "click" e a porta se abriu. Pudemos ver um extenso corredor em nossa frente! Siga-nos por favor, foi o que disse nosso guia, e assim lá fomos nós, caminhando pelo extenso e iluminado corredor. Finalmente no final dele existia uma porta de vidro muito grosso e jateado, que se abriu automaticamente quando chegamos perto dele. Vi novamente uma outra câmera de segurança no teto! Seja o que for que vamos ver, é seguro mesmo!

Finalmente chegamos a uma sala, ou melhor dizendo a alguma coisa parecida com um mini auditório, com uma tela gigantesca composta por diversos monitores LCD, de dar inveja a muito cinema que conheço. Existiam ainda umas

“ Me surpreendi ao ver o mecanismo de segurança usado para abrir a porta do elevador: um scanner da palma da mão, um scanner de retina, reconhecimento de voz e digitação de uma senha em um teclado todo maluco... ”

Jomar Silva

quatro fileiras de consoles e computadores, com umas 20 pessoas trabalhando neles! aquela sala de monitoramento me lembrou a sala de monitoramento das missões espaciais da NASA, que um dia vi num documentário! pensei que estávamos na sala de monitoramento das conexões de redes deles, e pelo porte da empresa, uma sala como aquelas era o mínimo que eu esperava.

Achei esquisito demais as imagens projetadas nos monitores: alguns mapas 3D do globo terrestre com milhares de pontos marcados neles (e a maioria desses pontos se movimentava de forma muito lenta), enquanto outras telas mostravam alguns vídeos! não sei por que aquela cena me deu

um calafrio, pois não conseguia entender o que eles estavam monitorando. Foi aí que nosso guia começou a falar.

Ele disse que fomos escolhidos para conhecer aquela sala, pois aquela empresa sabia que poderia confiar em nosso sigilo, uma vez que nosso silêncio já havia sido comprovado no passado! os calafrios aumentaram.

Esta é nossa sala de controle, dizia nosso guia. Através dela, temos acesso a grande parte da população humana, e conseguimos monitorar suas atividades. Os smartphones que utilizam nosso sistema operacional nos enviam em tempo real a localização dos usuários e com isso, podemos saber aonde está cada pessoa. Pode-

mos ainda combinar estas informações e saber quando um determinado grupo de pessoas está reunido, e ao dizer isso, apontou para um grupo de pontinhos em uma das telas. Foi dado um zoom no grupo apontado por nosso guia, e pude ver que aquelas pessoas estavam em algum edifício que se parecia com um restaurante.

Apenas para demonstrar nossa tecnologia, nos disse nosso guia, vamos ouvir o que estas pessoas estão conversando. Com apenas alguns cliques, uma nova tela se abriu e passamos a receber todo o som ambiente da sala onde as pessoas se encontravam! me lembro de ter duvidado de que aquilo estava mesmo acontecendo, quando nosso guia nos disse que aquele grupo estava ali reunido para debater um determinado tema, e que sabiam disso pois tinham acesso aos e-mails trocados entre eles para agendar o encontro. Aí tudo fez sentido: o som que estávamos ouvindo não vinha de nenhuma escuta ambiente, mas dos microfones dos smartphones daquelas pessoas, controlados remotamente pela empresa! o calafrio aumentou ainda mais.

Que absurdo! Protestou alguém! Quem garante que estas pessoas são elas mesmas! Disse um outro! Nossa guia, na sua frieza de sempre apenas respondeu com um sorriso: E vocês acham que as te-

“ Esta é nossa sala de controle, dizia nosso guia. Através dela, temos acesso a grande parte da população humana, e conseguimos monitorar suas atividades. Os smartphones que utilizam nosso sistema operacional nos enviam em tempo real a localização dos usuários... ”

Jomar Silva

las touchscreen foram á toa? Alguém aí acredita que o custo delas é assim tão baixo a ponto de equipar todos os smartphones com nosso sistema?

Ao ver que todos nós estávamos perplexos com tudo aquilo, nosso guia ainda brincou: Vou ativar algumas câmeras para que vocês possa ver o que podemos fazer, e foi assim que imagens em vídeo passaram a ser apresentadas nos monitores LCD. A maioria delas estava muito (ou totalmente) escura, e nosso guia avisou que nestes casos os telefones deviam estar no bolso ou sob a mesa, e esta suspeita foi confirmada ao conseguir uma imagem que mostrava algumas lâmpadas. Ôba, disse o guia, estamos com sorte, pois um dos celulares tinha duas câmeras, sendo uma delas frontal.

Me lembro que eu sentia um misto de admiração e raiva, pois a tecnologia ali exibida era simplesmente fantástica, mas a utilização de tal tecnologia para espionar pessoas era simplesmente inaceitável. Um dos meus colegas protestou, dizendo que a empresa não tinha o direito de fazer aquilo, e um outro funcionário da empresa que estava calado até então entrou em uma discussão das mais insanas que já presenciei.

Dizia ele que a empresa tinha direito sim de utilizar aquelas informações e de fazer

tudo aquilo que estava fazendo, e que tudo isso visava a garantia da segurança internacionali novamente a boa e velha desculpa para a bobilhotagem deslavada. Um outro colega protestou de forma mais veemente, e foi aí que começaram a nos contar algumas histórias interessantes sobre atentados que haviam sido impedidos por conta desta tecnologia, criminosos que haviam sido localizados e detidos, quadrilhas desmanteladas e uma série de outros casos onde a tecnologia aparentemente havia sido utilizada para coisas boas! Foi aí que eu resolvi lhes perguntar se a tecnologia não havia também sido utilizada para coisas não tão boas assim, como obtenção de informação privilegiada de governos e segredos industriais a gargalhada por parte

deles foi assustadora, e veio em seguida a resposta: "É evidente que sim!".

Demonstrando muita irritação, um outro colega então alertou: "Isso não vai ficar assim, vou denunciar esta prática ao mundo todo!". Mais gargalhadas ecoaram pela sala, e um sonoro "você vai ficar de bico bem fechado, pois também podemos te monitorar e se você não se comportar de forma adequada, vai ser fácil te encontrar e fechar sua boca de uma vez por todas!".

Perguntei então a eles o motivo pelo qual estavam nos mostrando aquilo tudo, pois era um despósito gigante! Desta vez a resposta veio acompanhada de um sorriso irônico: "É bem fácil de entender: vocês foram monitorados por nós durante os últimos me-

“ Me lembro que eu sentia um misto de admiração e raiva, pois a tecnologia ali exibida era simplesmente fantástica, mas a utilização de tal tecnologia para espionar pessoas era simplesmente inaceitável. ”

Jomar Silva

“ Monitoramos cada ligação feita por vocês, sabemos com quem vocês se relacionam, quais informações trocam com estas pessoas e rastreamos e monitoramos a vida de vocês 24hs por dia... ”

Jomar Silva

do, usando agora esta poderosa ferramenta, ou tomaremos as providências para que não fiquem de lado algum na verdade vão ficar de um lado sim: o lado de dentro de uma cova rasa"i O desespero bateu bem forte e foi aí que eu acordeii

Me lembro de ter saído da cama e arrancado a bateria dos meus smartphones, e desde então, não vejo mais estes equipamentos com os mesmos olhos! 

ses, e descobrimos que sempre fizeram tudo aquilo que gostaríamos que fizessem, mesmo quando não estavam na nossa presença. Monitoramos cada ligação feita por vocês, sabemos com quem vocês se relacionam, quais informações trocam com estas pessoas e rastreamos e monitoramos a vida de vocês 24hs por dia, para nos certificar de que são realmente confiáveis. Estamos apresentando isso a vocês, pois nos últimos meses vocês tem enfrentado alguns problemas e tem tido dificuldade para nos ajudar a resolver

nossos problemas de forma mais rápida e eficiente. Não temos dúvida que apoiados por uma ferramenta como esta, vocês poderão resolver com extrema rapidez os problemas que têm nos incomodado"i

Me lembro de ter ficado muito irritado com aquela proposta absurda, mas em seguida veio algo ainda pior: "É evidente que vocês podem se negar a continuar cooperando conosco, mas depois de ter conhecido nossa sala de controle, lhes restam poucas opções - ou permanecem do nosso la-



JOMAR SILVA é engenheiro eletrônico e Diretor Geral da ODF Alliance Latin America. É também coordenador do grupo de trabalho na ABNT responsável pela adoção do ODF como norma brasileira e membro do OASIS ODF TC, o comitê internacional que desenvolve o padrão ODF (Open Document Format).



REVISTA
espírito
livre

LIBERDADE E INFORMAÇÃO
<http://www.revista.espiritolivre.org/>



Por uma rede sem vigilância

Por Paulo Teixeira

Kiril Havezov - sxc.hu

É notável que a sociedade tem passado por profundas transformações provocadas pela internet. A interatividade nas comunicações vem democratizando o acesso ao conhecimento e, consequentemente, evidenciando os malefícios dos monopólios que tentam impedir a livre circulação de informação, conhecimento e diversidade de opiniões.

Por isso, nos últimos tempos, governos pautados pela indústria cultural e do copyright têm trabalhado para criar mecanismos para controlar e vigiar a internet. Neste caso, não me refiro ao controle técnico, mas sim ao controle político, que é sinônimo de ditaduras e regimes fechados, nos quais se busca vigiar a tudo e a todos. E é claro que quem controla o conhecimento e a informação tem mais poder.

Por democratizar o acesso à informação, a internet torna cada uma e cada um de nós sujetos mais críticos. Temos mais facilidade de consultar dados, levantar processos. Tudo ficou mais dinâmico por conta da diversidade de blogs e de redes sociais.

Nosso país passou por momentos delicados no período da ditadura militar, com a imposição dos Atos Institucionais - e o AI5 foi o pior deles. Mesmo que ainda restem sequelas, felizmente o regime caiu, impulsionado pelo movimento pela redemocratização e pela campanha pelas Diretas Já. A necessidade da busca de informações, bem como da liberdade da população e da imprensa, até então vigiadas e controladas, repercutiu em matérias, poesias, músicas, filmes e peças de teatro.

Depois disso, a imprensa tornou-se o quarto poder e, por muito tempo, tivemos de conviver com a ditadura da informação, em que pequenos grupos corporativos de comunicação determinavam qual era a verdade, quais músicas deveríamos escutar, e quais filmes deveríamos ver.

Com a chegada da internet, muitas coisas antes ocultas agora aparecem. Monopólios entram em declínio - surgem outros também, é verdade -, mas o medo daqueles que querem controlar por meio do mercado, do monopólio midiático ou das instituições de governos aumentou, e notamos que eles querem controlar a rede de qualquer forma.

Assim, recentemente, tivemos de enfrentar o projeto chamado de AI5-digital. A proposta tramitou no congresso por alguns anos e, quando a sociedade se deu conta, estava para ser aprovada pela segunda vez na Câmara dos Deputados. Eu, como deputado federal, ao lado de outros companheiros em Brasília, nos juntamos a diversos movimentos emergentes na própria rede, como o do software livre e o Música Para Baixar para criarmos o #MegaNão ao projeto de controle da internet.

Além de barrar o projeto Azeredo, ou AI5-Di-

gital, também conseguimos demandar um projeto para delimitar os direitos civis da internet. Por meio de consulta pública, ouviu-se a sociedade como um todo, e o Ministério da Justiça irá apresentar o resultado dessa consulta novamente para a sociedade e. Depois disso, esse pré-projeto irá para o congresso. Mais uma vez, podemos ter êxito se conseguirmos aprovar no Congresso o projeto dos direitos na rede.

Mas, no Brasil, percebemos que ainda existem muitos medos quanto à internet. Desde fevereiro deste ano, presido a Comissão Especial das Lan Houses na Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/53a-legislatura-encerradas/pl436104/membros>). Nossa trabalho tem sido ouvir a sociedade sobre o tema, para que possamos criar uma lei

“ ...recentemente, tivemos de enfrentar o projeto chamado de AI5-digital. A proposta tramitou no congresso por alguns anos e, quando a sociedade se deu conta, estava para ser aprovada pela segunda vez na Câmara dos Deputados.”

Paulo Teixeira

que atenda a todos: população e donos de lan houses.

Pelo menos 8 projetos tratam da questão lan houses. Analisando cada um deles, verificamos muitos interesses absurdos, como, por exemplo: proibir a permanência de menores de 16 anos em lan houses; exigir o cadastro único dos usuários de lan houses e proibir a instalação de lan houses nas proximidades de escolas.

Neste momento, estamos em processo de consulta pública sobre a legislação autoral. Já se podem notar as reações enfurecidas da indústria cultural, que defende o controle da rede para manter seus monopólios, impedindo maior diversidade de acesso aos bens culturais.

Na rede, existem coisas boas e ruins, assim como em tudo na sociedade. Em certo momento de nossa história, a carta era o meio de comunicação fundamental e, para muitas pessoas, ainda é. Mesmo que alguém tenha utilizado os correios para cometer crimes - como enviando ameaças ou produtos ilegais -, não chegamos ao ponto de identificar quem postava as cartas, e quais conteúdos eram enviados.

O mesmo vale para o telefone que, inclusive, é usado constantemente pelo crime organizado. Nem por isso, o uso de telefones públicos obriga o cadastro ou a gravação de tudo o que lá se transmite.

Aliás, será que o fato de existir telefones públicos ou cartas dificultou as investigações policiais? Então, porque tanto interesse em controlar a internet?

Ao contrário de controlar, devemos legalizar na internet a cópia e a disponibilização de conteúdos, sejam eles culturais/artísticos ou não, para fins não comerciais, mesmo que tenhamos a necessidade de rediscutir acordos internacionais já firmados. Nesse momento, eles nos impedem de fazer uma lei de acordo com as necessidades dos internautas. Não permitir o acesso a conteúdos na rede é promover o controle.

Por isso, estou à disposição da sociedade para levar ao Congresso as demandas a fim de construirmos uma internet cada vez mais livre, que esteja a serviço da diversidade cultural e da educação. É dessa forma que iremos construir um Brasil cada vez mais democrático. 

Referências:

Comissão Especial das Lan Houses na Câmara dos Deputados:
<http://miud.in/81S>

Artigo na Wikipédia sobre o AI-5:
<http://miud.in/81W>

PAULO TEIXEIRA é ativista da liberdade na rede, defende o software livre e a democratização da comunicação. É Deputado Federal pelo PT-SP.



Simplifique!

Gerencie sua rede com a flexibilidade do software livre.

Saiba mais em <http://gnutech.info/simplifique/>





Vigilância na rede: a construção do cidadão normatizado

Por Aracele Torres

Paul Barker - sxc.hu

Julho de 2008: É aprovado no Brasil pelo Senado um projeto que tipifica cibercrimes, o Projeto de Lei 89/2003 do Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), mais conhecido como PL Azeredo ou Lei Azeredo. O projeto causou (causa ainda) muita polêmica entre os internautas que alegam tratar-se de um AI-5 digital, numa clara referência ao decreto emitido em 1968 pela ditadura militar brasileira que suspendia vários direitos constitucionais. A referência se explica por vários pontos do projeto que possuem um caráter de vigilantismo e que infligem o direito do cidadão à liberdade e à privacidade. Dentre estes pontos mais polêmicos encontra-se o que diz respeito à identificação e armazenamento de dados dos internautas pelos provedores. Segundo o projeto, os provedores seriam obrigados a armazenar por três anos os dados que dizem respeito à origem, hora e data da conexão, devendo repassar estes dados à polícia

quando ocorrerem denúncias sobre os conteúdos publicados. O projeto ainda tramita na Câmara onde precisa também ser aprovado.

Março de 2009: O governo britânico anuncia a possibilidade de monitorar sites de redes sociais justificando que assim poderia combater o terrorismo também na rede. De acordo com essa ideia, as redes sociais como Facebook, por exemplo, deveriam transmitir ao governo informações sobre os amigos e contatos de um usuário. Embora, o governo tenha informado que a ideia não era criar um banco de dados com emails, mensagens de texto, conversações ou informações contidas nesses sites, as críticas a respeito da violação de privacidade foram muitas. Para ser concretizada, porém, esta ideia ainda deveria passar por um processo de consulta pública.

Outubro de 2009: É aprovado no Senado um projeto de lei que obriga as lan houses e os cybercafés a manterem um banco de dados com o cadastro de seus usuários. O cadastro deveria conter o nome do usuário, o número do seu documento de identidade, a identificação do computador e o período em que ele foi usado, com data e horário de início e término da conexão. Os dados deveriam ficar guardados por um período mínimo de 3 anos, permanecendo sigilosos, podendo ser divulgados apenas por determinação judicial. A justificativa para tal proposta foi a de ampliar a eficácia no combate aos crimes cibernéticos, na medida em que as lan houses e cybercafés representam brechas às quais os criminosos recorrem. O projeto tramita na Câmara onde ainda precisa ser aprovado.

Junho de 2010: A Oi Internet adota um serviço de rastreamento de dados dos seus usuários, o sistema de uma empresa inglesa chamada Phorm, inclusive já banido na Europa por representar uma ameaça à privacidade dos internautas. O programa denominado BT Webwise será usado aqui no Brasil com o nome de "Navegador" e já está sendo testado com os clientes de banda larga da Oi no Rio de Janeiro. Ele é capaz de rastrear todos os passos do usuário na internet e todo conteúdo acessado por ele, com

exceção de páginas criptografadas. já vem instalado e ativado no provedor e a empresa afirma que o usuário é quem escolhe quando quer participar. Algumas personalidades do mundo da tecnologia como Jimmy Wales e Tim Berners Lee já se manifestaram a respeito da ameaça que a Phorm representa pra nossa privacidade. Wales, por exemplo, bloqueou a Phorm para os usuários da Wikipédia pois a mesma admitiu em 2008 ter adulterado o verbete da empresa na Wikipédia para apagar comentários negativos sobre ela.

Todos estes episódios compõem o cenário de vigilância formado com a emergência do ciberespaço e sua constituição enquanto espaço de acontecimento da vida contemporânea e ferramenta de transformação social. Este cenário

“ Todos esses episódios compõem o cenário de vigilância formado com a emergência do ciberespaço e sua constituição enquanto espaço de acontecimento da vida contemporânea e ferramenta de transformação social.”

Aracele Torres

apesar de configurar-se como novo, é formado por práticas antigas de vigilância e controle, práticas que remontam, pelo menos, ao século XVI. Não é de hoje que os governos e as empresas tentam exercer um controle sobre o que as pessoas fazem, gostam, consomem. "Desde o tempo dos antigos assírios, senão antes, os governos estiveram interessados em coletar e armazenar informações sobre os povos que controlavam", explica o historiador Peter Burke. O que muda hoje é basicamente o terreno onde esse controle é exercido ou pretende ser exercido e as estratégias empregadas para este fim.

Ao mesmo tempo em que o ciberespaço permite a coleta de um maior número de informações sobre os indivíduos, ele permite também, e ainda, que as pessoas possam transitar por ele tendo o direito ao anonimato. E o anonimato, sabemos, é inimigo da sociedade do controle na qual estamos inseridos. É uma pedra em seu sapato. Como vigiar e punir quem não tem rosto? Como classificar um corpo que não se conhece?

“ Como vigiar e punir quem não tem rosto? Como classificar um corpo que não se conhece? A internet gerou problemas como esses para os governos e para as empresas.

Aracele Torres

A internet gerou problemas como esses para os governos e para as empresas. E é pra resolver esses e outros impasses que mecanismos como a PL Azeredo e o programa da Phorm utilizado pela Oi estão sendo desenvolvidos.

É também pra tentar conter aquilo que os inventores da internet não conseguiram. É pra tentar conter os consumos e os desvios empreendidos pelos usuários, conter aquilo que o historiador Michel de Certeau chama de maneiras de fazer. Os internautas, supostamente entregues à passividade, na verdade se apropriam ou se reappropriam dos produtos culturais disponíveis por uma ordem dominante e fabricam a partir destes o seu próprio produto, fazendo bricolagens, seguindo seus interesses próprios e suas regras. Foi dessa forma que agiram os cientistas que durante a década de 70 começaram a usar a internet para sua própria comunicação, para conversas pessoais, atribuindo a rede uma função diferente daquela imaginada pelos seus inventores.

A internet, para quem não sabe, foi criada na década de 60, em meio ao período histórico que se convencionou chamar de Guerra Fria. Foi fruto de uma estratégia militar norte-americana e tinha como função primeira a defesa do sistema de comunicação dos EUA contra ataques nucleares dos seus inimigos. A responsável por sua construção foi a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) do Departamento de Defesa. A ideia da ARPA era construir um sistema de comunicação alternativo que pudesse ser usado em caso de ataques que destruíssem os meios convencionais de telecomunicações, ou seja, um sistema destinado ao uso militar. dessa forma, nasceu em 1969 a ARPANET, constituída por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras formas de conexão. E por uma arquitetura de rede que, assim como foi imaginada por seus desenvolvedores, não podia ser controlada a partir de nenhum centro.

E isso de também não poder ser controlado por nenhum centro faz da internet uma ameaça para os vigilantes. É um problemão. Como

lidar com uma ferramenta que foi originalmente criada para funcionar como um espaço comunicacional anárquico? Como controlar uma rede que possui inúmeras formas de conexão? Essas são perguntas que, com certeza, devem tirar o sono de muitos Azeredos mundo afora.

Mas todas essas formas de vigilância estão também relacionadas a duas questões básicas e importantíssimas. A primeira, já anunciada, diz respeito ao interesse recorrente dos governos em controlar e classificar os indivíduos. Isso do ponto de vista do jogo de poder se constitui como uma necessidade, já que conhecimento significa poder, e conhecer o indivíduo significa para o Estado exercer sobre sua vida um controle maior. Controle sobre o que ele consome, sobre o que ele aprende, sobre suas relações sociais, sobre o que ele faz pra se divertir. A ideia é moldar um cidadão exemplar e normatizado capaz de seguir o padrão comportamental determinado pelo poder (cada vez mais sutil e camuflado) da ordem dominante.

A segunda questão diz respeito a quanto ameaçadora a internet é à propriedade intelectual. A tentativa de controle das ações dos internautas também reflete isso, representa o medo de que esta ferramenta possa atingir em cheio aquilo que o sistema econômico vigente tem de mais precioso, o lucro. O medo de que a cultura do commons e do remix, da construção coletiva, dos downloads e P2P possa comprometer o lucro gerado pela comercialização do conhecimento/cultura, faz com que episódios como os citados no inicio deste texto aconteçam e se repitam constantemente em várias partes do mundo. Dessa forma a primeira questão encontra-se ligada a esta segunda na medida em que formar um cidadão normatizado significa formar um indivíduo capaz de respeitar as regras do sistema socioeconômico atual, acatar o seu sistema de propriedade.

Mas diante desse contexto de controle e vigilância sabemos que muitas maneiras de fazer se desenham (e podem se desenhar) como forma de resistência. Uma delas já está se desen-

volvendo através da construção aberta e coletiva do Marco Civil para a internet no Brasil. Um marco regulatório que de inicio já representa a força do movimento que defende a liberdade e neutralidade na rede, e que pode significar um freio para muitas destas medidas abusivas de cerceamento da nossa liberdade. O fundamental é que esse marco regulatório seja aprovado com um conjunto básico de leis que garanta a todos os internautas o direito à privacidade e a neutralidade na rede, sem brechas que possibilitem a justiça a continuar nos tratando como criminosos, atentando contra nossos direitos, nos impedindo de usufruir daquilo que a internet tem de mais caro, o direito ao anonimato. 

Referências:

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**

Cibermundi:

<http://cibermundi.wordpress.com>

Liberdade na fronteira:

<http://liberdadenafrenteira.blogspot.com/>

Remixtures:

<http://remixtures.com/>

Página do Marco Civil:

<http://culturadigital.br/marcocivil>

Trezentos:

<http://www.trezentos.blog.br/>

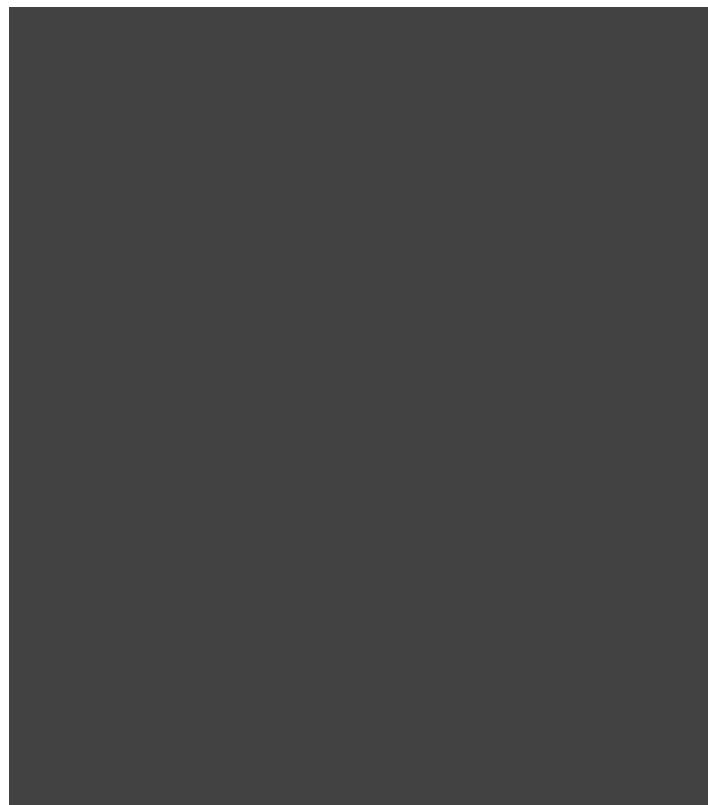


ARACELE TORRES é graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. É pesquisadora de cibercultura e atualmente pesquisa sobre a produção e distribuição do conhecimento no contexto das tecnologias digitais. É membro da Associação Piauiense de Software Livre, do Projeto Software Livre Piauí e da Comunidade KDE Brasil.



O monitoramento das atividades do usuário pelo provedor

Por Walter Aranha Capanema



Introdução:

Embora o Brasil tenha criado uma importante legislação que proteja e garanta os direitos do consumidor (Lei 8.078/90), é sabido que a modernização, especialmente a popularização da Internet, criou novas situações jurídicas, que não poderiam ter sido previstas pelo legislador.

Merece destaque a atuação dos provedores de Internet, no sentido de monitorarem as atividades dos seus usuários, restringindo e controlando o acesso a determinados serviços e até mesmo a velocidade da conexão, através do procedimento denominado traffic shaping.

Além disso, foi noticiado pela Revista Época que uma empresa britânica criou para um provedor brasileiro um programa chamado "Navegador", que seria utilizado para rastrear

remotamente as atividades e preferências do usuário¹.

Pretende-se, nesse artigo, analisar a legalidade da atuação dessas empresas e apontar quais dispositivos legais foram violados, levando-se em conta duas premissas:

- Que a Constituição Federal protege a privacidade;
- Que o Código de Defesa do Consumidor pode ser aplicado para proteger o consumidor na Internet.

I. O direito à privacidade:

A Constituição Federal, que é a nossa lei máxima, e que não pode ser contrariada por

qualquer outra, estabelece, em seu art. 5º, X, a proteção da privacidade e da intimidade do indivíduo:

"São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

A doutrina costuma diferenciar entre privacidade - que trata do relacionamento pessoal em geral, das relações comerciais e profissionais que o indivíduo não quer tornar públicas e a intimidade - concernente às relações afetivas e íntimas. Nota-se que ambos estão protegidos pelo supracitado artigo.

Todavia, esse direito à privacidade não é absoluto, e a própria Constituição o excepciona em alguns casos, como, por exemplo, para interceptação telefônica e de dados, para constar em inquérito policial ou em ação penal, conforme determina o art. 5º, XII².

Havendo a violação desse preceito, é conferido ao lesado o direito de propor ação judicial de indenização por danos morais e/ou materiais contra o autor do ato danoso, observando-se as normas do Código Civil sobre responsabilização (arts. 927 e seguintes).

II. O Código de Defesa do Consumidor (CDC):

A Lei 8.078/90 será aplicável sempre que se tiver uma relação jurídica em que forem partes um consumidor, conceituado como a "toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final" (art. 2º) e um fornecedor, que é "toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços" (art. 3º).

Adotou-se a idéia de que se deveria

Walter Capanema



conferir mais direitos ao consumidor em relação à empresa fornecedora, pois é a parte com menos conhecimento tecnológico e, muitas vezes, se encontra em estado de hipossuficiência econômica e jurídica.

Estão proibidas, por exemplo, práticas e métodos comerciais desleais ou coercitivos (art. 6º, IV) e a criação de bancos de dados em a ciência do consumidor (art. 43, §2º).

Ressalte-se que a relação do usuário com o seu provedor de acesso à Internet sofre incidência, sem sombra de dúvida, das normas do Código de Defesa do Consumidor, conforme já pacificado pela jurisprudência³.

III. Das condutas de traffic shaping e de monitoramento:

a) Traffic shaping:

É comum a prática, pelos provedores brasileiros, do denominado traffic shaping, que consiste no controle da velocidade da conexão, especialmente de banda larga, através da proibição e limitação de acesso a determinados serviços.

Não é por outra razão que o usuário, ao tentar baixar um determinado programa pelo protocolo BitTorrent, consegue apenas uma baixa velocidade, apesar da sua conexão ser rápida e de existirem muitos outros usuários compartilhando o arquivo baixado (seeders).

Essa conduta é claramente ilegal, pois viola o próprio contrato pactuado entre o usuário e o provedor. Se a conexão contratada possibilita ao usuário se conectar a 30 kbps, não pode a empresa limitar ou proibir esse acesso. Impede, assim, que o usuário utilize o serviço com plena liberdade.

Além disso, há a violação da privacidade do usuário, pois, para realizar o traffic shaping, o provedor necessita analisar os pacotes de dados emitidos pelo computador do usuário, o que exige, dos usuários de BitTorrent, a

criptografia desses pacotes para a obtenção de uma conexão rápida.

b) O monitoramento de dados:

O monitoramento de dados do usuário pelo provedor, seja remotamente, ou pela instalação de um programa spyware no computador do usuário (o que costuma ser feito sem aviso), configura um ilícito civil, em clara violação ao disposto no art. 5º, X, CF.

Ainda que o fundamento apresentado seja o de "conhecer melhor o seu consumidor e as suas preferências", essa conduta é ilegal e extremamente lesiva, pois permite que os dados pessoais, comerciais e bancários de um



É comum a prática, pelos provedores brasileiros, do denominado traffic shaping, que consiste no controle da velocidade da conexão, especialmente de banda larga, através da proibição e limitação de acesso a determinados serviços.

Walter Capanema



indivíduo sejam indevidamente devassados pelo provedor.

Tendo em vista que esse ato de monitoramento constitui em captação da comunicação de dados realizada entre o usuário e outros computadores, poderá essa conduta constituir o crime de interceptação ilegal de dados, previsto no art. 10 da Lei 9.296/96 e punido com a pena de reclusão, de dois a quatro anos, e multa:

"Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei".

Dessa forma, se verificado pelo usuário a prática de monitoramento pelo seu provedor de serviços, poderá se dirigir a uma delegacia de polícia e realizar um boletim ou registro de ocorrência.

2. O procedimento da interceptação telefônica está previsto na Lei 9.296/96.
3. Nesse sentido, o julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: "APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET. UTILIZAÇÃO DE PROVEDOR NÃO CADASTRADO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR. INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE SERVIÇO ESSENCIAL. DANO MORAL COMPROVADO. O demandante contratou os serviços da ré, os quais consistiam em Internet discada através de provedor. Nestes termos, a prestadora do serviço deveria ter demonstrado que prestou ao autor todas as informações necessárias para utilização do serviço. Ou seja, competia ao demandado demonstrar que o demandante foi cientificado dos provedores conveniados, principalmente diante da inversão do ônus da prova deferida. A situação em concreto é capaz de impor a indenização moral em razão de seu aspecto punitivo, como forma de melhoria e adequação dos serviços que presta a empresa ré, além de se tratar de serviço essencial à vida moderna" (Processo nº 0007647-29.2009.8.19.0001 - Des. Ferdinaldo do Nascimento - Julgamento: 01/06/2010 - Décima Nona Câmara Cível.

Conclusão:

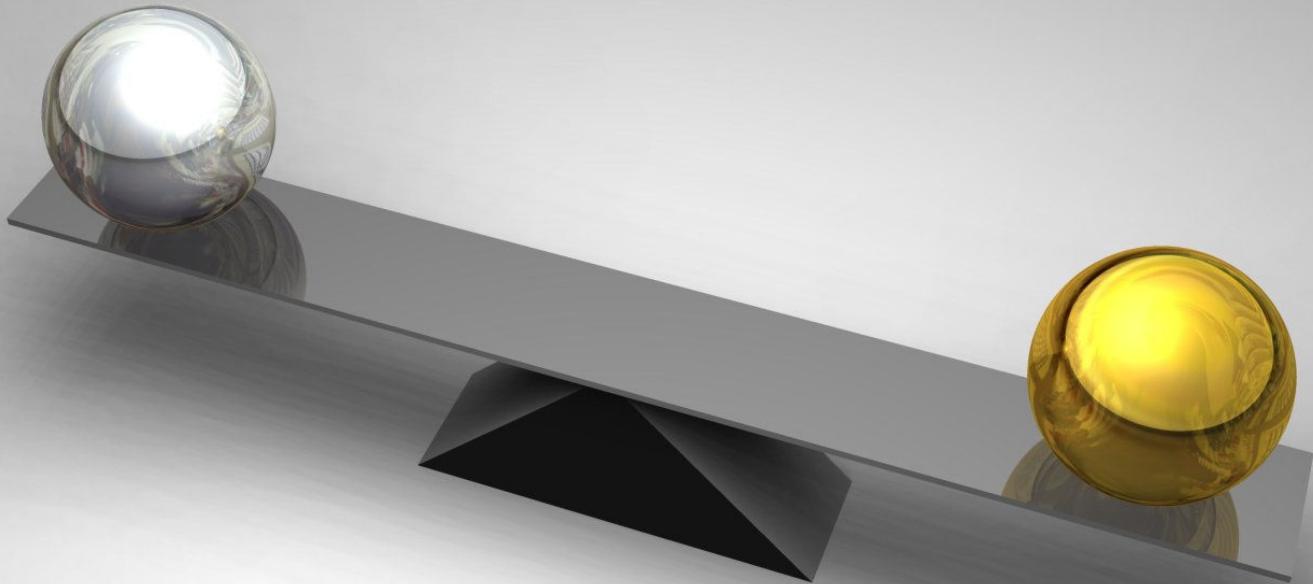
A atuação dos provedores não pode se pautar em condutas abusivas e que, em muitos casos, constituem crimes graves. Cabe à sociedade e os órgãos públicos competentes atuar em conjunto para denunciar e buscar a punição desses infratores. 

Referências:

1. ÉPOCA. Um espião em seu computador. Disponível em:
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT145587-15224-145587-3934,00.html>. Acesso em: 6 jul. 2010.
A parceria entre a Oi e a Phorm está sob análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica [CADE, sob o fundamento de que se admite a violação da privacidade do usuário. DUARTE, Patrícia; ROSA, Bruno. Parceria entre Oi e Phorm na mira do Cade e da Justiça por causa de ferramenta que identifica preferência de usuários. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/06/07/partner-entre-oi-phorm-na-mira-do-cade-da-justica-por-causa-de-ferramenta-que-identifica-preferencia-de-usuarios-916810763.asp>. Acesso em: 6 jul. 2010.



WALTER CAPANEMA é professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro [EMERJ (Brasil). Formado pela Universidade Santa Úrsula - USU. Advogado no Estado do Rio de Janeiro. Email: waltercapanema@globo.com e site: www.waltercapanema.com.br



A LEI E A LAN

Vereadores aprovam Lei que instala vigilância e invade privacidade em lan houses em Lauro de Freitas/BA

Por Yuri Almeida

No mês de maio, a Câmara de Vereadores de Lauro de Freitas aprovou uma lei anti-constitucional que regula as atividades em Lan House e/ou Cyber Cafés. A Lei Municipal nº. 1.369 (pags 7 e 8) foi sancionada pela Prefeitura de Lauro de Freitas, cidade vizinha a capital baiana. Dentre as incongruências da Lei destaca-se o estado de vigilância, invasão da privacidade e criminalização das lan house, impedindo o seu uso educacional e comunitário, por principalmente, as classes mais pobres do município. Os vereadores aprovaram uma lei desconectada da realidade, que penaliza os jovens

pobres e donos de lan house, por total incompreensão do que representa o estabelecimento em uma comunidade.

Em seu artigo 4, a Lei nº. 1.369 prevê o cadastro obrigatório para que os usuários tenham acesso aos estabelecimentos.

Art. 4º É obrigatória a criação de um cadastro de frequentadores e usuários dos estabelecimentos referidos nesta Lei, do qual deve constar:
I - nome completo, data de nascimento e filiação;
II - endereço completo e número de telefone do usuário;
III - nome, endereço e telefone

para contato;
IV - escola e turno em que estuda, se for o caso;
V - número de documento de identificação;
VI - registro de frequencia, com data e horário de entrada e saída ou do início e do término do uso do equipamento e horário.

Atualmente, o Ministério da Justiça criou um amplo debate sobre o marco civil da Internet no Brasil e no artigo 9 da proposta sobre a lei que vai regular a Web, diz que os provedores de conteúdo devem guardar os registros de conexão (o terminal, local, IP da máquina que se conecta) e não os registros de acesso (o que a pessoa faz na Internet)

Já no artigo 4, inciso IV, "conexão à Internet" é a "autenticação de um terminal para envio e recebimento de pacotes de dados pela Internet, mediante a atribuição de um número IP". Desse modo, uma lan house não pode ser enquadrada no artigo 9, pois usa os serviços de um servidor (Velox, GVT, entre outros) e não atribuem um número de IP a um terminal.

Dito isso defendo a tese de que não deve ser obrigatório vincular a identidade civil a um terminal (máquina), ou seja, a identificação significa vigi-

lância e invasão à privacidade do cidadão. Com essa medida, apenas as classes mais pobres ficariam submetidas a vigilância mais severa por parte do Estado, uma vez que são as grandes usuárias do serviço. Vale ressaltar, que de acordo com os próprios dados policiais de crimes na Internet,

o usuário utilize dados verdadeiros. Para os criminosos é muito fácil colher dados pessoais e utilizar durante o cadastro em uma lan house. A Lei não fala como devem ser armazenado esses dados, a segurança que os ambientes precisam desenvolver. Me preocupa também como será a fiscalização da lei. Bastar dar uma olhada nos bares, por exemplo, para ver crianças e adolescentes (fardados inclusive) consumindo drogas. Se nem isso conseguem fiscalizar será que vão dar conta de olhar cada lan house?

Ainda no artigo 4, parágrafo 1º, diz que o acesso ao cadastro poderá ser feito por pais e autoridades competentes (o texto não diz de quem se trata essa autoridade) sem a necessidade de mandado judicial.

§ 1º O acesso das autoridades competentes e de pais, aos dados do sistema

informatizado de informações sobre usuários menores de dezoito anos, será feito sem a necessidade de mandado judicial ou de aviso prévio formal.

Isso é ilegal, é anticonstitucional, pois ninguém tem acesso aos seus dados sem mandado judicial, tanto para quebra de sigilo bancário como para entrar em sua casa.

“ Históricamente, fomos vítimas de perseguições policiais e políticas por possuirmos ideologias diferentes. Na Bahia esse processo foi ainda mais brutal.”

Yuri Almeida

a maioria dos crimes não são cometidos em lan house (como pornografia infantil, invasão de sistemas), mas dentro de casa.

Historicamente, fomos vítimas de perseguições policiais e políticas por possuirmos ideologias diferentes. Na Bahia esse processo foi ainda mais brutal. Temo que a Lei, de alguma forma resgate essa tirania. Além disso, nada garante que

Passou agora a Lei Ordinária Municipal a valer mais que a própria Lei Maior?

A Lei cria uma cultura de medo na cidade. Se eu criar um blog, por exemplo, que critique a polícia eles vão ter acesso aos meus dados e sabe-se lá o que podem fazer com eles e comigo. A Lei não está preocupada com o bem estar da sociedade, o que querem é instalar uma espécie de Big Brother nas lan houses, o que é indevido. Além disso transfere para a esfera privada (donos de lan house) uma obrigação que é pública (zelar pela sociedade).

§ 6º O cadastro deverá ser mantido em arquivo pelo prazo de cinco anos e não poderá ser divulgado, salvo quando requerido pelos pais ou responsáveis, no caso de menores de quinze anos, Conselho Tutelar e demais autoridades competentes para tal.

Outro erro da Lei é o prazo de arquivamento, de cinco anos, enquanto as orientações internacionais são de no máximo dois anos. No marco civil, proposto pelo próprio Ministério da Justiça do Brasil, fala-se de apenas seis meses. A Lei Municipal também não diz de que forma esses dados serão guardados, ou seja, podem roubar uma lan house e levar os dados de milhares de usuários. Quem se responsabiliza em caso desses? Vale lembrar

que a Lei pede um documento de identificação. Se for o meu CPF, por exemplo, podem fazer uma dívida em meu nome. A Prefeitura, involuntariamente criou um problema para ela, pois os cidadãos lesados vão processar os donos de lan house, que estão amparados por uma lei municipal.

No artigo 1º, parágrafo 1º diz que os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo não poderão ser instalados num raio mínimo de 200m (duzentos metros) de qualquer estabelecimento de ensino. O curioso é que a lei reconhece que os estabelecimentos podem ser utilizados para trabalhos escolares. Ora, se a própria lei reconhece que os es-

tabelecimentos por ela mencionados são para utilização quando da realização de trabalhos escolares, qual o fundamento fático e/ou jurídico que justifique essa limitação espacial? Qual é mesmo a finalidade da lei? Ora, como se falar em propiciar inclusão quando a própria lei pugna pela exclusão ao estabelecer essa distância das unidades de ensino?

O grande problema da interpretação da Lei Municipal é que ela trata a lan house como "casa de jogos" e não é. A lan house é mais do que "jogos computadorizados". Como diz o professor Nelson Pretto, "é mais fácil transformar uma lan house em escola do que transformar uma escola em escola",

 Outro erro da Lei é o prazo de arquivamento, de cinco anos, enquanto as orientações internacionais são de no máximo dois anos. No marco civil, proposto pelo próprio Ministério da Justiça do Brasil, fala-se de apenas seis meses. A Lei Municipal também não diz de que forma esses dados serão guardados...


Yuri Almeida

“ As autoridades deveriam refletir melhor: se o estudante deixa de ir para a escola para ir em uma lan house é porque a escola deixou de ser um ambiente de conforto, que estimule o aluno, e não é criminalizando a lan house que esse quadro será transformado.”

Yuri Almeida

isso porque as escolas não são ambientes agradáveis para os alunos, uma reforma educacional é fundamental. As autoridades deveriam refletir melhor: se o estudante deixa de ir para a escola para ir em uma lan house é porque a escola deixou de ser um ambiente de conforto, que estimule o aluno, e não é "criminalizando" a lan house que esse quadro será transformado. Pelo contrário, porque não firmar parceria com as lan house no sentido de transformá-la em ambientes

sócio-educacionais? Porque não permitir os jogos educacionais, uma vez que diversos estudos psicológicos e pedagógicos mostram que é possível aprender brincando, jogando. Por outro lado, a lei aprovada amputa o desenvolvimento cognitivo dos jovens, apontados por qualquer propaganda política como o "futuro do Brasil", tendo em vista que é cobrado pelo mercado e pela própria vida o domínio sob as novas ferramentas tecnológicas.

cas. A medida irá afastar cada vez mais crianças e adolescentes do universo tecnológico, crianças e adolescentes pobres, que encontram na Internet uma alternativa para superarem a própria miséria ou momentos de diversão.

O documento do CGI (Comitê Gestor da Internet no Brasil - 2007) revela que o seu usuário de lan house é jovem, entre 10 e 24 anos, com renda familiar de menos de 2 salários mínimos, ainda não concluiu o Ensino Médio e tem presença marcante nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em um país, onde 64% das conexões à Internet são realizadas a partir das lan house, elas deveriam ser tratadas como "amigas" e não como "vilã".



YURI ALMEIDA é jornalista, especialista em Jornalismo Contemporâneo, pesquisador do jornalismo colaborativo e edita o blog herdeirodocaos.com sobre cibercultura, novas tecnologias e jornalismo. Contato: hdocaos@gmail.com / twitter.com/herdeirodocaos.

DESTAQUE-SE
entre para o clube do hacker

**Os Melhores
Estão Aqui!**
www.clubedohacker.com.br



Pouco a pouco vamos nos desfazendo de nossa privacidade

Por Filipe Saraiva

Christian Kitazume - sxc.hu

O governo brasileiro aprovou há muitos anos (ainda na era FHC) e colocará em prática até o fim deste ano (era Lula) o projeto de unificação do número da carteira de identidade. O objetivo levado a público é resumir as nossas montanhas de documentos (certidão de nascimento, CPF, RG, declaração de imposto de renda, etc) a um único chip a ser transportado em um cartão plástico.

O efeito colateral desta unificação é que os dados que o governo já possuía sobre seus cidadãos, antes distribuídos em vários bancos de dados, agora ficarão em uma só base. Não precisarão mais cruzar os dados de qualquer pessoa para extrair informações

valiosas - absolutamente tudo poderá ser acessado a partir de um único sistema. Nada de burocráticos ofícios e memorandos entre órgãos governamentais para este tipo de trabalho, então.

Aparentemente, a mídia tradicional e demais "porta-vozes da sabedoria" não acharam qualquer problema no projeto. Afinal, fatalidade, a tecnologia da informação está aí e cedo ou tarde esta ideia seria implementada - pensaram alguns. Ou, com outro argumento, levantaram o fatídico "quem não deve, não teme" - opinaram outros.

A tecnologia da informação nos permitiu otimizar processos dos mais variados

tipos; entretanto, ela cobra cada vez mais nossa resignação sobre o acesso a informações pessoais que, em outros tempos, eram tratadas por nós como particulares.

Empresas hoje vivem financeiramente de cruzar dados de seus clientes para proverem "serviços personalizados". O Google já faz isso com nossas contas de e-mail/blogs/redes sociais/busca e demais serviços providos pela empresa.

Se antes reclamávamos de familiares por abrir nossas correspondências sem permissão, hoje deixamos bots escanearem o conteúdo de nossos e-mail's sem qualquer protesto.

Essa é a principal preocupação que refletiu - pouco a pouco, estamos abrindo mão de nossas informações particulares e é dada pouca importância quanto a isso. Com o passar do tempo vamos nos tornando mais permissivos, entregando cada vez mais nossos dados para empresas e governos manipularem. E isso chega a casos extremos, dignos de real comparação ao texto de George Orwell, 1984, e seu onipresente Big Brother.

O governo inglês anunciou um projeto de instalação de um circuito fechado de TV em 20.000 casas de famílias classificadas como "problemáticas". Quem está por trás das câmeras tem a "missão" de, literalmente, vigiar 24h por dia a

“ Se antes reclamávamos de familiares por abrir nossas correspondências sem permissão, hoje deixamos bots escanearem o conteúdo de nossos emails sem qualquer protesto.

Filipe Saraiva

casa destas pessoas para saber se a família está cuidando bem dos filhos. Este projeto já está em pleno funcionamento com 2.000 famílias.

O que mais chama a atenção é a aparente aceitação desta condição por parte da sociedade. Não há qualquer movimento civil, popular, que questione este projeto. É natural, devem pensar alguns.

Voltando a nossa identidade unificada, penso que, extrapolando os objetivos do projeto, daqui a alguns poderá surgir a revolucionária ideia de retirada deste chip com nossas informações de seu invólucro plástico para aplicá-lo em nosso corpo, de forma subcutânea.

Fantasia? Pode ser. Mas não é ficção pensar que muitos acharão este projeto uma atitude de suma importância, desejável e extremamente necessária. Afinal, como poderão dizer, "quem não deve, não teme".



Convido os signatários deste argumento a morarem em uma casa de vidro. Recusariam?

Para mais informações:

[1] Projeto da Identidade Unificada no Brasil

<http://miud.in/7Yp>

[2] Projeto do Governo Inglês

<http://miud.in/7Yq>



FILIPE DE OLIVEIRA SARAIVA é mestrandando em engenharia elétrica pela USP e bacharel em ciência da computação pela UFPI. É membro da Associação Piauiense de Software Livre e do Projeto Software Livre - Piauí.



Vigilantismo nas Redes Sociais

Por Alexandre A. Borba

O vigilantismo é um assunto muito discutido na internet, e que significa espionar toda atividade online de uma pessoa. Quando esse tema chega às redes sociais, fica ainda mais complexo, já que se trata de uma área com dois pontos de vista: o do vigilante e o do vigiado.

O vigilante alega que a falta de limites faz das redes sociais verdadeiras terras sem lei. Pelo ponto de vista do vigiado, essa liberdade de expressão é um direito concedido por lei a qualquer cidadão. Fica, então, estabelecido o impasse.

Vamos analisar ambos os

lados. Em uma vida em comunidade, seja num condomínio, numa igreja, num bairro, no Twitter, no Facebook, dentre outras redes sociais, todos nós temos direitos e deveres. Ninguém pode instalar uma câmera de vigilância na residência de uma pessoa sem permissão, mas é possível a instalação de câmeras na rua onde ela mora. Da mesma forma, não se pode monitorar um computador pessoal ou informações restritas em sites, sem prévia autorização. Esse monitoramento só é permitido em áreas públicas da internet, como a timeline do Twitter, ou do Identica, por exemplo.

“ Portanto, quer reclamar e falar mal de alguém? Tenha certeza e, principalmente, provas do que vai dizer, pois isso pode virar contra você. Afinal as regras são as mesmas tanto na vida real quanto a virtual.”

Alexandre A. Borba

Mas não concordo que o vigilantismo seja a solução. Acredito que a atitude causará só polêmica. É preciso reforçar o aviso do bom senso para todos aqueles que gostam de usar as redes sociais. Pense uma, duas, três vezes antes de postar algum conteúdo em um momento de raiva.

Diga não ao vigilantismo, e sim ao bom senso. 

As mesmas regras para o bom convívio na vida real também servem para as redes sociais virtuais. Se você rouba, mata ou difama será penalizado. Mas antes de culpar e punir alguém é preciso provar a acusação. Isso funciona da mesma forma no mundo virtual.

O que não pode acontecer é a filtragem do conteúdo que é colocado nas redes sociais. Empresas privadas e instituições públicas dos âmbitos municipal, estadual e federal

vêm tentando coibir e censurar o uso dessas redes. E tudo isso por medo das novidades que chegaram com grande poder de influência e de massificação de informação.

Portanto, quer reclamar e falar mal de alguém? Tenha certeza e, principalmente, provas do que vai dizer, pois isso pode virar contra você. Afinal as regras são as mesmas tanto na vida real quanto a virtual. A punição por atos ilegais existe para ambas.



ALEXANDRE A. BORBA é desenvolvedor de Sistemas Web em PHP, estudante de Ciência da Computação e grande entusiasta e defensor do Software Livre. Participa da comunidade TUX-ES e ainda contribui na gestão das mídias sociais da Revista Espírito Livre.



Na VirtualLink, você encontra desde Treinamentos Oficiais em Linux até as melhores Soluções em TI do mercado.

VirtualLink
Soluções e Treinamentos em Linux
www.virtuallink.com.br



Ofensas pela Internet: quatro aspectos jurídicos importantes

Por Paulo Rená

Brian Lary - sxc.hu

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul manteve sentença que havia condenado uma mulher a pagar indenização de R\$ 5 mil por danos morais, decorrente de ofensas cometidas na Internet por seu filho adolescente contra um colega da escola. No dia 30 de junho de 2010 ocorreu o julgamento que rejeitou os recursos apresentados por ambas as partes, negando o pedido da Autora para que a condenação alcançasse o provedor de serviços de Internet.

Noticiado pela própria Corte Estadual sob o título "Mãe condenada por cyberbullying praticado por filho adolescente", esse caso permite abordar pelo menos quatro importantes

aspectos jurídicos: o peso social do achinque; os limites da responsabilização por ato virtual; a adequação do valor da indenização; e a judicialização de controvérsias.

Achinque

O achinque - resisto em usar o termo inglês bullying, que no meu contexto não comunica nada - entre crianças (assim como entre adultos) não é exatamente uma novidade na história da humanidade. A inovação fica por conta do batismo dessa prática, que tem viabilizado à sociedade refletir sobre seu significado.

Na hipótese, ao condenar a prática, a sentença gaúcha,

confirmada pelo Tribunal de Justiça estadual, estabeleceu um significado jurídico negativo para o bullying e impôs um ônus econômico para a pessoa responsável pela conduta. Considero a decisão correta nesse ponto.

Responsabilização por ato virtual

O achinque em questão foi cometido em diversos atos virtuais, o que abre espaço para muitos questionamentos sobre quem são as pessoas que deveriam responder pelo dano. Segunda a notícia, a causa foi formulada apontando não apenas a pessoa que cometeu propriamente o achinque, mas também a mãe dessa pessoa e o prestador do serviço que permitiu a criação e manutenção da página usada para divulgar as fotos.

Novamente, entendo que a decisão foi acertada ao limitar a responsabilidade à mãe da criança que praticou o achinque. A criança (cuja idade não foi divulgada pelo Tribunal) não poderia responder, por ser inimputável; e do provedor - aqui entra minha visão pessoal - não deve ser responsabilizado por disponibilizar o serviço de publicação de fotos. E são diversos os argumentos que, em uma conversa específica sobre isso, podem sustentar a prevalência das vantagens decorrentes de uma não culpabilidade do provedor do serviços de Internet.

Valor da indenização

O Tribunal gaúcho não informou quais valores foram pedidos a título de indenização, nem as condições econômicas das famílias envolvidas, o que seria fundamental para pensar sobre o erro ou acerto na decisão. A prática do achinque descrita, por si só, não é suficiente para avaliar se R\$ 5 mil é muito ou pouco dinheiro.

Judicialização de controvérsias

Por fim, convém refletir sobre um elemento que está presente no caso judicial, mas não é evidente: a judicialização. Não acho que uma série de ofensas virtuais entre adolescentes deva esperar pela mobilização do Poder Judiciário para ser resolvida.

Existe o direito à Justiça, a faculdade de requerer de um juiz uma resposta para uma controvérsia sobre quem está com a razão. Não discuto esse ponto. Discordo, entretanto, de que esse seja o melhor caminho.

Creio que bastaria à família da criança vítima entrar em contato com a família da criança ofensora logo no começo, à época do fotolog, e, por meio de um diálogo civilizado, resolver o problema. No caso, os meios usados para chegar ao fim legítimo, encerrar as ofensas, não se me mostram eficientes. Fechar o site, por exemplo (o que parece ter demandado

algum esforço), mostrou-se quase inócuo tão logo se conseguiu, já que as ofensas passaram a ocorrer por e-mail.

A velocidade da Internet requer respostas ágeis. Isso vale também para as pessoas interessadas em proteger os seus direitos. Entendo que o jeito mais adequado para isso seja o diálogo aberto e imediato entre as pessoas envolvidas. Não precisa alterar nenhuma lei para que ocorra essa mudança. Por mero bom senso, caberia às próprias pessoas apenas cogitar a judicialização depois de fracassarem nas tentativas autônomas de solução pacífica de conflitos.



PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM é mestrande em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília e coordenador do Grupo de Estudos Direito & Comunicação.



Divulgação

rLogin

Por Cleiton de Jesus Ferreira

Introdução

O rlogin é um sistema oferecido por sistemas Berkeley 4BSD Unix e definida na RFC 1258 BSD - Rlogin em setembro de 1991. É um serviço de login remoto que conecta a máquina cliente na máquina servidora de forma que a sua utilização é transparente para o usuário (Figura 01). Com isso, o usuário pode executar comandos interativos como se estivesse na máquina servidora. O rlogin possui um pacote incluso chamado de rsh que funciona como um deamon do xinetd, logo pode ser inicializado pelo inetd.

Neste contexto, a máquina remota é o servidor utilizando o programa login, e os clientes que acessam o servidor utilizam o programa rlogin, o sistema assim requer a utilização do protocolo TCP e da porta 513 como padrão dando suporte ao controle de fluxo dos dados.

Instalação

Para a utilização do rlogin é preciso ser instalado o serviço do pacote rsh-server no servidor com o comando no console: `rpm -vh rsh-server-0.17.i386.rpm`. Com isso o rlogin é instalado e como faz parte do xinetd, será criado no diretório `/etc/xinetd.d` um arquivo de configuração com o nome de rlogin. Nesse arquivo, todas as características da utilização do rlogin devem ser configuradas inclusive a de habilitar o serviço na opção disable que recebe "no" ou "yes". Após essa instalação o xinetd deve ser reiniciado com o comando `service xinetd restart`. Lembrando que toda a vez que for alterada qualquer configuração no `/etc/xinetd.d/rlogin` o xinetd deve ser reiniciado.

Características

O rlogin provê um serviço de terminal remoto (login remoto), o software do rlogin passa as informações sobre o ambiente do usuário (máquina cliente) para a máquina remota. No rlogin o user (usuário) é automaticamente transmitido no início da conexão, não sendo necessário ao usuário digitar o seu nome (Usuário Confiável). Já a senha não é exigida caso a conexão venha de um host confiável (máquina cliente confiável) ou de um username (nome de Usuário) confiável.

A maioria das versões de rlogind há a incompatibilidade com o tamanho do nome do usuário, retornando o erro "louser ou remuser é muito longo". Neste caso o usuário deve usar um nome de usuário mais curto. O problema maior de segurança do rlogin é os métodos de autenticação alternativos, eles dão chance de um usuário utilizar os arquivos de `hosts.equiv` e `.rhosts` para dar acesso de forma confiável e assim ter controle das ações na máquina.

Por definição o rlogin não permite o login remoto do usuário root, neste caso o usuário deve utilizar outro usuário para ser o administrador do sistema, mas sempre terá poderes menores que o do root.

Host Confiáveis (Trusted Hosts)

Se um host confia em um outro host, então os usuários que tenham o mesmo username em ambos os hosts podem logar de um host em outro sem ter que digitar a senha utilizando algum programa de acesso remoto, por exemplo o rlogin.

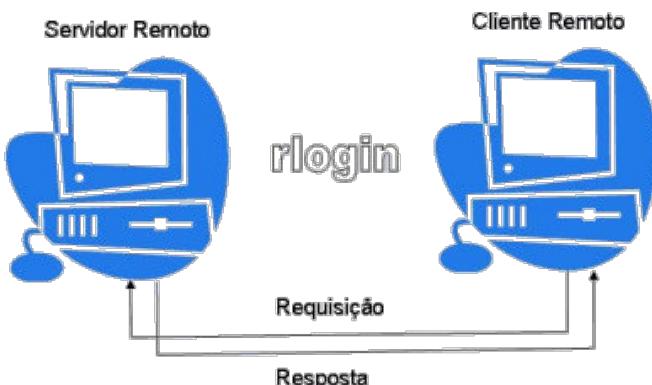


Figura 1: Conexão remota utilizando rlogin

Usuários Confiáveis (Trusted Users)

Os Usuários confiáveis são como os hosts confiáveis só que se referem a usuários que pretendem fazer um login. Se for configurado que um usuário de outro computador seja um usuário confiável com a sua conta, então ele pode logar na sua conta sem ter que digitar a senha.

Autenticação

A autenticação do rlogin é feita através de dois caminhos: primeiro pelo Kerberos e depois pelos arquivos hosts.

Primeiro o rlogin tenta utilizar a autenticação do Kerberos (.klogin) utilizando um shell determinado na variável de ambiente TERM = (xterm, eterm, linux, rxvt, etc). Se o sistema não estiver configurado para suportar o Kerberos, o rlogin utiliza o mecanismo tradicional de autorização utilizando os arquivos hosts.

Na autorização utilizando os arquivos hosts, o rlogin varre primeiramente o arquivo /etc/hosts.equiv e posteriormente o arquivo ~/.rhosts conforme figura 02.

Hosts.equiv

O arquivo hosts.equiv está localizado no caminho /etc/hosts.equiv e contém a lista de hosts confiáveis para máquina servidor. Neste arquivo cada linha do contém um host confiável e os usuários cadastrados neste arquivo possuem acesso a todas as contas do sistema, menos a conta do root. Este arquivo é utilizado pelo administrador da rede, para dar as permissões aos usuários.

Exemplo: arquivo hosts.equiv

LCC01

LCC02
CESARCLAB213

.rhosts

O arquivo .rhost está localizado no diretório home de cada usuário contendo a lista de hosts em que o usuário confia. Ou seja, o próprio usuário pode configurar as permissões de acesso devido ao fato de que primeiro o sistema lê o arquivo hosts.equiv e depois o .rhosts.

Exemplo: arquivo .rhosts em máquina athus

phor cos. desenv. com br
+ ar amhi s. desenv. com br

Com este arquivo .rhosts da máquina athus.desenv.com.br o usuário cleiton nas máquinas phorcus ou aramhis pode fazer conexão utilizando o rlogin na máquina athus na sua própria conta sem ter que digitar novamente a sua senha de login.

O arquivo.rhost também pode ter os dados de [máquina, username], estendendo a confiança para outros usernames diferentes do usuário cleiton. Para cada um desses novos usuários confiáveis é definido "-" confiança (não confiável) ou "+" confiança (confiável) dando um sentido para os sinais que aparecem antes do nome da máquina.

Exemplo: arquivo .rhosts em athus

phor cos. desenv. com br anamar i na
+ ar amhi s. desenv. com br evandr o

Utilização

O rlogin utiliza o seu próprio nome para fazer a chamada do login remoto podendo utilizar passagem de parâmetros, opções, endereço da máquina remota e usuário.

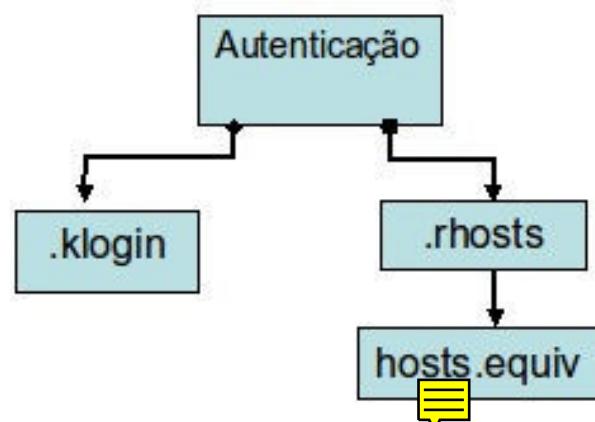


Figura 2: Fases da autenticação do rlogin

Formato:

rlogin [opções] [endereço da máquina remota] [usuário]

Opções:

-L: permite sessão em "litout"

-e: permite a especificação do usuário do caractere de escape

-l: permite a utilização de outro usuário não sendo o usuário logado

-k: requisita a busca de tickets na máquina remota no domínio

-x: habilita a criptografia DES

"^Z" suspende

"" suspende a porção de envio
logout para sair se não sair digite "~."

Endereço da máquina remota: IP ou nome no DNS

Exemplo de uso

```
rlogin L 192.168.0.1 (teste feito em laboratório)
rlogin l 192.168.0.1 grupo01 (teste feito em laboratório)
```

Exemplo de uma sessão

```
# rlogin cesaclab251
Last login: Tue Oct 10 17:50:07 on consola
Linux Hed Hat 8 #1: Mon Oct 10 17:52:01 EST 2004
```

rlogin.protocol

O arquivo rlogin.protocol possui as características que serão configuradas para a utilização do programa rlogin. O arquivo rlogin.protocol está localizado no caminho /usr/share/services/rlogin.protocol e através desse arquivo o rlogin possui toda a configuração nas ações sobre as conexões dos clientes podendo configurar como true, false ou none as opções para imput, output, helper, listing, reading, writing, makedir e deleting.

Portabilidade

O rlogin foi desenvolvido primeiramente para os sistemas Unix e posteriormente para o Linux. Também é possível logon remoto utilizando rlogin por meio de máquinas Windows NT 4.0, Windows 2000, Windows XP e Windows 2003 Server.

Teste de Laboratório - Configuração

1º) Foi criado o arquivo hosts.equiv no diretório /etc com permissões de acesso para a máquina 02 do grupo01.

2º) Foi criado o arquivo .rhosts no diretório /home/gru-

po01.

Testes

1º) Na máquina 02 foi digitado o comando:

```
# rlogin L 10.16.1.115
```

resultado: Logou na máquina 01 com o usuário grupo01 da máquina 02 sem a utilização de senha.

2º) Na máquina 02 foi digitado o comando:

```
# rlogin l usuarioX 10.16.1.115
```

resultado: Pediu senha e colocamos a senha do usuárioX da máquina 02 e não logou.

3º) Na máquina 01 foi cadastrado o usuário usuarioX com a senha diferente da máquina 02. Na máquina 02 foi digitado o comando:

```
# rlogin l usuarioX 10.16.1.115
```

Resultado: Pediu senha e colocamos a da máquina 02, não logou. Colocamos a da máquina 01 e logou.

4º) Fizemos os mesmos testes 1, 2 e 3 com o arquivo /etc/hosts.equiv desabilitado e o arquivo /home/grupo01 com permissões para os usuários grupo01 e usuarioX. Esse testes tiveram o mesmo resultado dos testes 1, 2 e 3.

5º) Tiramos a permissão de acesso através dos arquivos hosts. Em /etc/hosts.deny tiramos a permissão e o rlogin não acessou. Posteriormente, liberamos por meio do arquivo /etc/hosts.allow e o rlogin acessou a máquina 01.

6º) Paramos o serviço xinetd e tentamos logar sem sucesso devido ao fato que o xinetd gerencia o rlogin.

Conclusão

Para a utilização do rlogin, o serviço xinetd deve estar ativo e os arquivos /etc/hosts.equiv ou o /home/usuário/.rhosts devem estar configurados. Toda a permissão de acesso através da rede deve ser configurada por meio dos arquivos /etc/hosts.allow e /etc/hosts.deny. Todo usuário que for utilizar a conexão remota através do rlogin, deve ser cadastrado na máquina servidora e também liberado para acesso nos arquivos de configuração do rlogin.



CLEITON DE JESUS FERREIRA é graduado em Ciência da Computação e pós-graduado em Engenharia de Sistemas, Informática na Educação e Direito Público. Analista de Sistemas com 10 anos de experiência em desenvolvimento e análise de sistemas.



Cadê o meu botão iniciar?

Por André Noel



Estamos em 2010. Quase 20 anos de vida do Linux. Já sabemos que o Linux está com uma boa maturidade e capaz de competir com qualquer outro sistema. Também ficamos sabendo de grandes e mega empresas que usam o Linux sem problemas. Mas ainda vemos, aqui no Brasil, a maioria das empresas usando Windows, ainda que pirata, sem saber que poderiam economizar de uma forma legal ("legal" relativo a "lei") e de qualidade.

O exemplo mais absurdo que vi em um comércio foi em Viçosa-MG. Fiquei feliz ao ver um computador em uma loja que estava rodando o programa em Linux, mas ao olhar direito vi que todas as máquinas espalhadas pela loja rodam alguma versão do Windows (XP ou anterior),

acessando o programa através do Putty (cliente SSH para Windows), em algum servidor Linux. Se o programa principal da loja roda em Linux, porque gastar com licenças Windows? Ou será que não gastam?

Infelizmente, o maior problema com a mudança é a própria mudança. Tive uma experiência de migrar algumas máquinas de uma instituição para Linux. Eu tinha duas opções: configurar para ficar mais parecido com o Windows ou manter a interface padrão do Ubuntu. Resolvi fazer a segunda para testar o resultado. Por mais que eu tivesse ensinado e mostrado que tudo estava disponível, vez ou outra me chamavam com queixas baseadas na mudança da interface. Não porque fosse pior, mas porque havia mudado.

Uma outra experiência que tive foi salvar uma máquina antiga onde minha esposa trabalhava. O computador era quase movido à carvão. Coloquei o Ubuntu nele com a interface idêntica ao Windows XP. As pessoas usaram normalmente sem saber que era Linux por um bom tempo. Foram dois bons testes para observar a reação das pessoas frente à mudança.

O que mais me impressiona é saber o quanto uma empresa economizaria usando software livre, sendo que no dia a dia não haveria mudanças na forma de trabalho. Hoje em dia, muitas empresas usam programas em interface web, o que significa multiplataforma. Também, muitos terminais usados em empresas são para uso

simples: editor de textos, gerenciador de planilhas, navegador web e o jogo paciência (bazinga). Sendo assim, sem contar os diversos programas, se fizermos as contas apenas do valor da licença do sistema operacional, multiplicado ao número de máquinas, já temos um bom motivo para a migração.

Porém, não é apenas o medo da mudança o responsável pela inércia quanto ao software livre. Um segundo fator que interfere muito é a nossa cultura de pirataria impune. Muitas empresas não estão preocupadas com a questão de licenças do Windows. Para muitos empresários, o custo do Windows se resume a R\$80,00 pago para um rapaz instalar o sistema em todas as máquinas e, eventualmente, um custo a mais para remoção de vírus.

“ Infelizmente, o maior problema com a mudança é a própria mudança. Tive uma experiência de migrar algumas máquinas de uma instituição para Linux. Eu tinha duas opções: configurar para ficar mais parecido com o Windows ou manter a interface padrão do Ubuntu.”

André Noel

empresas a respeito da situação legal em que se encontram e, caso haja irregularidade, oferecem duas opções: a regularização das licenças (que eles mesmos vendem) ou a migração. O foco das minhas questões ficou em torno de como andam as empresas frente à migração.

Conforme o esperado, ele me falou da barreira que é o medo da mudança. Porém, a estratégia que usam é apresentar não uma mudança de software, mas uma

atualização. Caso haja uma mudança do pacote office que a empresa usa para OpenOffice.org, a ideia é apresentar como uma atualização do pacote office para o OpenOffice.org. Só isso já reduz muito o impacto da mudança.

Além disso, eles apresentam às empresas a realidade da regularização. Eu mesmo não sabia que caso uma empresa seja autuada, existe uma licença do Windows específica para regularização que é bem mais cara que uma inicial e que é a única que pode ser usada após uma autuação.

Mas qual o problema se não há fiscalização? Não sei a realidade do Brasil, mas sempre achei que não havia fiscalização em Maringá. Para se ter uma ideia, eu trabalhei em uma empresa onde meu estômago se revirava, pois havia diversas máquinas com Windows e Office sem licença, nem mesmo as ferramentas específicas de desenvolvimento usadas eram legalizadas. Isso deu uma sensação grande de impunidade. Mas o próprio Alexandre me contou casos interessantes de fiscalização em Maringá. A fiscalização acontece, só que principalmente através de denúncias, e estas geralmente vem da bondosa concorrência, preocupada com o bem estar da consciência limpa e legalizada da empresa em questão (bazinga).

Um outro ponto em que não tocamos é a questão dos softwares legados que a empresa usa a anos dependente de um determinado sistema operacional ou mesmo hardwares específicos que não liberam seus drivers para Linux e que são essenciais. Não pretendo aprofundar nesta questão, mas recomendo o texto sobre portabilidade que saiu na edição anterior.

Concluindo, o software livre se apresenta como uma

ótima opção, principalmente para empresas, devido à economia que proporciona. É lógico que o usuário doméstico é quem mais vai curtir o software livre, explorar as possibilidades e se exibir para os amigos que têm menos pagando mais, mas para o dia a dia do mercado de trabalho o software livre é muito vantajoso e já vem sendo usado em grande escala, mesmo que dentro de sistemas operacionais proprietários.

Conversando com um outro amigo, ele me animou falando sobre como a adoção de software livre vem crescendo e se firmando entre as empresas. Com certeza, começam pela questão econômica, para depois perceberem que a mudança que fizeram realmente valeu a pena. 

Para mais informações

Site Flisol Maringá/PR:
<http://din.uem.br/flisol>

Site André Noel
<http://www.andrenoel.com.br>



ANDRE NOEL é bacharel em Ciência da Computação/UEM, desenvolvedor web, usuário e entusiasta do Ubuntu.

ABANDONWARE

Por Daigo Asuka

Marcelo Gerpe - sxc.hu

Em uma pesquisa sobre soluções livres para imobiliária, clínica médica, academia e auto-peças, deparei-me com uma grande quantidade de projetos iniciados e abandonados.... a mais de 2 ou 3 anos. São projetos interessantes como a interface gráfica TDE e o sistema Imobiliária PHP (nacional), ou o OpenClinic, muitos deles poderiam ter-se tornado maduros e abrangentes se tivessem continuado. Porém, o que aconteceu para esses projetos morrerem?

O que ocorre na grande maioria das vezes é que programadores independentes iniciam um projeto para alguma área, acabam abandonando-o por não receber apoio (financeiro ou colaborativo) e reconhecimento. Desenvolver um software, por mais simples que ele (o software) seja,

Solução	Última atualização
Php Imobiliária	8/março/2003
Repres Manager	2/dezembro/2002
TDE	8/agosto/2006
SG Frota	20/dezembro/2004

Alguns exemplos de código livre

requer tempo e dedicação. Por mais força de vontade que se tenha, todo mês temos contas a pagar, o alimento do dia a dia para comprar; muitas vezes precisamos fazer hora extra para conseguir pagar tantas contas; aquele ânimo do inicio do projeto vai sumindo com o passar do tempo. Como consequência, uma busca por soluções para determinadas áreas em sites como SourceForge e Código Livre, apresentam uma grande quantidade de Abandonware.

O portal Código Livre é uma iniciativa nacional para hospedar e colaborar com o gerenciamento de projetos, tal como o SourceForge. É mantido pela Univates (RS) e Unicamp (SP) sendo apoiado pela cooperativa Soolis.

Existe uma grande quantidade de soluções cadastradas nele, porém, a grande maioria, além de estarem abandonadas, sequer disponibilizaram um esboço de código-fonte.

Até 2009, uma empresa gaúcha chamada Apoena, mantinha O Sistema FIEL Contábil um software livre de contabilidade e orçamento, desenvolvido como parte integrante do Projeto FIEL, tendo inicio em 2003, através da necessidade do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região de informatizar seu setor de contabilidade e ao mesmo tempo utilizar ferramentas que fossem livres e que permitissem a transparências das ações administrativas da entidade, que acabou assumindo os custos financeiros do desenvolvimento da primeira versão do software, já bastante estável e completo. Infelizmente, os sites, tanto da empresa quanto da solução 'desapareceram'. Atualmente, é possível baixa-lo em: <http://www.openerp.net.br/node/35>.

Ressuscitando um projeto

Por mais interesse que se tenha em assumir o desenvolvimento de um abandonware, as dificuldades são variadas

“Mas, se independente das dificuldades, você ainda tem interesse em contribuir com a reativação de algum projeto, a dica mais básica é pesquisar por projetos inativos no Código Livre”



TDE no Big Linux 3

sendo a mais tradicional, o desenvolvedor original não usar mais o e-mail que consta na página do projeto, impossibilitando assumir 'oficialmente' o projeto. Se bem que, como o código-fonte está disponível na página de download (no SourceForge e no Código Livre isso é obrigatório, além de ser um dos termos da GPL), é possível baixar esse código, fazer alterações e criar um novo repositório para ele, até com outro nome, como no caso do Mr Project, que tornou-se o Planer.

Outro problema costuma ser com o código disponível, que pode não ter sido (bem) documentado, ou estar preso a alguma versão, por exemplo do Banco de Dados, obrigando o novo desenvolvedor a praticamente reescrever o sistema original.

Também é bastante desanimador quando anuncia-se que determinada solução está sendo reativaada (sites como Br-Linux e Notícias Linux fazem isso gratuitamente), e acontece 2 casos em específico:

- 01 [Recebe-se contato de diversos interessados em colaborar mas quando é especificado o que cada um pode fazer, ou é pedido para fazerem algo, simplesmente desaparecem.
- 02 [Os trolls de plantão criticam e tentam desanima-lo.



Interface do OpenClinic

Eu particularmente encarei os dois problemas quando assumi o projeto LinuxStok, vários programadores PHP enviaram e-mails interessados em colaborar, mas na hora de por a mão na massa, as desculpas foram as mais variadas.

Mas, se independente das dificuldades, você ainda tem interesse em contribuir com a reativação de algum projeto, a dica mais básica é pesquisar por projetos inativos no Código Livre (até porque não será necessário traduzi-los para nosso idioma, como é o caso da grande maioria das soluções do SourceForge) e analisar uma área que mais parecer interessante, enviar um e-mail para o(a) idealizador(a) e torcer para que essa forma de contato ainda seja usada e obter permissão oficial de tornar-se o mantenedor. Como alternativa, é possível criar um fork do sistema original e dar continuidade com um novo nome.

Se for trabalhar em algum abandonware, não é obrigatório usar a linguagem original no qual ele foi criado, principalmente se o código disponível até então for muito bugado ou mau escrito. Caso decida que é melhor reescrevê-lo, é recomendado faze-lo pensando em adaptá-lo a computação em nuvens.

Outra dica: na dúvida quanto a área mais interessante para investir? Uma boa opção é ir até o Sebrae (seja em um escritório em sua cidade, ou no site do seu estado) e pesquisar quais são as áreas que estão recebendo mais atenção (por ex, no Paraná, Academias, Óticas Lojas de Artigos esportivos e possuem um programa especial de desenvolvimento).

Caso não tenha achado nem um abandonware para o setor escolhido, procure algum projeto no SourceForge, independente do idioma no qual foi criado, afinal, sendo um Software Livre, você pode traduzi-lo, neste caso, mesmo um software que ainda esteja sendo constantemente atualizado.

Uma recomendação final: o mercado está ficando saturado de soluções de ERP e CRM, pois já existem dúzias de projetos, como Adempiere, vTiger, OpenERP, CRX, Stoq, OpenBravo, Compiere, sendo mais interessante colaborar com o desenvolvimento/aperfeiçoamento deles.

Abandonware interessantes

Fiel Contábil, TDE, OpenClinic, VOCP, TuxStok, Looking Glass, Sigae (Sistema para automação de Auto Escola).

Para contribuir com o Fiel Contábil, entre em contato com Ronaldo Pádua, que é contador e está interessado em manter o sistema vivo. 



DAIGO ASUKA é técnico em informática desde 1997. Usuário de Linux desde 2006, atualmente trabalha em um projeto de Linux voltado a empresas, além de estar fazendo um curso de segurança hacker, atua como representante de imprensa da Espírito Livre no Paraná e está finalizando um curso completo de Linux.



FASOL [2.0]
II Fórum Amazônico de Software Livre

De 31 de Agosto a 3 de Setembro
Santarém - Pará



Liberdade

Por Hailton David Lemos

Zsuzsanna Kilian - sxc.hu



Liberdade, em filosofia, designa de uma maneira negativa, a ausência de submissão, de servidão e de determinação, isto é, ela qualifica a independência do ser humano. De maneira positiva, liberdade são a autonomia e a espontaneidade de um sujeito racional. Isto é, ela qualifica e constitui a condição dos comportamentos humanos voluntários. Não se trata de um conceito abstrato. É necessário observar que filósofos como Sartre e Schopenhauer buscam, em seus escritos, atribuir esta qualidade ao ser humano livre. Não se trata de uma separação entre a liberdade e o homem, mas sim de uma sinergia entre ambos para a auto-afirmação do Ego e sua existência. E na equação entre Liberdade e Vontade, observa-se que o querer ser livre torna-se a força-motriz e, paradoxicamente, o instrumento para a liberação do homem.

Pois bem, após esta introdução vinda da Wikipédia, vamos discutir a liberdade dentro da área de software e a partir dai podemos dizer que se fala muito em liberdade, discutisse muito a tal liberdade, mas ultimamente o que vemos é que essa tal liberdade esta ficando cada vez mais cerceada, principalmente quando se trata da área de desenvolvimento de software e especificamente programação.

É notório que estamos sendo impelido cada dia mais a trabalhar com frameworks, deixando de lado a liberdade da escolha em optar por utilizar ou não um padrão simplista, purista e leve de programação, e nos vemos, muitas vezes, impelidos a utilizar frameworks que não raramente são modismos ou mesmo muito pesados e de difícil compreensão, entendimento e de baixa produtividade, tudo em nome de se seguir e definir padrões. Padrão é algo importantíssimo, e isso não se discute, todo projeto deve seguir um padrão, mas e a liberdade de escolha onde fica? Posso ou não posso, devo ou não devo utilizar framework? Esta resposta pode estar no mercado. Mas quem é o mercado? O mercado somos nós; que lutamos pela liberdade do software ou pelo software livre, só que ao mesmo tempo fazemos o processo inverso. Para nortear esta afirmação perceba a forma com que o mercado quer padronizar ou criar padrões, o modelo adotado é através da força. Forçando o uso, por exemplo, de determinados framework, e isso é o que cerceia a liberdade, e este cerceamento não quer dizer deixar de ter padrão ou de seguir um padrão. Observe, por exemplo, os anúncios de empregos para a área de desenvolvimento de software para programadores ou analistas, a exigência é que sempre se conheça, a fundo, um ou mais frameworks.

Até certo tempo atrás era necessário o conhecimento puro em seu sentido mais amplo e restrito, onde o limite era a imaginação e a criatividade, hoje, no entanto estamos e somos tolidos desta liberdade, porque a indústria do software, que nós estamos por trás dela, exige que se domine pelo menos um framework para

ser considerado um bom programador ou analista e assim se consiga uma colocação no mercado de trabalho. E novamente volta a pergunta que não quer se calar, onde está a liberdade de escolha que tanto defendemos?

Liberdade essa que tanto buscamos, e nessa busca impelimos para fora da sociedade do software livre empresas que querem ditar padrões que ferem a liberdade, pois querem impor sempre códigos fechados e pesados, mas deixamos de lado a liberdade de escolha do que conhecer e do que utilizar. O uso do software livre e consequentemente a liberdade, assegura a possibilidade de dominar as tecnologias que utilizamos, seguindo padrões que não envolvam o uso de frameworks.

O movimento pelo software livre é uma evidência de que a sociedade da informação pode ser a sociedade do compartilhamento e do respeito à simplicidade e ao padrão, sem perder a qualidade do produto produzido, sem necessariamente ser obrigado a utilizar frameworks, que, por mais livres que sejam ou possam ser, trazem embutidos em sua essência as correntes do software proprietário. 

Para mais informações:

Artigo na Wikipedia sobre Liberdade
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberdade>

Artigo na Wikipedia sobre Framework
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Framework>



HAILTON DAVID LEMOS (hailton@terra.com.br) Bacharel em Administração de Empresas, Tecnólogo em Internet e Redes, Especialista em: Tecnologia da Informação, Planejamento e Gestão Estratégica, Matemática e Estatística. Trabalha com desenvolvimento de Sistema há mais de 20 anos, atualmente desenvolve sistemas especialistas voltados à planejamento estratégico, tomada de decisão e normas ISO utilizando plataforma Java e tecnologia Perl, VBA, OWC, é membro do GOJAVA (www.gojava.org).

Software Livre como alternativa de sucesso

Por Milton Simonetti



O Software Livre vem sendo debatido, com muitos prós e contras, em várias áreas públicas e privadas. Convém observar com atenção os aspectos abordados nesse debate, pois deles pode-se adotar soluções tecnológicas altamente satisfatórias para atender a demandas do setor público.

A primeira questão a ser observada, e que mais chama a atenção, diz respeito ao custo. Muitos consideram o software livre como um software gratuito. Isto NÃO é verdade. O software livre é assim chamado devido às liberdades que são inerentes à sua licença: liberdade de execução para qualquer propósito, liberdade de compreensão do código-fonte e de alterações para suas necessidades, liberdade de redistribuição e, por fim, liberdade de distribuição de cópias com suas modificações. Não é necessária nenhuma gratuidade para o software ser tratado como software livre. A critério de quem o distribui, pode haver um custo para seu usuário, o que não implica em abdicar de quaisquer das liberdades indicadas acima. Para inúmeros usuá-

rios, pouco importa o código-fonte, objeto de desejo para quem está envolvido com tecnologias digitais. Importa o quanto se terá que pagar para utilizar tal ou qual software, suas aplicações e sua resolutividade (se atende ao que se propõe).

Mas é ou não gratuito? Simples assim, só vacina em tempos de epidemia! Os fontes (aqueles códigos que qualquer um pode mexer e que servem para gerar um "programa de computador") podem ser gratuitos, mas é necessário prever os custos de instalação, suporte, atualização do sistema e treinamento de usuários. Certamente deverão ser incluídos os custos de criação do tal código-fonte se esse for o caso.

Mas a experiência vem mostrando, em usuários de peso, de que a adoção do software livre representa economia, e pode ser uma alternativa de sucesso. O Banco do Brasil, maior instituição financeira do país, converteu quase todos os seus ativos de software para software livre. Servidores, terminais de auto-atendimento, mainframes, computadores de mesa, tudo foi convertido, ou está em fase final de conversão para software livre. Estimativas do próprio banco indicam uma economia da ordem de R\$ 80 milhões com a adoção de tal política.

O Governo Federal, além de estimular e adotar o software livre, elaborou um roteiro de implantação desse tipo de software. Chama-se Guia Livre, e foi elaborado a partir de diretrizes do Comitê Técnico de Implementação de Software Livre - CISL.

O Brasil poderá economizar mais de US\$ 700 milhões por ano ao trocar o software proprietário pelo livre, de acordo com Djalma Valois Filho, assessor do diretor-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) para assuntos de software livre. A utilização dessa tecnologia não gera apenas economia, mas também traz mais segurança. De acordo com Valois, o Brasil paga, por ano, US\$ 1 bilhão de licença para empresas de informática do mundo inteiro. Com a migração de todas as máquinas do governo para softwares livres, esse valor deve ser reduzido em cerca de 70%.

Banco do Brasil, Caixa econômica Federal, Metrô de São Paulo, Governo do Ceará, Governo do Paraná, dentre inúmeros outros, além do governo federal, fazem parte do conjunto de entidades públicas que somam esforços para adoção e implantação do software livre.

A segunda questão a ser observada diz respeito ao suporte. Há uma crença de que o software livre fica na dependência de voluntários dispostos a encarar os problemas com o software quando esses aparecem, enquanto o software proprietário (assim chamado o código-fonte indisponível) tem atendimento de suporte imediato no caso de se ter problemas.

Devemos nos lembrar de que há suportes e "suportes". Nem toda empresa que comercializa algum software realiza atendimento dentro do prazo previsto. Há penalidades para os casos de não cumprimento de metas estabelecidas em contrato, mas muito raramente tais contratos são precisos em suas cláusulas e as

O Governo Federal, além de estimular e adotar o software livre, elaborou um roteiro de implantação desse tipo de software.

Milton Simonetti

“ ... para se utilizar um software livre, é conveniente de fato realizar um contrato com empresa especializada naquele software para solucionar possíveis problemas surgidos com sua utilização.

Milton Simonetti

empresas acabam nem sempre sendo penalizadas pelo não atendimento. Há casos também em que o atendimento implica em despesas com deslocamento de técnicos, pagamento de horas técnicas, etc. Não raro há falhas do próprio software difíceis de se comprovar.

Mas tais queixas não estão ligadas ao software proprietário. Portanto, para se utilizar um software livre, é conveniente de fato realizar um contrato com empresa especializada naquele software para solucionar possíveis problemas surgidos com sua utilização. Também é recomendável cuidado e atenção na elaboração do contrato, cláusulas claras e precisas, empresa certificada de preferência, para não se ficar a ver navios quando de fato se necessita de atendimento rápido e resolutivo.

Há vários tipos de software, e pode-se estabelecer uma política para adoção de um, de alguns ou de vários, quando não de todos os recursos em software livre. Por exemplo, para 90% dos usuários de computador, que trabalham em uma planilha, uma apresentação de

transparência ou simplesmente um ofício, existe o BrOffice.org, conhecido de muita gente. Tal software é distribuído de forma gratuita, mas precisa ser instalado, configurado e ajustado para produzir todos os resultados que se deseja. Não é tarefa de usuário comum fazer tais instalações e configurações, portanto uma empresa qualificada para tais tarefas pode ser uma boa alternativa. Ainda há que se considerar um pequeno treinamento para aqueles que estão habituados com o MS-Office 97/2003, e um bom treinamento para quem não está habituado com nada [ou com MS-Office 2007 (este muda completamente seu menu de operações). Este seria apenas um caso de um pacote de escritório para tarefas de textos, cálculos e transparências para apresentações.

Outro caso é a dupla navegador de Web/gestor de correio eletrônico (o conhecido e-mail). Há vários disponíveis, e em sua quase totalidade de forma gratuita. Mas nem todos tem seu código disponível. Considerando apenas os custos, nesse caso pouca diferença faz [código aberto ou fechado, com algum treinamento tem-se um funcionário público utilizando qualquer ferramenta com habilidade, particularmente quando se trata de Internet... A questão fica por conta das compatibilidades e da política global adotada pela administração. Isto significa que se a política for adotar também um sistema operacional livre, vai precisar de mão-de-obra qualificada em software livre para a dupla mencionada, pois praticamente não há softwares proprietários, mesmo que gratuitos, destinados a sistema operacional livre. Mas mesmo usando-se sistema operacional proprietário, prudente será uma decisão de se adotar, desde o princípio, a citada dupla desenvolvida como software livre, caso se pretenda implantar uma política de uso de software de código aberto de abrangência mais ampla.

A etapa mais complexa é a que trata de sistemas operacionais. Aqui a guerra é boa. Primeiro porque pode-se considerar dois ângulos: o de computadores servidores, que são aqueles que

permitem autenticar usuários, armazenar arquivos institucionais e bancos de dados, disponibilizar internet e intranet, realizar cópias de back-up, filtrar tráfego de rede, etc, e o de computador de mesa, chamado desktop, aquele que o usuário liga e desliga de acordo com suas necessidades. O servidor Linux tem grande aceitação, muitas empresas já o utilizam, é confiável, seguro, atende plenamente aos requisitos a que se propõe. Sua escolha fica praticamente dependendo de quem faz as recomendações da consultoria ou assessoria, do suporte contratado e das aplicações que serão instaladas [nem todas tem versão para Linux.

Para o computador de mesa, em termos de aplicações, praticamente se alcançam os mesmos resultados tanto com o Windows, conhecido de quase todos, quanto com uma distribuição em software livre - mais popularmente conhecido como Linux, embora existam outros não-linux. A pergunta começa exatamente aí: por que tantas versões, por que tantas distribuições? A resposta já foi dada: qualquer um pode estudar, modificar e distribuir um software livre da maneira que quiser. Para o poder público, isto torna-se complicado, pois caso adote o sistema operacional em código livre, um contrato de suporte requer uma determinada distribuição, para facilitar o atendimento, a troca de informações entre os próprios usuários, o treinamento, a aquisição de soluções específicas, etc. Vale lembrar que sistema operacional - Windows, Linux, MacOS ou qualquer outro [é a base de funcionamento do computador, e qualquer outro programa vai depender dele. Portanto, convém selecionar um distribuição conhecida, que facilite o desenvolvimento de novas aplicações, a prestação de atendimento pelo suporte e o intercâmbio com outros públicos que adotaram a mesma distribuição.

Vale destacar finalmente que, no aspecto segurança, quem usa Linux está muito menos vulnerável a vírus e invasões que o sistema de maior utilização, hoje, pelo serviço público. Dizem até que "quem usa Linux não pega vírus"!

“ “ ... por que tantas versões, por que tantas distribuições? A resposta já foi dada: qualquer um pode estudar, modificar e distribuir um software livre da maneira que quiser. Para o poder público, isso torna-se complicado... ” ”

Milton Simonetti

A terceira questão diz respeito ao modelo de negócio inerente ao software livre. Quando se adquire uma licença de um software proprietário, na maioria dos casos (Windows, MS-Office, Oracle, SAP, etc) se paga no preço da licença o tele-atendimento, o suporte à distância. Para atendimento local, há os custos de passagem e hospedagem de técnicos, além de horas técnicas dispendidas. Tais recursos, que no fundo são investimentos, no caso de empresas com sede no exterior tem boa parte remetida para o exterior. Com isto, o investimento é feito basicamente fora do município e do estado. No caso de software livre, seja Linux, BrOffice.org, Firefox, PostgreSQL, Gimp, Joomla, Moodle ou qualquer outro, é necessário ter um contrato com uma empresa [ou um técnico, que dificilmente será suficiente para um órgão público [especificando o atendimento pretendido e estimulando a formação de mão-de-obra local, tecnologicamente avançada, para atender estas demandas. Tais técnicos muito provavel-

mente irão residir no município, quando não forem naturais do próprio, estimulando a formação tecnológica local, pelo que se diz que o investimento é no município e no estado que implanta tal política. Com isto, altera-se o paradigma do modelo de negócios: de uma licença com tele-atendimento embutido para um suporte com mão-de-obra local.

A quarta questão é bem mais complexa: está ligada à soberania nacional, à estratégia de governo adotada para garantir a independência do país. Independência tecnológica, que gera independência financeira, que gera auto-suficiência à nação e auto-estima aos cidadãos. Isso é atribuição do governo! Analisar tais questões ajuda a decidir que modelo adotar.

Como adendo, cabe ainda destacar que uma administração favorece a transparência de seus atos quando adota o software livre. Isto porque quando você adquire um software proprietário paga por ele uma quantia significativa, vamos usar como exemplo R\$ 1.000,00 por ca-

da cópia (esse é o valor aproximado pago por uma cópia "Professional" do Office 2007). Esse montante deveria pagar: a) um manual impresso, que custaria no máximo R\$ 100,00, b) um CD, que no máximo custaria R\$ 5,00, c) o rateio, entre outros 500.000 adquirentes, de uma equipe de suporte de 10 pessoas, que durante um ano custaria R\$ 960.000,00 (10 pessoas X 12 meses X R\$ 8.000,00/ mês - incluindo encargos) que redundaria em R\$ 1,92 por cada cópia - vamos ser cordiais e colocar R\$ 10,00 para dobrar a equipe e dobrar o tempo de disponibilidade para dois anos. Assim teremos um custo de R\$ 100,00 + R\$ 5,00 + R\$ 10,00 = R\$ 115,00. Colocando outros custos, lucro e impostos, não chegaria a R\$ 400,00. Se você pagou R\$ 1.000,00 por cada cópia, onde ficam os outros R\$ 600,00? Ninguém está impedido de conjecturar que uma fração pode ser desviada para um caixa dois... Mas se você usa software livre vai pagar por um serviço, mais fácil de ser mensurado e fiscalizado, reduzindo as chances de acusações de que possa estar havendo desvio de recursos públicos. A conta acima pode estar imprecisa, mas facilita formar uma ideia do que se quer dizer.

Resta a pergunta: como uma empresa vai repor os investimentos que fez no desenvolvimento de um sistema? Isto não é desprezível. O desenvolvimento não é barato. Então, continuando com essa estimativa, suponha-se que sejam incluídos R\$ 100,00 no rateio por cada adquirente. Isto resultará em um montante de R\$ 100,00 X 500.000 = R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Com estes recursos pode-se contratar, por 5 anos (60 meses), a um salário médio de R\$ 8.000,00 (incluindo encargos) cerca de 100 profissionais de desenvolvimento. Veja bem: 100 profissionais, no prazo de cinco anos, com salário líquido médio de R\$ 3.000,00 são competentes o suficiente para desenvolver DO ZERO um sistema como o Office. Mas não se parte do zero - já há as versões anteriores que alimentam muitos elementos do sistema - e o salário médio não chega a este patamar (prin-

“ ... como uma empresa vai repor os investimentos que fez no desenvolvimento de um sistema? Isto não é desprezível. O desenvolvimento não é barato.

Milton Simonetti

cipalmente se você contrata programadores na Índia, onde os salários são menores que os brasileiros). Então, daqueles R\$ 600,00 que não se sabia o destino, ainda restam R\$ 500,00. É importante lembrar também que, no caso do Office, temos um sistema em software livre que foi desenvolvido e vem sendo aprimorado gratuitamente, o BrOffice.org! Sua compatibilidade com o Office comercial chega a 90%, pode-se dizer.

Apenas um detalhe: de onde veio o número de 500.000 cópias? E se forem comercializa-

das apenas 20.000 cópias? Pelos dados divulgados, só da versão 3.x do BrOffice.org já foram realizados mais de 2 milhões de downloads!!! (<http://softwarelivre.org/portal/comunidade/broffice.org-atinge-a-marcada-mais-de-5-milhoes-de-downloads>)

Sabendo que o BrOffice.org tem, por enquanto, uma base instalada MENOR que o MSOffice e portanto esse número de adquirentes seria bem superior aos 2 milhões, estimar-se que no Brasil sejam comercializadas somente 500 mil cópias... é com certeza número bem abaixo do real.

Aí se terá mais dinheiro excedente, pois um excedente de R\$ 500,00 por cópia "Professional", vezes os 500.000 adquirentes, proporcionarão um valor de R\$ 500,00 X 500.000 = R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões só com MSOffice e só no Brasil...). Pelo sítio do TSE observa-se que, oficialmente, uma campanha presidencial custa em torno de R\$ 100.000.000,00... 



MILTON JOSÉ LYRIO SIMONETTI é Analista de Sistemas, funcionário público concursado e gerente do projeto "Definição de Políticas para Adoção de Softwares Livres" do Governo do Estado do Espírito Santo.

É importante lembrar também que, no caso do Office, temos um sistema em software livre que foi desenvolvido e vem sendo aprimorado gratuitamente, o BrOffice.org!

Milton Simonetti

Escola Linux

A melhor opção em Treinamentos Hands-On

Eficiência e Praticidade em cursos de curta duração

www.escolalinux.com.br - Tel: (21) 2526-7262





JAVA: O café está na mesa!

Por Otávio Gonçalves de Santana

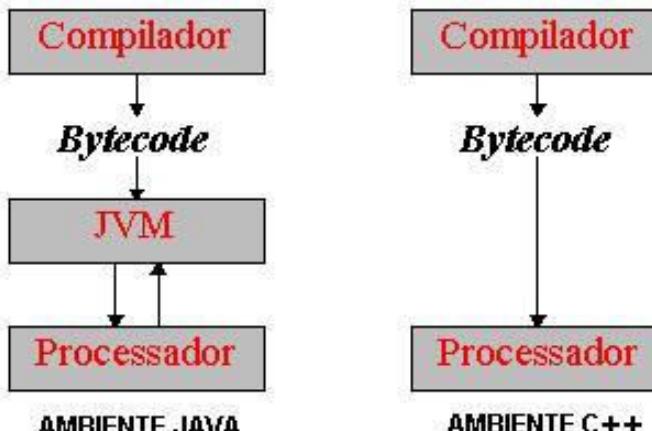
Em 1991 se iniciou um projeto chamado de *Green Project*, que consistia na criação de tecnologias modernas de software para empresas eletrônicas de consumo. Finalmente em maio de 1995 a Sun anunciou um ambiente denominado Java, homenagem às xícaras de café que os programadores tomavam em seu desenvolvimento, que obteve sucesso graças a incorporação deste ambiente a browsers populares como o Netscape Navegator e padrões tridimensionais como o VRML (Virtual Reality Modeling Language - Linguagem de Modelagem para Realidade Virtual).

A partir de então o java veio tomando cada vez mais espaço já que sua natureza portátil e o projeto robusto permitem o desenvolvimento para múltiplas plataformas, em ambientes tão exigentes como os da eletrônica de consumo.

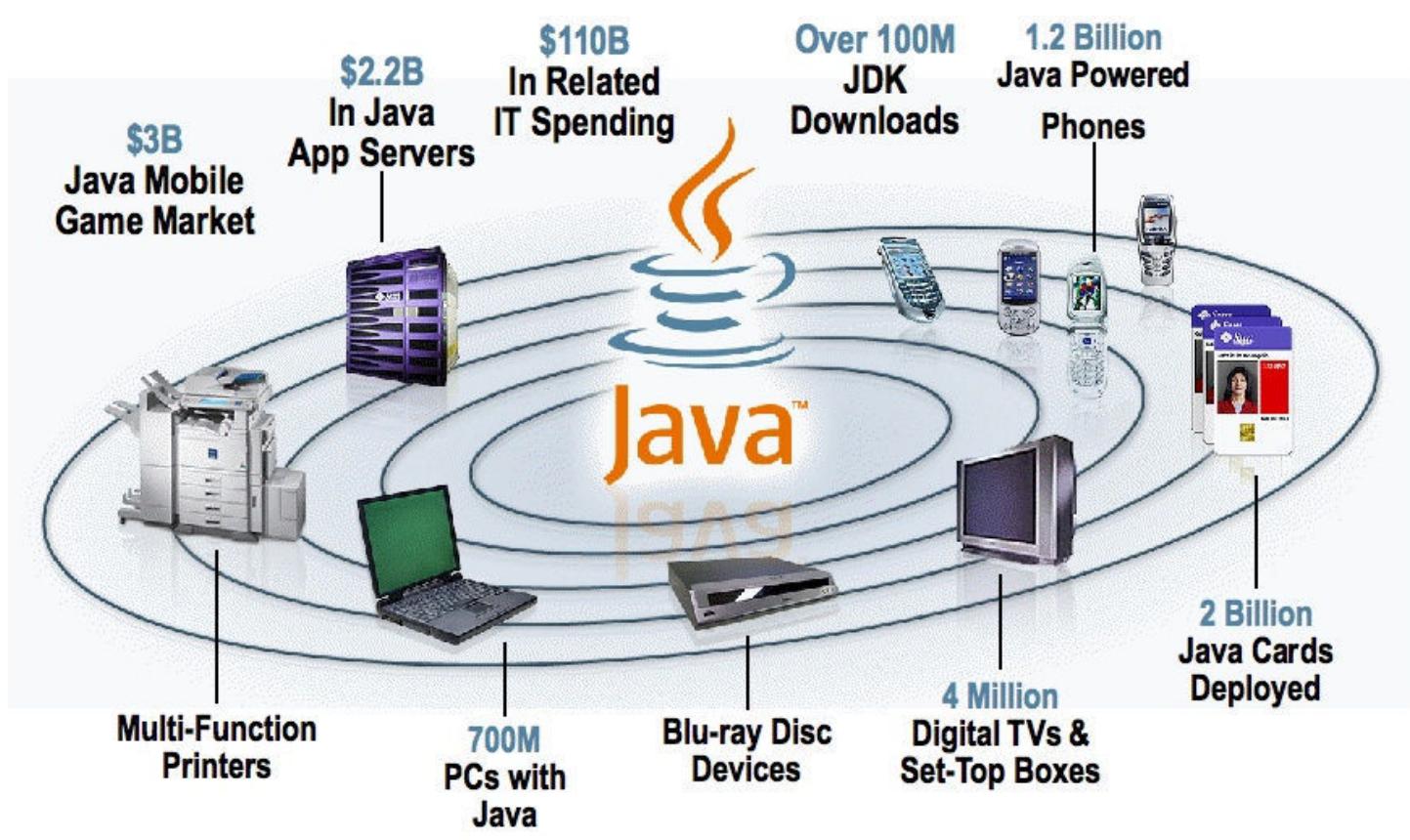
Isso acontece porque quando um programa Java é compilado um código intermediário é gerado, chamado de bytecode. Este bytecode é interpretado pelas máquinas virtuais java (JVMs) para a maioria dos sistemas operacionais. A máquina virtual é a responsável por criar um ambiente multiplataforma, ou seja, se alguém construir um sistema operacional novo, basta criar uma máquina virtual java que traduza os bytecodes para código nativo e pronto! Todas as aplicações java estarão rodando sem problemas. A JVM, Java Virtual Machine (Máquina Virtual Java) é basicamente uma aplicação, que abstrai não só a camada de hardware, como a comunicação com o Sistema Operacional.

Por exemplo um executável do C++ não é portável, ou seja, não podemos rodar um executável Windows no Linux e vice-versa. Mas o problema de portabilidade não se restringe ao executável.

As APIs são também específicas de Sistema Operacional. Assim, não basta recompilar para outra plataforma, é preciso reescrever boa parte do código.



Comparativo entre Java e C++



Com a máquina virtual Java, elimina-se o problema com a portabilidade, já que o código gerado não é para Linux ou Windows e sim para uma máquina genérica, a JVM.

Dentre outras funções, a máquina virtual java também é responsável por carregar de forma segura todas as classes do programa, verificar se os bytecodes aderem a especificação JVM e se eles não violam a integridade e a segurança do sistema.

Java é uma linguagem de alto nível, com sintaxe extremamente similar à do C++, e com diversas características herdadas de outras linguagens, como Smalltalk e Modula-3. A seguir algumas das suas principais características:

Simplicidade

Java, é muito parecida com C++, mas muito mais simples. No java existe diretivas de pré-processamento e a memória alocada dinamicamente é gerenciada pela própria linguagem, que usa algoritmos de garbage collection para desalocar regiões de memória que não estão mais em uso.

Orientação à objetos

Java é uma linguagem orientada a objetos que segue a li-

nha semelhante ao Smalltalk. O código é organizado em classes, que podem estabelecer relacionamentos de herança simples entre si. Somente a herança simples é permitida em Java. (Há uma forma de "simular" herança múltipla em Java com o uso interfaces),

Processamento distribuído

Chamadas a funções de acesso remoto (sockets) e os protocolos Internet mais comuns (HTTP, FTP, Telnet, etc.) são suportadas em Java, de forma que a elaboração de aplicativos baseados em arquiteturas cliente-servidor é facilmente obtida.

Multithreading

A maior parte dos sistemas operacionais hoje no mercado dão suporte à multitarefa, como o Linux, Windows, OS/2 e Unix, ou seja, o computador é capaz e executar diversas tarefas ao mesmo tempo. Java tem o suporte a multitarefa embutido na linguagem: um programa Java pode possuir mais de uma linha de execução (thread). Por exemplo, cálculos grandes que exigem muito poder computacional, podem ser escritos em uma thread, e a parte de interface com o usuário, que depende mais dos periféri-

cos de I/O que do processador, pode ser executada em outra thread.

Exceções

Todo programador em geral está bastante acostumado com o computador "travando" por causa de um erro em um programa. Programas Java, contudo, não "dão pau" no computador, já que a máquina virtual Java faz uma verificação em tempo de execução quanto aos acessos de memória, abertura de arquivos e uma série de eventos que podem gerar uma "travada" em outras linguagens, mas que geram exceções em programas Java. Em geral, ao escrever programas Java utilizando-se de herança de classes predefinidas, força-se em geral ao programador escrever algumas rotinas de tratamento de exceção, um trabalho que, se de início pode parecer forçado, irá poupar o programador de bastante dor de cabeça no futuro.

Garbage Collector

Em Java, os programadores não necessitam preocupar-se com o gerenciamento de memória como em C++. Isso acarretava diversos problemas mesmo ao programador mais experiente, que tinha que manter sempre um controle das áreas de memória alocadas para poder liberá-las em seguida. Java, ao contrário, utiliza-se de um conceito já explorado por Smalltalk, que é o de garbage collection (coleta de lixo). Sua função é a de varrer a memória de tempos em tempos, liberando automaticamente os blocos que não estão sendo utilizados.

Intependência de arquitetura

Uma das características de Java que tornou-a ideal para seu uso na elaboração de aplicativos distribuídos foi a sua independência de plataforma. Afinal, a Internet é uma grande quantidade de computadores e aplicativos moveis, que se conectam a internet, de todos os tipos, dotados dos mais diversos sistemas operacionais e ambientes gráficos que se possa imaginar. Com o java não existe a necessidade se preocupar com todas essas plataformas.

Dentre as principais características além das já citadas, podemos destacar seu espírito livre (open source), faz com que o java seja a linguagem mais utilizada no mundo para análogas plataformas.

Existem várias formas de obter informações, as comunidades são um ponto bastante importante dá acesso a in-



Comunidades JAVA ao redor do globo

formações ao redor do mundo todo de maneira gratuita sem falar na ajuda gratuita dos desenvolvedores da plataforma mais experiente.

Podemos destacar também duas revistas nacionais sobre java a "Java Magazine" e "Mundo Java" que trazem reportagem periódicas com novidades no mundo dessa plataforma.

Também podemos citar o projeto JEDI (Java Education and Development Initiative), iniciativa para desenvolvimento e educação JAVA a distância. Lá o aluno terá ao seu dispor manuais, slides de apresentação das aulas, provas, exercícios e material de referência e vídeo-aulas. Contando ainda com os softwares, o treinamento de instrutores.

Conclusão

A facilidade de se obter documentação e informação, o grande números de comunidades ao redor do mundo, a possibilidade de que com apenas uma linguagem se consiga desenvolver em diversas plataformas faz com que o java seja hoje uma ótima plataforma de criar softwares.



OTÁVIO GONÇALVES DE SANTANA é Graduando em Engenharia de Computação e Líder da célula de Desenvolvimento da Faculdade Area1, Desenvolvedor em Solução Open Source, membro da equipe Ekaaty Linux. Profile no OSUM: <http://osum.sun.com/profile/OtavioGoncalvesdeSantana>



O Projeto Sahana

Por Cezar Taurion

Kevin Finneran - sxc.hu

Catástrofes e desastres sempre acontecem e nestes últimos meses vimos uma série deles afetando diversos países, como os recentes terremotos no Haiti e Chile e inundações na Guatemala e Brasil (nos estados de Alagoas e Pernambuco). Logo após cada catástrofe, surgem novos e grandes desafios, quando inúmeras equipes de socorro tentam socorrer as vítimas. Gerenciar o pós-crise dos desastres não é uma atividade comum e demanda conhecimentos, tecnologias e softwares desenhados para tal.

Em 2004, logo após o tsunami que devastou países da Ásia, um grupo de desenvolvedores e especialistas em desastres do Sri Lanka começou a desenvolver um software Open Source chamado Sahana.

O Sahana (www.sahana-foundation.org) é um projeto Open Source, licenciado sob LGPL e MIT, que ajuda a coordenação das inúmeras atividades de gerenciamento humanitário de desastres. Vem sendo usado por ONGs e entidades governamentais de apoio e emergência de diver-

“

Logo após cada catástrofe, surgem novos e grandes desafios, quando inúmeras equipes de socorro tentam socorrer as vítimas. Gerenciar o pós-crise dos desastres não é uma atividade comum e demanda conhecimentos, tecnologias e softwares desenhados para tal.

”

Cezar Taurion

sos países. A lista de desastres onde ele foi ou vem sendo usado já é bem extensa:

- 2005: o tsunami no Oceano Índico e o terremoto na região de Kashmir no Paquistão.
- 2006: no terremoto em Yogyakarta, na Indonésia.
- 2007: após o ciclone Sidr em Bangladesh e o terremoto em Ica, no Perú.
- 2008: inundações em Bihar (Índia), terremoto na província de Chendu-Sitzuam na China e o ciclone Nargis, em Myanmar.
- 2009: nas Filipinas e Indonésia
- 2010: nos terremotos do Haiti e Chile e inundações na Guatemala.

O software é composto por diversos módulos, como registro das pessoas desaparecidas e localizadas, registro das organizações envolvidas nos resgates, sistema de gerenciamento de solicitações de resgates e apoio, gestão dos hospitais de emergência, registro dos abrigos e campos de refugiados, gestão do staff de voluntários e gestão de estoque de alimentos e medicamentos. Sahana significa alívio em cingalês, uma das línguas nacionais do Sri Lanka. Também vem sendo adotado por diversas ONGs e organizações assistenciais, bem como adotado nos planos de emergência de diversos países e cidades, como como por exemplo, no Coastal Storm Sheltering Plan,

criado para cidade de New York, em 2007. Também é a base tecnológica para o National Disaster Coordinating Council das Filipinas e do National Coordinating Agency for Disaster Management da Indonésia.

As características de cada desastre e de cada região são únicas e é necessário uma solução tecnológica abrangente e aberta, facilmente adaptável, sem dependência de algum fornecedor de tecnologia. O uso do modelo Open Source é a solução mais adequada porque dificilmente são alocados investimentos em tecnologias e softwares para "disaster management" quando os desastres não ocorrem. De maneira geral, as ações tendem a ser corretivas e não preventivas, e há uma tendência em definir-se outras prioridades para consumir os budgets. Um software Open Source não demanda custo de aquisição e seu desenvolvimento e evolução, uma vez que é feito por comunidades de desenvolvedores voluntários que cedem horas para trabalhar no projeto, não demanda custos de manutenção e upgrade. O stack de tecnologia adotado, LAMP, também Open Source, diminui sensivelmente os custos de instalação. O Sahana é escrito basicamente em PHP, o que possibilita seu acesso por uma comunidade bastante ampla de desenvolvedores.

A Sahana Foundation é hoje apoiada por diversas em-

“ Sahana significa alívio, em cingalês, uma das línguas nacionais do Sri Lanka. Também vem sendo adotado por diversas ONGs e organizações assistenciais, bem como adotado nos planos de emergência de diversos países e cidades...

”

Cesar Taurion

presas, como IBM e Google, para citarmos algumas. Tipicamente, o Sahana é instalado nos servidores de cada organização responsável pelas ações de gestão dos desastres, mas a partir do terremoto no Haiti, foi hospedado no próprio site da Sahana Foundation para ser usado também de forma compartilhada em futuros desastres, sem necessidade das demoras das instalações físicas em cada local afetado.

A Sahana Foundation trabalha em conjunto com diversas universidades no mundo

inteiro e, na minha opinião, deveria ser também adotado pelas universidades brasileiras, que estariam assim contribuindo com seu conhecimento e força de trabalho (alunos e professores) para ações humanitárias. Acredito que este esforço de estudantes e professores na evolução e localização do Sahana para a realidade brasileira (inclusive tradução para a língua portuguesa) poderia contribuir de forma mais duradoura para o alívio em caso de desastres do que a simples doação de ali-

mentos e roupas. Um paper "Can student-written software help sustain humanitarian FOSS?", em http://www.cs.trincoll.edu/hfoss/images/9/9c/Morelli_etal_ISCRAM07.pdf descreve um caso real de estudantes atuando na evolução do Sahana. Pode ser um exemplo para os cursos de graduação em Ciência da Computação aqui no Brasil.

A comunidade de desenvolvedores Open Source do Brasil também deveria contribuir com este projeto. É uma ação humanitária que pode trazer grandes benefícios para aquelas pessoas que estão ou que sofrerão com futuras catástrofes. 



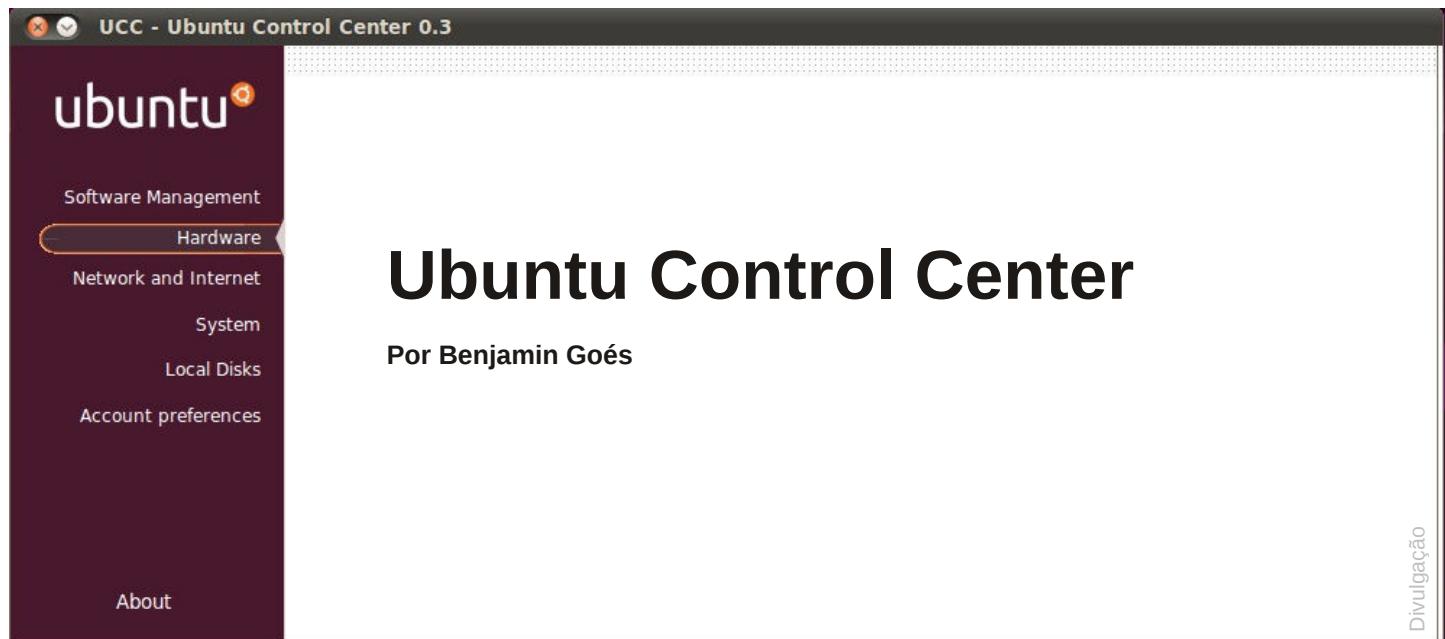
CEZAR TAURION é Gerente de Novas Tecnologias da IBM Brasil. Seu blog está disponível em www.ibm.com/developerworks/blogs/page/ctaurion



RÉVISTA
espírito
livre

LIBERDADE E INFORMAÇÃO

<http://www.revista.espiritolivre.org/>



Ubuntu Control Center ou simplesmente UCC é um aplicativo que visa centralizar e organizar de maneira simples e intuitiva as principais ferramentas de configuração da distribuição Ubuntu.

Nesta última década, o GNU/Linux vem passando por uma grande evolução, o Kernel vem se tornando cada vez mais complexo e com maior compatibilidade de hardware, os aplicativos de desktop como Openoffice.org e Firefox se tornando mais completos e os ambientes de trabalho como Gnome e KDE cada vez mais polidos. No entanto não é segredo que alguns ajustes na chamada "experiência de usuário" ainda precisam ser feitos, alguns destes ajustes

são de simples solução e muitos foram corrigidos pelo projeto "One Hundred Papercuts" da Canonical, outros são bem mais complexos e exigem alterações de baixo nível em vários projetos opensource.

Por padrão, o Gnome localiza as suas ferramentas de configuração nos menus "Preferências" e "Administração", criando uma enorme lista de opções e ferramentas para ajustes do ambiente gráfico sem nenhum tipo de categorização e organização. Outro problema é que os ícones mudam de ordem conforme o idioma escolhido para uso do sistema.

O Gnome Control Center é um aplicativo que resolve es-

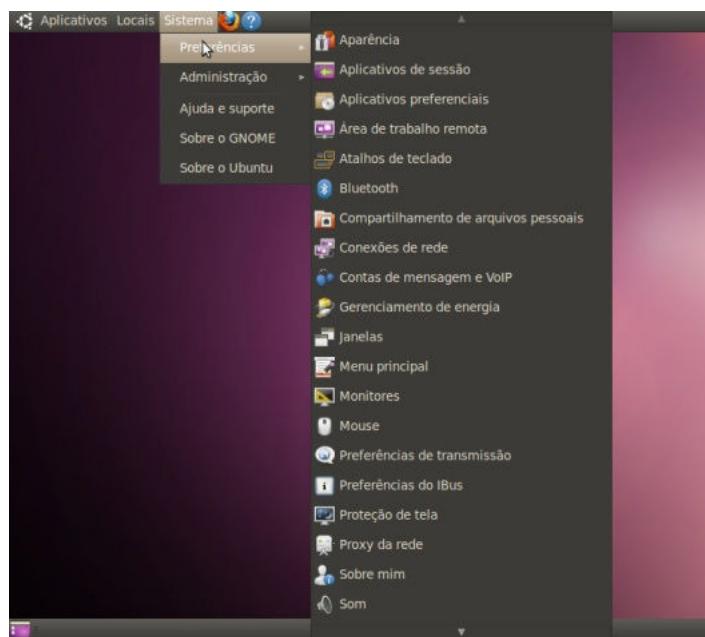


Figura 1: Menu em português

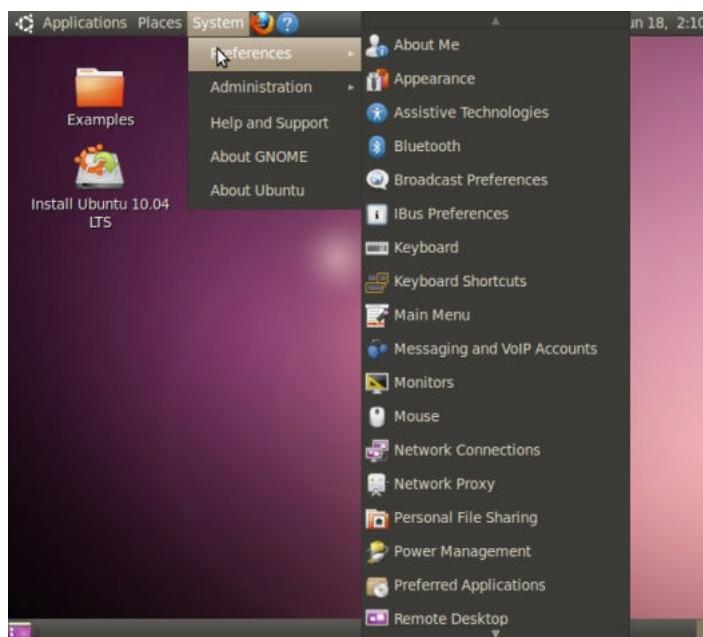


Figura 2: Menu em inglês

DESKTOP · UBUNTU CONTROL CENTER



Figura 3: Gnome Control Center

te problema parcialmente, centralizando as ferramentas e as colocando dentro de categorias específicas, no entanto a grande quantidade de opções exibida simultaneamente acaba por tornar a interface um pouco confusa e poluída, fazendo parecer difícil para um usuário a simples tarefa de trocar a resolução do monitor.

Grandes distribuições identificaram e criaram soluções para este problema há muitos anos atrás. O Opensuse criou o poderoso YAST para controlar e gerir praticamente todas as configurações da distribuição, o Mandrake Linux (Mandriva após fusão com a Conectiva) por sua vez, criou o MCC ou Mandriva Control Center. Embora YAST e MCC tivessem as suas diferenças ambas tinham um mesmo objetivo, organizar de maneira simples e intuitiva as principais ferramentas de configuração da distribuição. Estes centros de controle personalizados sempre foram motivo de orgulho e admiração de vários usuários, no entanto nunca houve muito interesse de outras distribuições em reaproveitar estes projetos.

O Ubuntu Control Center foi criado com o intuito de cobrir esta lacuna no Ubuntu. Sua interface foi inicialmente

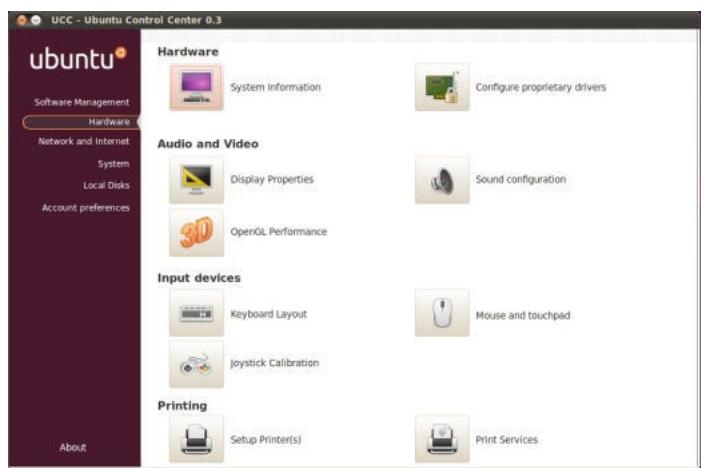


Figura 5: Ubuntu Control Center

inspirada pelo Mandriva Control Center e vem tomando forma própria ao longo das atualizações. O aplicativo é desenvolvido em linguagem Object-Pascal utilizando a IDE do Lazarus, o que torna extremamente simples a modificação do código e da interface. A interface é dividida em 5 categorias, sendo elas: Software Management, Hardware, Network and Internet, System, Local disks, Account Preferences.

Além das ferramentas padrão do Gnome, o UCC incorpora aplicações de terceiros que visam melhorar a experiência do usuário oferecendo opções de configurações indisponíveis na instalação padrão, permitindo visualizar o hardware do sistema, configurar os efeitos do Compiz, ajustar as opções do Grub, calibrar o joystick, criar backups das informações do disco e até analisar a performance OpenGL da placa de vídeo.

O software está possuí versões de 32 e 64bits, sendo que até o momento está disponível apenas em inglês, mas espera-se que traduções para outras línguas sejam disponibilizadas no futuro. O aplicativo e suas dependências podem ser baixados e instalados no site oficial:

<http://sites.google.com/site/ubuntucontrolcenter/>

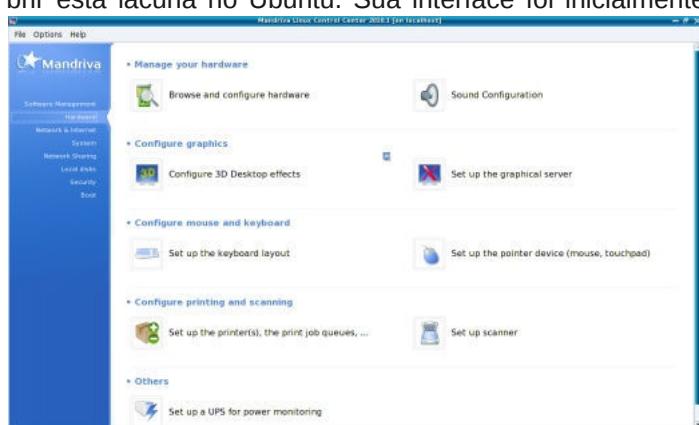


Figura 4: Mandriva Control Center



Benjamim Góis é Engenheiro de Telecomunicações com certificações Cisco CCNP e CCDA, atua como consultor em projetos de telecomunicações desde 2009. É desenvolvedor dos projetos Ubuntu Control Center e Jubarte - Telecommunications Suite.

ANIMAÇÃO DIGITAL

Processo de produção

**Celtx - Gimp - Inkscape
Synfig - Blender**

**Por: Ricardo Alexandre Graça
Quadro-Chave**

A produção de uma animação exige o domínio de vários processos que vão desde a elaboração de uma ideia até a fase de saída do filme. Felizmente, a evolução tecnológica permitiu que o custo e os equipamentos necessários para tal fim, diminuissem ao ponto de um único artista, em um pequeno estúdio, ou em sua própria casa, pudesse construir a sua obra.

Até mesmo o material necessário para tal produção sofreu mudanças, e nos dias de hoje é possível, com um único microcomputador, uma tablet (mesa digitalizadora) e talento,

tornar o processo todo digital, ou seja, sem uso de papel, tinta ou prancheta de desenho. Não que isso seja a melhor coisa do mundo, pois eu mesmo, até hoje, ainda prefiro rabiscar tudo no papel.

O problema de se produzir tudo de forma digital, é que o custo do equipamento, embora relativamente acessível, não garante a produção sem o uso de Softwares (programas de computador). E tais programas comerciais, são absurdamente caros para um artista ou um pequeno estúdio, até porque se paga por uma licença de uso e não pela compra do programa.

Os programas open source (programas livres), embora muitos ainda em estágios experimentais, são uma solução para os pequenos estúdios ou artistas que não pretendem "piratear" os programas pagos. Digo "piratear", porque obviamente ninguém, ou quase ninguém, compra as licenças (vamos deixar a hipocrisia de lado só um pouquinho).

Quando eu migrei de programas pagos para programas livres, eu tive duas motivações: Eu havia acabado de constituir uma empresa (CNPJ) e me identificara com a filosofia de compartilhar conhecimento e conteúdo. "Só teme a disseminação de seu conhecimento, o homem de pouca ou nenhuma imaginação." - Ricardo Alexandre Graça.

Enfim, vamos voltar ao tema e continuar a falar de animação digital. Nós da Quadro-Chave temos esse compromisso de transmitir conteúdo de forma livre, e para tal, utilizamos 100% de Linux (Ubuntu) em todos os nossos trabalhos e projetos autorais. Utilizamos as seguintes ferramentas: Celtx, Pencil, Gimp, Inkscape, Synfig, Blender, Cinelerra, Kdenlive, DVD Styler, Avidemux, dentre outros.

O mais importante não é apenas o uso da ferramenta, mas sim o processo de produção em sua utilização para potencializar a velocidade e qualidade do processo. Para explicar de que forma utilizamos

tais ferramentas, escreverei em diversos artigos o uso de cada ferramenta em sua respectiva etapa. Desta forma, espero ser o mais didático e cristalino possível para que realmente possa contribuir para o seu aprendizado, caro leitor.

Uma questão que precisa ficar bem clara para que entendam os meus próximos artigos: pretendo escrever sobre os conceitos dos assuntos que serão propostos, e depois a utilização das ferramentas para realizar o processo. Preciso deixar claro que não são as ferramentas que fazem o trabalho, é o artista. E é por isso que sempre levantarei a bandeira do conhecimento de um assunto, e não simplesmente do uso de uma ferramenta. Não existe a melhor ferramenta, existe a melhor ferramenta utilizada por cada um.

Para começar, é preciso que tenhamos em mente as etapas do processo de produção: Ideia -> argumento -> roteiro -> storyboard -> animação bruta -> acabamento -> animação -> montagem -> finalização.

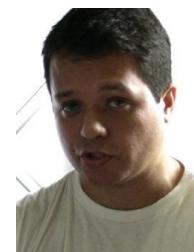
O que usamos? Como trabalhamos?

Para ideias e argumentos, utilizamos um editor de texto (OpenOffice.org); para o roteiro e storyboard, utilizamos o Celtx (programa para pré-produção); animação bruta, utilizamos atualmente o Gimp; para o acabamento e animação, utilizamos o Synfig (animação vete-

rial, recortes, composição, efeitos); para a montagem e finalização, utilizamos o Cinelerra ou o Kdenlive; para modelagem 3D, utilizamos o Wings3D ou o Blender; para animação 3D, utilizamos o Blender.

No próximo artigo, falarei sobre a criação de um roteiro; e para tal, utilizaremos o Celtx para formatar todo o texto.

Até a próxima. 



RICARDO GRAÇA é ilustrador. Formado em letras, atua como um dos diretores da Quadro-Chave e diretor de criação da RME Comunicação; é oficineiro em projetos do SESC e designer da Literis Treinamentos Online. Produtor, roteirista, diretor de curtametragens de animação e editor de vários vídeos institucionais, comerciais e palestras sobre softwares livres voltados para área gráfica e multimídia.



38º Seminário Nacional de
TIC para Gestão Pública

Redes Sociais: Conectividade e Mobilidade do Governo com o Cidadão

Fortaleza será sede do maior evento de TI voltado para Gestão Pública do Brasil

Por Kellyanne Pinheiro

Após 37 anos, Fortaleza irá sediar, pela segunda vez, o Seminário Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação para Gestão Pública - SECOP. Esta é a 38ª edição do evento e ocorrerá de 18 a 20 de agosto na Fábrica de Negócios.

Com o objetivo de promover um fórum constituindo uma rede cooperativa em tecnologia da informação, envolvendo pesquisadores, técnicos e instituições de pesquisas e gestão pública nacionais, para discussão dos modelos de informatização do setor público, o SECOP é considerado o maior evento de informática voltado para a gestão pública do país. Nesta edição do evento será debatido o tema *Redes Sociais: Conectividade e Mobilidade do Governo com o Cidadão* que já conta com a participação do cientista chefe do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R), Silvio Meira, do palestrante de renome nacional e internacional, Eduardo Shinyashiki e do gerente de Novas Tecnologias da IBM Brasil, Cesar Taurion.

No SECOP 2010, os participantes terão a oportunidade de debater sobre os impactos das redes sociais e os serviços de mobilidade e conectividade que estão sendo desenvolvidos pelo

Governo para aproximar o cidadão. Para isso, serão abertas mesas redondas, onde os representantes das vinculadas da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP) deverão apresentar informações sobre sistemas e modelos implantados em seus Estados que resultaram em sucesso, a exemplo do case: Web 2.0 - Como as ferramentas colaborativas podem ajudar a alavancar soluções, a ser apresentado por Alessandra Nunes, analista de sistemas da Cia. de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)

O SECOP 2010 é promovido pela ABEP, organizado pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), em parceria com o Governo do Estado do Ceará e realizado pelo Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico (CGDT).

Para fazer a sua inscrição [clique aqui](#).

Mais informações acesse o site do [SECOP 2010](#).

KELLYANNE PINHEIRO é graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e especialista em Marketing Digital. Atua na área de assessoria de imprensa e comunicação, web editoria e televisão.

QUADRINHOS

Por Luis Gustavo Neves da Silva e José James Figueira Teixeira

ATRIBUIÇÃO DE VALOR



WWW.BITSTRIPS.COM

DEPARTAMENTO TÉCNICO



WWW.TIRINHASDOZE.COM

AGENDA



JULHO

Evento: Fórum Internacional Software Livre (fisl11)
Data: 21 a 24/07/2010
Local: Porto Alegre/RS

Evento: PHP'n Rio
Data: 20 e 21/08/2010
Local: Rio de Janeiro/RJ

AGOSTO

Evento: IX PythOnCampus
Data: 14/08/2010
Local: Vila Velha/ES

Evento: II Fórum Amazônico de Software Livre
Data: 31/08 a 03/09/2010
Local: Santarém/PA

Evento: SECOP 2010
Data: 18/08 a 20/08/2010
Local: Fortaleza/CE

Evento: LinuxCon 2010
Data: 31/08 e 01/09/2010
Local: São Paulo/SP

SETEMBRO

Evento: FAD - Festival de Arte Digital
Data: 01/09/2010 a 05/10/2010
Local: Belo Horizonte/MG

Evento: 1º Install Fest openNORTE
Data: 04/09/2010
Local: São Mateus/ES

Evento: QCON São Paulo
Data: 11/09 e 12/09/2010
Local: São Paulo/SP

ENTRE ASPAS · CITACÕES E OUTRAS FRASES CÉLEBRES SOBRE TECNOLOGIA

“

A internet é a grande via da comunicação moderna, livre e independente.

”

Kátia Pujals Chamma é compositora, cantora, poeta, cronista e produtora cultural brasileira.

Fonte: Wikiquote